

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE – FURG
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO AMBIENTAL – PPGEA
MESTRADO EM EDUCAÇÃO AMBIENTAL

HORACIO RODRIGO SOUZA RODRIGUES

OS RIOS DA FRONTEIRA NOROESTE DO RIO GRANDE DO SUL: CONFLITOS E
DISCURSOS COMO CONTRIBUIÇÃO À EDUCAÇÃO AMBIENTAL

RIO GRANDE – RS

2020

Horacio Rodrigo Souza Rodrigues

Os Rios da Fronteira Noroeste do Rio Grande do Sul: Conflitos e Discursos Como
Contribuição à Educação Ambiental

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Educação Ambiental - PPGEA da Universidade Federal do Rio Grande - FURG como requisito parcial à obtenção do grau de Mestre em Educação Ambiental.

Área de concentração: Educação Ambiental.

Orientador: Dr. Carlos Roberto da Silva Machado

Rio Grande – RS

2020

Ficha Catalográfica

R696r Rodrigues, Horacio Rodrigo Souza.
Os rios da fronteira noroeste do Rio Grande do Sul: conflitos e discursos como contribuição à Educação Ambiental / Horacio Rodrigo Souza Rodrigues. – 2020.
136 f.

Dissertação (mestrado) – Universidade Federal do Rio Grande – FURG, Programa de Pós-Graduação em Educação Ambiental, Rio Grande/RS, 2020.
Orientador: Dr. Carlos Roberto da Silva Machado.

1. Conflitos Socioambientais 2. Educação Ambiental 3. Enchentes Urbanas 4. Barragem Garabi/Panambi 5. Fronteira Noroeste - RS
I. Machado, Carlos Roberto da Silva II. Título.

CDU 504:37(816.5)

Catálogo na Fonte: Bibliotecário José Paulo dos Santos CRB 10/2344

Horácio Rodrigo Souza Rodrigues

“OS RIOS DA FRONTEIRA NOROESTE DO RIO GRANDE DO SUL: CONFLITOS E DISCURSOS COMO CONTRIBUIÇÃO À EDUCAÇÃO AMBIENTAL”

Dissertação aprovada como requisito parcial para a obtenção do grau de Mestre em Educação Ambiental no Programa de Pós-Graduação em Educação Ambiental da Universidade Federal do Rio Grande – FURG. Comissão de avaliação formada pelos professores:



Prof. Dr. Carlos Roberto da Silva Machado
(PPGEA/FURG)



Prof^a. Dr^a. Dione Lara Kitzmann
(PPGEA/FURG)



Prof. Dr. Caio Floriano dos Santos
(FURG)



Prof^a. Dr^a. Luciane Carvalho Oleques
(IFFAR)

Dedico este trabalho àqueles que, por querer o destino, não se encontram mais neste plano, mas que foram os principais responsáveis por me fazer chegar até aqui:

José Luiz Fortes Rodrigues, meu pai e espelho, que enquanto pode estar presente não mediu esforços em me incentivar aos estudos;

Mirta Alves de Souza, filha da barranca do Uruguai, não por acaso vinda ao mundo no dia da Santa, 02 de fevereiro, minha mãe e rainha, assim como àquela para as águas. Gostaria de poder oferecer a companhia dos últimos dias, porém como não mais o posso, ofereço-lhe este trabalho.

AGRADECIMENTOS

Agradeço primeiramente a toda a população de nosso Brasil, que, através da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior - CAPES, financiou a bolsa de estudos que possibilitou a viabilidade da realização desta pesquisa.

Toda a minha admiração e agradecimento ao professor e amigo Carlos Machado, pela orientação, incentivo, paciência e parceria.

Ao pessoal do Observatório dos Conflitos, pelas trocas indispensáveis à minha formação, desde a época da graduação, André, Wagner, Vinícius, Raíssa, Samuel, Cíntia, Cleiton, Júlia, Marcela e especialmente ao professor Caio, que além de acompanhar toda a caminhada, ainda aceitou participar da banca final.

Quanto à banca, um agradecimento a professora Dione por novamente aceitar o convite de nela estar presente, e a professora Luciane, a quem também agradeço pela supervisão no estágio de docência, pela acolhida no Sala Verde e no curso de Ciências Biológicas, que seja promissora nossa parceria por estas querências, nela, ainda agradeço as educadores e educadoras ambientais com quem tive a oportunidade de estar neste ano da pesquisa, Gabriel, Marisa, Pedro, Artiese, Professor Rubinho, Professora Michele, Professora Ana Luisa.

Ao Leo, pela parceria desde o início do mestrado, e a todas e todos colegas e professores que contribuíram nesta caminhada.

Às companheiras e aos companheiros de luta ao longo deste processo, permeado de retrocessos e resistências, Fabi, Alisson, John, Eve, Lili, Carol, Carol, Dani.

Aos professores que contribuíram na qualificação do projeto, professor Jussemar, professora Rúbia (também por ter me ensinado sobre Vigotsky) e professor André (também por ter me ensinado sobre Freire).

Em relação à pesquisa, na sua parte de campo, agradeço às professoras Janice, Valéria e Sheila, por abrirem as portas das escolas e a todo o pessoal que colaborou: Mikeli, Juliana, Paula, Daniele, Tiago, Rosa, Cornélio, Laís, Camila, Adriano, Eduardo, Janaína, Débora e Jessé. Assim como um agradecimento especial a/ao companheiros do MAB Teresa Pessoa e Pedrinho Escher.

Um agradecimento às pessoas importantes da minha vida, pelo apoio e

companheirismo, meu mano Jean Carlo, a Laine, Herik, Paulo, vó Elvira, tia Adrina e tio Miguel, tio Alcides e tia Nair.

Ao pessoal de Santa Rosa, pela amizade e pelo apoio, Marlon, Abel, Karina, Jasper, Cris, Rique, Roxa, Antonio, Lu, Ka, Rivas, Luna, Sávio, Ana, Marli, Milena, Vick.

À comunidade da Volta Grande que me acolheu, Paulão, Victor, Oda, Vânia, Dé, Denise, Renata, Carlos.

À Jessica, por tudo que aprendi em sua companhia no primeiro ano deste mestrado.

À Talli pela amizade e pela revisão linguística.

RESUMO

Esta dissertação apresenta uma pesquisa desenvolvida na linha de pesquisa de fundamentos da Educação Ambiental, partindo do pressuposto de que esta deve ser pensada a partir dos grupos que sofrem injustiça ambiental, ou seja, uma Educação Ambiental para Justiça Ambiental. Para tanto, é considerado que vigora em nossa sociedade a imposição da ideologia neoliberal, que, para além do acirramento das desigualdades e injustiças, baseia-se na construção de sujeitos orientados a esta lógica (competitiva, meritocrática, desumana). Em contrapartida, é utilizado, como oposição a essa ideologia, o pensamento socialista-libertário, que pressupõem relações de solidariedade, apoio mútuo e autogestão. O objetivo da pesquisa é evidenciar, nos discursos de grupos demandantes em conflitos socioambientais, a construção de relações que antagonizam com a lógica neoliberal e afirmam os ideais libertários, pois, como hipótese, afirmo que, na luta contra as injustiças socioambientais, em situações de conflito, os grupos constroem entre os sujeitos relações necessárias não só à luta, mas também a um outro mundo possível, justo e igualitário. Para proceder à pesquisa, foi inicialmente realizado o mapeamento dos conflitos socioambientais e problemas ambientais da Região da Fronteira Noroeste do Rio Grande do Sul, visando um entendimento do contexto regional e identificação dos grupos, através do Jornal Noroeste, nos anos de 2014 a 2017. Os grupos identificados foram os atingidos por enchentes urbanas dos Rios Pessegueiro e Pessegueirinho, na cidade de Santa Rosa/RS, e o movimento de luta contra a instalação do complexo de Barragens Garabi/Panambi, no Rio Uruguai. Posteriormente, foi realizada a análise do discurso dos grupos identificados. Como resultado, evidencia-se que estão presentes, nos processos de mobilização e nas vivências destes grupos, a aprendizagem de outras formas de relação, baseadas na(nas) utopia(s) destes, constituindo sujeitos capazes de construir outras relações, necessárias à transformação da sociedade e à superação da crise socioambiental. Por fim, argumenta-se que o resgate das utopias, enquanto fundamental à construção de uma sociedade mais justa (social e ambientalmente), deve ser incorporada como fundamento à Educação Ambiental.

Palavras-chave: Conflitos Socioambientais, Educação Ambiental, Enchentes Urbanas, Barragem Garabi/Panambi, Fronteira Noroeste - RS.

RESUMEN

Esta disertación presenta una investigación desarrollada en la línea de investigación de los fundamentos de la Educación Ambiental, basada en el supuesto de que la misma se piensa desde los grupos que sufren injusticia ambiental, o sea, una Educación Ambiental para la Justicia Ambiental. Por lo tanto, llevase en consideración que la imposición de la ideología neoliberal prevalece en nuestra sociedad, que, a pesar de la intensificación de las desigualdades e injusticias, el neoliberalismo se basa en la construcción de sujetos orientados a esta lógica (competitiva, meritocrática, inhumana). En contrapartida, como oposición a esta ideología es usado el pensamiento socialista-libertario, que es basado en relaciones de solidaridad, apoyo mutuo y autogestión. El objetivo de la investigación es evidenciar en las declaraciones de los grupos que demandan en los conflictos socioambientales, la construcción de relaciones que antagonizan con la lógica neoliberal y afirman los ideales libertarios, porque como hipótesis, afirmo que en la lucha contra las injusticias socioambientales, en situaciones de conflicto, los grupos construyen relaciones entre los sujetos necesarios no solo para la lucha, sino también para otro mundo posible, justo e igualitario. Para llevar a cabo la investigación, fue realizado inicialmente un mapeo de conflictos socioambientales y problemas ambientales en la Región de la Frontera Noroeste del Rio Grande del Sur, buscando comprender el contexto regional e identificar los grupos, a través del Jornal Noroeste en los años 2014 hasta 2017. Los grupos identificados fueron los afectados por las inundaciones urbanas en los ríos Pessegueiro y Pessegueirinho, en la ciudad de Santa Rosa / RS y el movimiento para combatir la instalación del complejo de presas de agua Garabi / Panambi en el río Uruguay. Posteriormente, se hicieron análisis del discurso de los grupos identificados. Como resultado, es evidente que están presentes en los procesos de movilización y las experiencias de estos grupos el aprendizaje de otras formas de relación, basados en su (s) utopía (s), constituyendo sujetos capaces de construir otras relaciones, necesarias para la transformación de la sociedad y para superar la crisis socioambiental. Por fin, se argumenta que el rescate de las utopías, fundamental para la construcción de una sociedad más justa (social y ambientalmente), debe incorporarse como la base de la Educación Ambiental.

Palabras clave: Conflictos socioambientales, Educación Ambiental, Inundaciones Urbanas, Presa Garabi / Panambi, Fronteira Noroeste - RS.

ABSTRACT

This dissertation presents a research developed in the research line with the foundations of Environmental Education, based on the assumption that this should be thought from the groups that suffer environmental injustice, that is, an Environmental Education for Environmental Justice. Therefore, it is considered that the imposition of neoliberal ideology prevails in our society, which, in addition to the intensification of inequalities and injustices, is based on the construction of subjects oriented to this logic (competitive, meritocratic, inhuman). In contrast, socialist-libertarian thinking is used as an opposition to this ideology, which presupposes relations of solidarity, mutual support and self-management. The objective of the research is to highlight in the speeches of groups demanding social and environmental conflicts the construction of relationships that antagonize with the neoliberal logic and affirm the libertarian ideals, because as a hypothesis, I affirm that in the fight against socio-environmental injustices, in conflict situations, the groups they build relationships between subjects necessary not only for the struggle, but also for another possible, just and egalitarian world. In order to carry out the research, the mapping of socio-environmental conflicts and environmental problems in the Northwest Frontier Region of Rio Grande do Sul was initially carried out in order to understand the regional context and identify the groups, through *Jornal Noroeste* in the years 2014 to 2017. The groups identified were those affected by urban floods in the rivers *Pessegueiro* and *Pessegueirinho*, in the city of *Santa Rosa / RS* and the movement to fight against the installation of the *Garabi / Panambi* dams complex in the *Uruguay* River. Subsequently, the discourse analysis of the identified groups was carried out. As a result, it is evident that the learning of other forms of relationship are present in the mobilization processes and in the experiences of these groups, based on their utopia (s), constituting subjects capable of building other relationships, necessary for the transformation of society. and overcoming the socio-environmental crisis. Finally, it is argued that the rescue of utopias as fundamental to the construction of a more just society (socially and environmentally) must be incorporated as a foundation for Environmental Education.

Keywords: Socio-environmental Conflicts, Environmental Education, Urban Floods, *Garabi / Panambi* Dam, *Fronteira Noroeste - RS*.

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Figura 1 - Mapa de localização da região.....	25
Quadro 1 – Conflitos mapeados.....	105
Figura 2 – Rio Pessegueiro.....	116
Figura 3 – Rio Pessegueirinho.....	116
Figura 4 – Rio Uruguai.....	127

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 – Ocorrência de notícias sobre problemas ambientais.....	92
Tabela 2 – Ocorrência de notícias sobre conflitos.....	104

LISTA DE ABREVIATURAS

ACISAP: Associação Comercial, Industrial, de Serviços e Agropecuária de Santa Rosa

AD: Agência de Desenvolvimento

ADPF: Ação de Descumprimento de Preceito Fundamental

ANCINE: Agência Nacional do Cinema

AREDE: Associação Regional de Educação, Desenvolvimento e Pesquisa

BRICS: Brasil, Rússia, Índia, China e África do Sul (Agrupamento de Países)

CAB: Coordenação Anarquista Brasileira

CAPES: Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior

COMUDE: Conselho Municipal de Desenvolvimento de Santa Rosa

COTRIROSA: Cooperativa Triticola Santa Rosa

CPERS/SINDICATO: Centro dos Professores do Estado do Rio Grande do Sul - Sindicato dos Trabalhadores em Educação do Rio Grande do Sul

EA: Educação Ambiental

EBISA: Empreendimientos Energéticos Binacionales S.A. (Argentina)

ELETROBRÁS: Centrais Elétricas Brasileiras S.A.

EMATER: Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural

ERS: Estrada Estadual do Rio Grande do Sul

EUA: Estados Unidos da América

FEPAM: Fundação Estadual de Proteção Ambiental Henrique Luiz Roessler

FETAG: Federação dos Trabalhadores na Agricultura

FMI: Fundo Monetário Internacional

IBAMA: Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis

IFFAR: Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Farroupilha

IPHAE: Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico do Estado

LO: Licença de Operação

MAB: Movimento de Atingidos por Barragens

MPF: Ministério Público Federal

MST: Movimento dos Trabalhadores sem Terra

OCDE: Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico

ONG: Organização não Governamental

PAIS: Produção Agroecológica Integrada e Sustentável

PEC: Projeto de Emenda Constitucional

PLANDESCA: Plano de Recuperação e Desenvolvimento Econômico e Social das Comunidades Atingidas pelas Barragens de Itá e Machadinho

PLS: Projeto de Lei do Senado

PMDB: Partido do Movimento Democrático Brasileiro

PP: Partido Progressista

PPGEA: Programa de Pós-graduação em Educação Ambiental

PPS: Partido Popular Socialista

PR: Estado do Paraná

PR: Partido da República

PSDB: Partido da Social Democracia Brasileira

PT: Partido dos Trabalhadores

PTB: Partido Trabalhista Brasileiro

RS: Estado do Rio Grande do Sul

SETREM: Sociedade Educacional Três de Maio

STF: Supremo Tribunal Federal

SUSEPE: Superintendência de Serviço Penitenciário

TJ: Tribunal de Justiça

TRE: Tribunal Regional Eleitoral

TRT: Tribunal Regional do Trabalho

UFFS: Universidade Federal da Fronteira Sul

UNIJUI: Universidade Regional do Noroeste do Estado do Rio Grande do Sul

URSS: União das Repúblicas Socialistas Soviéticas

SUMÁRIO

APRESENTAÇÃO	15
1 – INTRODUÇÃO	19
2 – ASPECTOS TEÓRICOS E METODOLÓGICOS	27
2.1 – Mundo/Vida Neoliberal.....	32
2.2 – Relação da Sociedade com a Natureza.....	43
2.3 – Ciência.....	54
2.4 – Educação.....	65
2.5 – Discursos	73
3 – MAPEAMENTO DOS CONFLITOS E PROBLEMAS	80
3.1 - Peculiaridades	80
3.2 - Ações de Educação Ambiental	82
3.3 – Problemas Ambientais	85
3.4 – Conflitos.....	92
4 – RIOS PESSEGUEIRO E PESSEGUEIRINHO – AS ENCHENTES URBANAS	108
5 – RIO URUGUAI – A LUTA CONTRA AS BARRAGENS GARABI/PANAMBI.....	117
6 – CONSIDERAÇÕES FINAIS	127
REFERÊNCIAS.....	131

APRESENTAÇÃO

Tamanha enchente, como a de 2014, se recordam todos por aqui terem vivido somente em 1983. Contam-me que, naqueles dias, de tristeza e desespero, assolavam-se ao ver tudo o que se possuíam sendo carregado pelas águas do Rio Uruguai. Não eram poucas as casas que inteiras, como retiradas do seu contrapiso com a mão, desciam rio abaixo como se fossem folhas de árvore.

Em meio à correria em que estavam todas e todos, empenhavam-se na função de livrar o que se podia da fúria das águas. Retirando os pertences mais valiosos, os mantimentos e os móveis que eram possíveis em pouco tempo, carregar para a porção mais alta do terreno. Observou ela que as únicas três cabeças de gado que possuíam, as quais serviam para tracionar toda a lida cotidiana, estavam ilhadas.

O terreno, com pouco mais de cinco hectares, dava de frente para o rio, a casa, poucas dezenas de metros da margem deste, dava de frente para o potreiro que, em um *lançante*, se esparramava em direção ao Uruguai, e na sua porção final possuía uma elevação que dava à barranca uma topografia quase alinhada com o pátio da casa.

Naquele exato momento, estava inundado quase todo o potreiro, chegando as águas quase a atingir a casa, e a enchente não parava de subir. Ouvia-se notícia de que em Santa Catarina ainda não parara de chover, o que dava a triste certeza de que o Rio continuaria a subir, ou seja, estavam condenados, a casa e o barranco, a ficarem submersos.

Pois, naquela porção mais próxima do Rio, estavam as três cabeças de gado, na ilha em que aquela elevação temporariamente se conformava, mas que se sabia em horas ou mesmo em minutos, não passaria de um monte submerso. Malditos bois que não perceberam (e nem teria como se esperar que dessem conta) de que o lado do potreiro, no qual deveriam se refugiar, deveria ser o oposto.

Naquele momento de dúvida e desatino, por um instante, pensaram todas e todos que, enfim, o prejuízo que já não era pouco, ainda contaria com o gado, inviabilizando de vez toda a lida do campo.

A única solução, nada segura nem tampouco fácil, foi um impulso de

coragem, pegou o guri a *soga*, a maior e mais forte que encontrara, amarrou em sua cintura e se atirou às águas. Não é fácil nadar em um Rio forte como o Uruguai, ainda mais quando está fora do leito, potente e furioso como estava. Ainda mais difícil se atirar às águas sabendo que seus braços que cortavam as águas fariam bastante falta na empreitada de livrar os pertences de dentro de casa. Mas era o que se tinha a fazer.

E lá foi ele, a nado, arriscando a vida para salvar a subsistência do resto da família, nadou como nunca antes tivera que fazer. Mesmo que acostumado a atravessar aquele riozão a nado, o fazia costumeiramente em tranquilidade, no intuito de simplesmente chegar ao outro lado, para testar a capacidade dos braços e mostrar para si mesmo que nenhuma fronteira é grande o bastante para um costeiro nadador, nascido e criado dentro do Rio. Porém, o desafio agora era outro, e qualquer deslize, que em dias normais demandaria unicamente a procura de refúgio em alguma pedra ou algum *sarandí*, agora o condenaria, inevitavelmente, a ser carregado pela enchente, com quase nenhuma possibilidade de encontrar refúgio.

Chegou até lá, encheu o peito de ar enquanto amarrava o lado solto da corda no pescoço do animal, o primeiro a ser salvo, e agora, sem hesitar, se atirava novamente nas águas, nadando na direção da casa. Contava ele com o instinto do gado de nadar para tentar garantir a sobrevivência, porém, o controle da direção desse instinto, de segui-lo ao invés de tomar outro rumo e acabar lhe puxando e condenando-o a provavelmente perder a vida, estava entregue nas mãos da Santa Nossa Senhora dos Navegantes, para quem a sua vida entregava em devoção, e a quem rogava para que garantisse o sucesso daquele resgate. Aquela que, anos mais tarde, descobri que é a responsável por proteger todas e todos que se lançam e vivem nas e das águas, independente de ser a virgem católica ou a mãe Yemanjá.

Para encurtar o relato, foi exitoso o trabalho, já quase sem forças, depois de ter atravessado o potreiro seis vezes à nado, três delas puxando gado amarrado à sua cintura, ainda precisava de forças para terminar o traslado da mudança para longe do risco das águas.

Mesmo parecendo a maior das desgraças, esse foi um dos fatores, e talvez um dos menos relevantes, a obrigar toda a família a abandonar o campo. Não era mais rentável ficar na barranca. Se tivessem dinheiro para comprar trator e implementos, se tivessem condições de modernizar todo equipamento, de comprar

um pouco mais de terra, pois o que se pagava pela produção de uma área tão pequena, como a que possuíam, não compensava o esforço dos braços.

No fim, mudaram-se da Barra Bonita, área rural da Argentina, para a cidade grande, Santa Rosa, no caso, polo da região pelo lado brasileiro. Tentar a vida na cidade era a opção que se tinha.

Uns vinte anos mais tarde, esse mesmo guri, agora homem, se via obrigado a novamente retirar a sua mobília de dentro de casa, pois a enchente novamente assolava sua vida. O local em que morava na cidade também era na beira do rio, pois essa área, de ocupação, é aquela que onde podia se estabelecer, visto o alto custo de um terreno comprado no loteamento legalizado.

Esse guri, em verdade é um dos meus tios, e ela, a senhora que menciono no início do relato, minha avó. Essa história, entre tantas outras, me constituiu ontologicamente, e serve como breve ambientação do que desejo demonstrar com este trabalho de pesquisa. Para aqui voltei e, em um esforço de aprofundamento, vim viver na barranca do Rio, chegando aqui, percebo que o mesmo ímpeto demonstrado por familiares reside em todo este povo da barranca.

Faz poucos dias, estávamos à beira do Rio, agora na Volta Grande, do lado brasileiro, e aquele som nos tirou o sossego. Gritos de socorro que, em poucos instantes, foram identificados, vinham do meio do Rio Uruguai, dois aventureiros adolescentes pegaram o *caíco* para um passeio, desconhecedores do Rio, acabaram por virá-lo ao chegar no *canalão*.

O Rio parece até de águas tranquilas, para quem poucos metros nele adentra, porém, pela metade do seu leito, possui como que um reforço da fronteira que ele todo é. Um canal de grande profundidade, que costuma ser o maior dos desafios, ainda mais para quem não lhe conhece.

Conseguimos ver aquelas pessoas, agarradas ao *sarandí*, bem no meio do rio, abanando e gritando em tremendo desespero. Em um impulso, um guri, morador daqui, em verdade meu vizinho, de dezesseis anos recém-completos, tirou a camisa e se atirou às águas, nadando até eles. Ajudou-os a colocar o *caíco* novamente a flutuar e remando os trouxe com vida até a beira, sem antes os ralhar com toda a razão do mundo.

Essa destreza para com o Rio, necessária para salvar uma vida, seja do gado, seja das pessoas desavisadas, é um dos nós que amarram a relação da

natureza física desse território com as pessoas que aqui se criam. Começar por esses relatos me parece apropriado para contextualizar de onde estou (e estamos enquanto campo científico) pisando (ou nadando, navegando).

Bastaria, para explicar do ponto de vista afetivo e emocional, transcrever todos esses relatos, porém os guardarei, para em outro momento utilizá-los como tentativa de contribuição às obras literárias que registram a vida da barranca do rio e da região da fronteira como um todo.

O intuito, daqui para frente, é apresentar a pesquisa de dissertação realizada no mestrado em Educação Ambiental, entendendo-a como ferramenta de transformação e emancipação, pensada a partir do ponto de vista daquelas e daqueles que sofrem as injustiças socioambientais, uma Educação Ambiental para a Justiça Ambiental.

Espero ter conseguido minimamente contribuir ao campo do qual pretendo receber o título de mestre e, principalmente, trazer para dentro dele algumas das perspectivas dos grupos que neste território vivem e se relacionam, desejo, a quem vier aqui assentar seus olhos, uma boa leitura.

1 – INTRODUÇÃO

O aprofundamento da discussão teórica, sobre a crise socioambiental que vivenciamos, é um dos objetivos do programa de pós-graduação em Educação Ambiental (PPGEA, 2011). Essa crise se constitui e se fundamenta na organização da sociedade, tendo, no sistema de produção capitalista, a sua produção e sustentação. O atual cenário é alarmante, pois a ideologia neoliberal (que orienta a atual conformação do capitalismo) que produz e reproduz nossas relações econômicas, políticas, sociais e pessoais, orienta ao individualismo e à lógica de mercado (DARDOT e LAVAL, 2015). A maneira como essa ideologia se estabeleceu como hegemônica, e as implicações dela em nossa sociedade está discutida de maneira mais aprofundada no item 2.1 desta dissertação.

A vigência dessa ideologia sustenta um cenário de desigualdade social e de crise ambiental, verificada no extremo sul do Brasil e em outras regiões através dos estudos realizados pelo Observatório de Conflitos do Extremo Sul do Brasil (MACHADO et al., 2013, 2015, 2018). Para a região citada, local de inserção direta desse programa de pós-graduação, o mapeamento dos conflitos permite inclusive classificá-la como Zona de Sacrifício (SANTOS e MACHADO, 2013). Esse cenário se estende para além da região sul do Rio Grande do Sul, e dele podemos evidenciar que, no cerne desta crise, vigora a desigualdade e a injustiça ambiental. Por desigualdade ambiental, entende-se o acesso desigual de grupos ao meio ambiente, já a injustiça ambiental se configura pelo desproporcional ônus ambiental suportado pelas comunidades que não detêm poder político-econômico, em benefício de grandes empreendimentos que saqueiam os territórios onde se instalam (ACSELRAD, 2009).

A situação de crise se baseia justamente em uma das condições inerentes ao sistema capitalista neoliberal que é a desigualdade, pois o objetivo de vida em um sistema meritocrata é ter e ser mais que os outros, se destacar em meio aos demais. Portanto, para que seja possível superar essa crise, que além de ambiental é do capitalismo em si, devemos buscar a construção e fortalecimento de outras relações. O que não é tarefa trivial, pois a ideologia neoliberalizante não atua somente no âmbito macro, mas desde as mínimas relações de poder (DARDOT e LAVAL, 2015), fato esse que obriga com que a ação e organização em prol das mudanças

societárias estejam articuladas com processos educativos que instrumentalizem a produção e a reprodução do mundo justo e solidário que se almeja construir para além das injustiças.

Esse movimento de contestação do capitalismo, e construção de uma nova sociedade possível, se desenha dentro do campo teórico e de ação desde a consolidação das relações capitalistas. Já existiam organização e teoria em prol de uma nova sociedade no início do século XIX, por isso se mostra necessário revisitar algumas ideias que, por mais que possam ser consideradas ultrapassadas, demonstram vigor e atualidade, tendo em vista que a tradicional teoria da esquerda mostra suas limitações frente às novas roupagens da ideologia neoliberal.

Se superar a crise é algo atrelado à superação da sociedade capitalista, tem-se então a necessidade de imaginar uma nova sociedade, uma sociedade chamada a dois séculos de socialista. Porém, a heterodoxia dentro dessa utopia, e a disputa pela hegemonia dentro do campo formado por todas/os pensadores que ali se inserem, fez-se evidenciar duas linhas, uma que entende o Estado como meio de constituir outra sociedade (que acabou se burocratizando e adquirindo um viés autoritário), e outra que pensa na superação do Estado desde o início do processo de transformação social, como parte fundamental à sociedade utópica (Libertária).

Tanto uma quanto a outra tiveram a oportunidade de serem discutidas e postas em prática, porém as de cunho libertário foram destruídas pelas próprias iniciativas autoritárias (BESANCENOT E LOWY, 2012; TRAGTENBERG, 2007). Algumas iniciativas vieram a perdurar, algumas de maneira revolucionária, como Cuba, URSS e China, outras com a ascensão através de eleição ao poder estatal de propostas democrático populares, um exemplo recente disso, de projeto de esquerda no Brasil, que, para se sustentar, teve que retornar à “vocaçãõ” de exportador de matérias primas para o mercado mundial, mesmo sendo esses governos progressistas, com projetos democráticos, populares e comprometidos com o combate às desigualdades, precisou sustentar-se através de alianças com as classes dominantes e com a destruição da natureza na produção de commodities (SVAMPA, 2012).

Portanto, pode-se argumentar que nenhuma das experiências, por mais exitosas, superaram ou criaram todas as condições de superação da crise ambiental e social, por estarem sob a influência do capitalismo mundial e, estando sujeitas ao

mercado internacional, acabam adotando o desenvolvimentismo como programa e se afastando da transformação de fundo.

Ao longo da história da luta de classes, as formulações libertárias dividem espaço com as marxistas dentro da Primeira Internacional de Trabalhadores (a partir de 1864), da Comuna de Paris (1871), Na revolução soviética (de 1917 a 1921) na Guerra Civil Espanhola (1936) e outros espaços de luta ao longo da história (BESANCENOT E LOWY, 2016). Mas também divergem, questão que vem sendo discutida por Besancenot e Lowy (2016), enfatizando suas aproximações e lutas comuns, em detrimento do que os separa e fragiliza na luta contra o capitalismo.

Alguns elementos das formulações originais do anarquismo, como o federalismo, a autogestão, a democracia direta, a ação direta e o apoio mútuo, foram utilizados por Murray Bookchin nos seus estudos, na formulação da sua ecologia social, que se apresenta como uma importante corrente dentro do campo ambientalista, que trabalha numa perspectiva de transformação social de cunho socialista, conforme estudado no âmbito do PPGEA, por Silva (2007), em sua dissertação. Também são elementos reformulados por este autor na construção da teoria do Municipalismo Libertário (BOOKCHIN, 2015), a qual é utilizada como base teórica para uma experiência de organização do povo curdo nos cantões da região da fronteira em Síria e Turquia, ou também chamado Curdistão ocidental, em destaque a região de Rojava (BIEHL, 2015). Essa experiência de autogestão federalista mostra que a utopia socialista libertária é concretizável, e que, em última instância, a nova sociedade possível é socialista, talvez seja federalista e autogestionária. E nessa outra relação com a natureza/meio ambiente seria necessária de ser pensada e gerida.

Bruno Moraes (2016), na pesquisa de sua dissertação, também investigou o anarquismo e a autogestão, nesse caso na articulação desses conceitos/preceitos à permacultura, e estudando dois grupos libertários que se organizam como denominado por Bruno “comunidades utópicas”, uma derivada de ecovila, e outra que surge de um grupo dentro do MST.

Sobre as definições de anarquismo, em sua dissertação, Moraes (2016) fez um breve resumo sobre a concepção dessa ideologia, baseado no resgate histórico realizado por Woodcock (2002), que converge para o entendimento de que o anarquismo é um amplo espectro de ideais, mas, de maneira geral, se configura

como a aspiração por uma sociedade autogestionária, onde não estejam presentes nem a estratificação social, através do fim da dominação do capitalismo, nem o autoritarismo, com o fim da dominação pelo estado.

Importante destacar de que há uma amplitude de visões que se aderem ao auto-intitulação enquanto “anarquista”, às quais, por vezes, acabam por acarretar um esfumaçamento nos contornos ideológicos de cada grupo e cada perspectiva. No entanto, algumas categorias são basilares como a autogestão política e econômica, a luta contra o Estado, a autonomia individual e coletiva, etc. Para definir melhor o anarquismo que se pretende abordar neste estudo, é necessário de antemão deixar explícitos dois conceitos que em algumas análises se misturam, o de teoria e ideologia. A teoria serve como instrumentação, ou seja, como uma caixa de ferramentas para a análise e entendimento da realidade. Já a ideologia é o conjunto de ideias aspirações e concepções que têm relação com a prática adotada por um indivíduo ou grupo, na construção material da realidade (CAB, 2014).

Dentro disso, podemos definir a prática anarquista vinculada à ideologia, portanto com seu significado incorporado necessariamente às experiências concretas de luta:

O anarquismo é uma ideologia, uma doutrina política, um tipo antiautoritário de socialismo revolucionário que tem por objetivo mobilizar os trabalhadores de todos os tipos (assalariados da cidade e do campo, camponeses, pescadores e demais povos tradicionais, precarizados, marginalizados e pobres em geral), por meio de uma determinada estratégia, para levar a cabo uma revolução social que acabe com a dominação e que estabeleça a autogestão, o federalismo, a igualdade e a liberdade. Fundamentado numa crítica social a todos os tipos de dominação – sejam elas de base econômica, política ou cultural e, portanto, de classe, de gênero, de raça, de nacionalidade etc. (CAB, 2016).

No âmbito da teoria, o anarquismo conta com formulações conceituais para o entendimento da sociedade que abrangem diversos campos do conhecimento. De maneira geral, diferente do que é imaginado por alguns, a teoria anarquista parte de pressupostos materialistas, e seus autores, em uma medida ou outra, vem discutindo a relação da esfera econômica com a política e cultural (BAKUNIN, 2016). Toda formulação libertária parte da superação do idealismo e se funda à tradição materialista do socialismo, porém desviando-se do determinismo econômico e baseando-se na interdependência das esferas (econômica, política e cultural) (CAB, 2014). Sendo assim, a superação da sociedade injusta que vivemos não pode ser fruto de mudanças somente individuais, o que se busca é justamente a superação

do individualismo liberal (hoje neoliberal) e a busca de uma transformação coletiva da sociedade, efetuada pela ação voluntária do conjunto de exploradas/os. Porém, pressupõe-se que o contrário também não satisfaz essa real transformação, ou seja, somente o controle do estado e dos meios de produção não dão conta da construção de uma sociedade realmente justa, ela deve vir apoiada na real emancipação da sociedade, inclusive indissociável de uma outra Educação/Instrução (BAKUNIN, 2015; MALATESTA, 2008).

Nos momentos históricos em que a proposta libertária de socialismo veio a organizar grupos e territórios, se constituiu uma verdadeira sociedade diferenciada em termos de gestão. O que se relata, de maneira análoga em todas as iniciativas de autogestão social de cunho libertário, é uma cooperação de grande parte da população e seu engajamento nas decisões políticas. Aí está a construção da utopia de fato, que parece estar para além das iniciativas estatais. Por este motivo, a dissertação se baseia nas premissas de autores libertários (em especial Elisee Reclus) sobre a relação da sociedade com a natureza, discussão está apresentada de maneira mais aprofundada no item 2.2.

Destaco outra faceta do pensamento libertário: A indissociabilidade da teoria com a prática. Todas as autoras e todos os autores do anarquismo estavam imbricados em lutas sociais, o que emerge a necessidade de que a produção teórica seja indispensavelmente materialista, no sentido de só ser realmente válida quando produzida a partir da realidade social e ambiental, o que vem de encontro à discussão sobre a produção científica, tornando relevante a aproximação dos autores libertários com a Educação Ambiental. Uma reflexão sobre essa questão é apresentada no item 2.3.

Alguns princípios neoliberais se posicionam visivelmente em oposição ao que propõe o socialismo, principalmente o libertário. Porém outros podem vir a se confundir, como é o caso da Liberdade, da Autonomia e do Indivíduo. Por isso a necessidade de consolidar essas categorias como fundamentalmente socialistas e diferenciá-las da “liberdade de mercado” e da “autonomia individualista”. Como a Educação Ambiental se apresenta como ferramenta de transformação da sociedade, pressupõe-se que a relação da sociedade com a natureza e das pessoas umas com as outras, dentro dessa sociedade, podem ser problematizadas e repensadas através da Educação. Esta, enquanto processo formativo e reflexivo em cada um de

nós, pode levar a constituição de sujeitos que de fato possam organizar alternativas que caminhem para esta superação. Para tanto, um diálogo sobre o papel da Educação é apresentado no item 2.4, partindo principalmente da teoria sobre a Educação de Paulo Freire, que é amplamente utilizada como referencial no campo da Educação Ambiental e possui notável reconhecimento para a Educação dentro de toda a produção acadêmica mundial neste campo, sendo inclusive patrono da Educação em nosso país e atualmente alvo de ataques dos defensores da concepção tradicional e conservadora, tanto da Educação quanto da sociedade em geral.

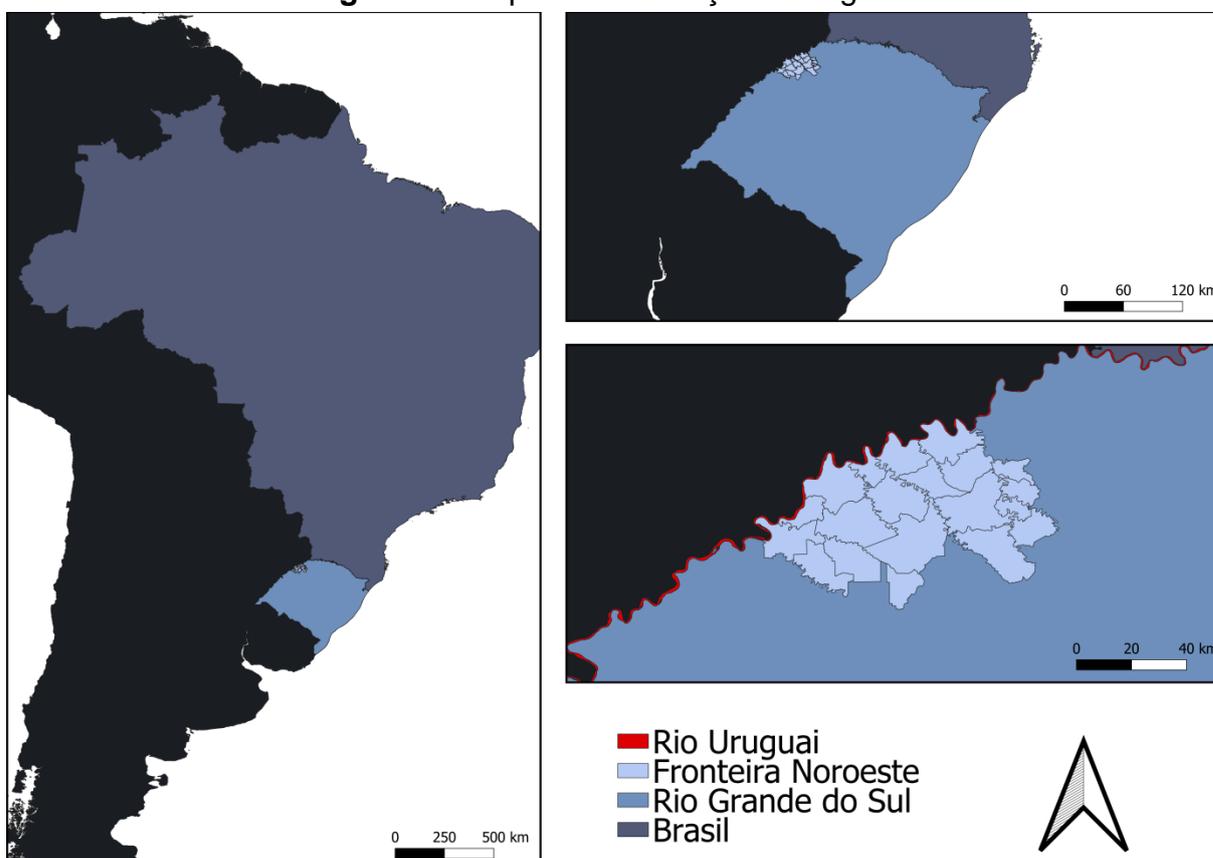
Para a Educação Ambiental, dentro de sua concepção crítica, transformadora e emancipadora, um entendimento que tem se formado é de que, para além da Educação Ambiental ser para e com os grupos que sofrem a Injustiça Ambiental, deve ser realizado desde esses grupos (SANTOS et al, 2015). Essa concepção, chamada de Educação para a Justiça Ambiental (ACSELRAD, 2009), parte do pressuposto da iniciativa partir dos próprios grupos demandantes em conflitos socioambientais, e ser autogerida por eles, ou seja, retoma a importância da autogestão como princípio, superando qualquer imposição ou centralismo. Logo remetendo ao que os anarquistas já formularam no século XIX, em relação à luta, a sociedade e à Educação (BAKUNIN, 2015).

Baseado nisso, o problema passível de ser pesquisado, com o qual nos deparamos, é de *como* pensar a Educação Ambiental para Justiça Ambiental, considerando que ela deve ser pensada pelos grupos injustiçados, a partir deles. De pronto, já sabemos, adiantando nosso referencial, que, para avançar numa transformação social, deve se contrapor a ideologia que nos é imposta (que possui uma utopia, dos ricos, de um mundo eternamente injusto) para construir um outro, com justiça ambiental. Logo, levanta-se a hipótese de que, nos discursos dos grupos injustiçados que lutam para resistir e confrontar essas injustiças, estão presentes os elementos da utopia de justiça desse grupo, e esses elementos, por sua vez, possuem uma aderência à utopia socialista-libertária. Portanto, o objetivo desta pesquisa é identificar, nos discursos produzidos em situações de conflitos socioambientais, elementos da utopia libertária úteis para fundamentar a Educação Ambiental.

De maneira específica, o principal objetivo é identificar, para a região da

Fronteira Noroeste do Rio Grande do Sul¹, os problemas ambientais e conflitos socioambientais (tanto como forma de contextualização, como de identificação de quais discursos buscar). Na sequência, objetiva-se analisar, nos discursos dos sujeitos identificados, a utopia presente nestes, bem como a constituição da mesma no processo de luta e sua relação com a educação e com o meio ambiente. Por fim, desvelar nesses discursos os elementos que vão ao encontro da ideologia socialista-libertária, tratando-os como elementos referenciais que nos permitam pensar a Educação Ambiental.

Figura 1 - Mapa de localização da região.



Fonte: Produção do autor utilizando software QGIS 3.10.4

Portanto, a etapa inicial da pesquisa consiste em um mapeamento dos conflitos da região, assim como dos problemas socioambientais, apresentado ao longo do Capítulo 3. Na sequência, a análise do discurso dos sujeitos envolvidos nos

1 A delimitação da região segue a delimitação territorial adotada pelo Governo do Estado do RS (PESSOA, 2017), sendo que geograficamente, esta região representa a microrregião de Santa Rosa (13 Municípios) e outros 7 municípios adjacentes. A escolha da delimitação se deu pela abrangência do Jornal utilizado para o mapeamento.

conflitos socioambientais evidenciados, apresentada nos Capítulos 4 e 5 (as enchentes urbanas em Santa Rosa/RS – Rios Pessegueiro e Pessegueirinho - e a luta contra o complexo de barragens Garabi/Panambi – Rio Uruguai). Para entender a dupla metodologia da pesquisa, podemos dizer que a análise do discurso seria a lupa utilizada para enxergar a realidade, as categorias teóricas (apresentadas no próximo capítulo) o tipo de lente em uso, e o mapeamento dos conflitos o ajuste do foco, ou seja, uma etapa fundamental e anterior à análise propriamente dita.

Em suma, no Capítulo 2, estão apresentados os referenciais teóricos e o detalhamento das metodologias utilizadas; nos capítulos 3, 4 e 5, o desenvolvimento da pesquisa e seus resultados; no capítulo 6, a reflexão final desta dissertação, onde torna-se evidenciada a importância do resgate das utopias como pressuposto para a Educação Ambiental, força motriz das transformações sociais no caminho da construção de uma sociedade justa ambientalmente.

2 – ASPECTOS TEÓRICOS E METODOLÓGICOS

Conforme adiantado na introdução, a primeira etapa da pesquisa (posterior ao levantamento bibliográfico) foi o mapeamento dos conflitos e problemas ambientais. Esse tipo de mapeamento tem sido utilizado pelo observatório dos conflitos socioambientais do extremo sul do Brasil, laboratório vinculado ao programa de pós-graduação em Educação Ambiental da FURG, e, através do mapeamento na região do extremo sul, tem avançado no campo da pesquisa sobre as injustiças socioambientais dessa região. A proposta aqui foi realizar um mapeamento semelhante, porém na região noroeste.

Um conflito socioambiental ocorre quando duas perspectivas de apropriação de um território entram em disputa (ACSERLRAD, 2004), quando, por exemplo, um empreendimento (como o caso das barragens) visa impor uma utilização diversa daquela tradicionalmente utilizada pela população de determinada região. Portanto, é característico do conflito possuir dois grupos envolvidos, um que exige determinada demanda (como o direito ao uso tradicional do seu território), e outro que é demandado (representantes dos empreendimentos e/ou do poder público).

Para o presente mapeamento, interessou não somente os conflitos socioambientais propriamente ditos (os que possuem em disputa a apropriação do território), mas todas as manifestações noticiadas onde ocorreu a mobilização de um grupo demandando outro.

Para tanto, utilizei o acervo do Jornal Noroeste, um periódico de abrangência regional que possui periodicidade semanal. A escolha se deu pelo fato de que, nesse período recente, esse jornal manteve as edições de maneira contínua e preservou, de forma organizada, todos os exemplares, divididos por semestre, o que permitiu uma leitura completa de todo material produzido no período analisado. O recorte temporal foi de quatro anos, 2014, 2015, 2016 e 2017. Procedi a uma leitura rápida de todos os jornais, selecionando e fotografando as reportagens que continham informações sobre conflitos e/ou problemas ambientais. Metodologia de seleção baseada no trabalho realizado no âmbito do Observatório dos Conflitos do Extremo Sul (SANTOS E MACHADO, 2013; SANTOS et al, 2015), porém com a diferença de que não poderia produzir o recorte dos jornais (por isso as fotografias dos mesmos) assim como não foi realizada a publicação dos mesmo em uma base de dados

virtual, como na metodologia original.

Para os conflitos, foram selecionadas reportagens em que se demonstrava a manifestação de um grupo (demandante), em situação de oposição (cobrança, resistência) a outro (demandados). Após a seleção, esses conflitos foram catalogados em fichas, contendo o tema, os grupos (demandantes e demandados), a data e a forma de manifestação.

Os problemas ambientais também foram catalogados, porém a forma obviamente teve de obedecer a critérios distintos, pois não se trata da oposição de dois grupos, mas de maneira geral de uma problemática que afeta algum grupo em relação ao meio ambiente. Dito de outra forma, problemas ambientais são conflitos entre a sociedade e o meio ambiente, inerentes à condição conflitiva da nossa relação com a natureza, como será argumentado no item 2.2 deste capítulo, mas não configuram, para esta pesquisa, conflitos socioambientais, que são constituídos pela oposição de dois grupos, demandantes e demandados. Portanto, nessas fichas foram atribuídos: o tema, a data e o grupo relacionado, ou como afetado pelo problema ou o causador do mesmo. No mapeamento apresentado no capítulo 3, além dos conflitos e problemas, também surgiram duas categorias importantes para contextualizar a região, peculiaridades e ações de educação ambiental.

Os conflitos socioambientais, propriamente ditos, encontrados foram as mobilizações em relação às enchentes urbanas na cidade de Santa Rosa e a luta contra a instalação das barragens de Garabi e Panambi. Por meio desses conflitos e os grupos neles envolvidos identificados, percebi que, para a sequência da pesquisa, uma metodologia única de coleta não daria conta de entendê-los, pois a característica das manifestações dos mesmos demonstrou trajetórias diferentes. Mas, para ambos os casos, a inserção nos locais foi necessária, para poder entender melhor o ponto de vista dos sujeitos. Em um primeiro momento, fixei residência nas proximidades do Rio Pessegueirinho, à altura do Bairro Jardim Petrópolis, em Santa Rosa, área atingida pela enchente; e, posteriormente, na Comunidade da Volta Grande, interior do município de Porto Mauá, o qual seria o mais atingido em área pela construção das barragens. Esse movimento permitiu uma nítida definição do contexto em que se produzem os sujeitos e seus discursos, aproximando a análise da realidade, indo ao encontro do proposto por Minayo (2012), em relação ao trabalho de campo, e como pressupostos dos aspectos da

pesquisa social na proposta da pesquisa-ação (THIOLLENT, 1985, p.16). Cabe ressaltar que essa aproximação não configura uma pesquisa de metodologia da pesquisa-ação ou de pesquisa participante, pois as manifestações dos conflitos abordadas já haviam ocorrido, porém, essa aproximação serve, em nível de diagnóstico, dentro do proposto para esta metodologia por Thiollent (1985, p.16).

De maneira prática, para o conflito envolvendo o Rio Uruguai, a luta contra as Barragens se deu sob a organização da população ribeirinha, articulada através de movimentos sociais com estrutura já existente no nível comunitário (as organizações religiosas principalmente – igrejas católicas e luteranas), e também a nível nacional, com a presença do Movimento de Atingidos por Barragens (MAB), portanto, realizei a coleta de dados diretamente com militantes desse movimento, através de entrevista aberta dialogadas (MINAYO, 2012), onde a condução do diálogo foi no sentido de entender quem era a pessoa a quem busquei para a entrevista (Quem é a entrevistada?), sua relação com o Rio (o que o Rio representa para a entrevistada?), como a barragem afetaria a comunidade (como este empreendimento afetaria a comunidade?) e como se deu o processo de luta contra o empreendimento (como foi/tem sido o processo de luta contra o empreendimento?). Além disso, recorri às publicações de um jornal local, o Tribuna Livre, que me foi cedido por um dos militantes do MAB, para reconstituir o histórico do processo de mobilização.

Já o conflito envolvendo o Rio Pessegueiro e Pessegueirinho (na zona urbana de Santa Rosa) demonstrou características diferentes, de mobilizações pontuais, que não possuíam caracteres institucionalizados de luta. Portanto, os discursos que buscava estavam dispersos na população envolvida nos acontecimentos de enchente e nas mobilizações. Para encontrá-los, busquei a inserção em locais onde estariam os sujeitos envolvidos, nas escolas. Em uma das escolas, situada na Vila Auxiliadora e que atende a comunidade desta (uma das mais afetadas com as enchentes) e da Vila Auxiliadora II, cujos moradores são oriundos de áreas de alagamento, envolvidos nas mobilizações que culminaram na construção desse novo loteamento, assim como na mobilização posterior pela cobrança, junto ao poder público, da estrutura básica para o mesmo. De maneira prática, os discursos a serem analisados foram coletados através de grupos focais (THORNTON, 2005). Esses grupos, inicialmente realizados com estudantes, foram ampliados para a

participação da comunidade dessas vilas, contando com a presença de servidora da escola, que era moradora do bairro, e de representante da associação de moradores².

Essa técnica (de grupos focais) me pareceu mais adequada pela característica da pesquisa estritamente qualitativa, que vem ao encontro da ideia desses grupos, de entender a realidade a partir dessa perspectiva (THORNTON, 2005, p.40). Os grupos, nessa escola, foram formados com as turmas do segundo e do primeiro ano do ensino médio, em momentos separados. No primeiro encontro, a discussão foi preliminar, com perguntas introdutórias e de transição (Quem são os participantes? O que o Rio representa para elas/es?), (THORNTON, 2005, p.58), que visaram à apresentação dos participantes e a sua relação com o Rio, da qual participaram as cinco alunos e alunas. Em um segundo momento, já com a presença de membros externos, a questão levantada foi referente às vivências dos alunos com as enchentes (como foi a experiência e como foi a cobrança junto a prefeitura em relação as enchentes), onde, nesse momento, fizeram-se presentes a servidora da escola e o morador representante da Associação Amigos da Auxiliadora.

Além dessa mencionada, realizei a mesma proposta em outras duas escolas, com a participação de quatro alunos/as em cada. Ambas as escolas também se localizam em áreas próximas aos locais de alagamento, nesse caso os grupos foram realizados com alunos e alunas de turmas diversas, tendo sido selecionados (THORNTON, 2005, p.67) aqueles e aquelas que possuíam alguma vivência em situação de enchente.

Todas as conversas, tanto dos grupos focais quanto a entrevista, foram gravadas em áudio, degravadas e analisadas através de análise do discurso. As concepções teóricas e detalhes sobre essa metodologia de análise estão descritas no item 2.5, de momento, adianto que a delimitação das categorias teóricas, utilizadas na análise do discurso, foi construída ao longo da revisão bibliográfica, realizada previamente à pesquisa, que consolidou o alicerce teórico da mesma. Esta está apresentada ao longo do capítulo 2, onde também está detalhado todo o percurso metodológico percorrido. Da discussão sobre a ideologia neoliberal,

2 Todas/os participantes da pesquisa (entrevista e grupos focais) permitiram a utilização dos diálogos para a pesquisa, através da assinatura de termo de consentimento livre e esclarecido, conforme modelo disponibilizado pelo programa de pós-graduação em Educação Ambiental - PPGEA, no caso de menores de idade, o termo foi assinado também pelo responsável legal.

apresentada no item 2.1, consolidou-se a categoria teórica da Utopia. Sobre a relação da sociedade com a natureza, outra categoria utilizada, uma retomada das concepções libertárias sobre o tema está apresentada no item 2.2. Por fim, a Educação, utilizada como categoria, vem a ser discutida no item 2.4, baseando-se nos pressupostos Freireanos de uma educação libertadora.

Descrita brevemente a categorização utilizada, retomo a discussão sobre a coleta de dados. O pressuposto principal, do qual parte a pesquisa, é a de que situações de conflito são momentos de ruptura da “normalidade” e onde se coloca em cheque a hegemonia do discurso dominante (MORAES E MACHADO, 2016). Portanto, partindo de um contexto geral, onde a temática dos discursos a analisar não seja o conflito, tem-se que contornar todo um emaranhado de discursos que distorcem o entendimento sobre a vivência dos sujeitos, até se chegar ao posicionamento daquele sujeito enquanto implicado em uma relação de injustiça socioambiental. Para exemplificar, procura-se entender a injustiça ambiental relacionada aos moradores ribeirinhos pelos ônus que sofrem pelo local onde moram, perguntando, para todos, de que maneira se relacionam com o rio, talvez não conseguisse, em momento algum, posicioná-los enquanto injustiçados ambientalmente. Porém, ao identificar que ocorreu um conflito entre grupos de moradores com o poder público, e, partindo disso, consigo, já de início, situar em minha análise quem está falando (mesmo que fale-se das suas causas e/ou consequências, e não diretamente do momento conflitivo) enquanto demandante, ou seja, portador do discurso de um dos polos do conflito, o injustiçado.

Por isso a importância da análise partir do conflito, pela delimitação que o mesmo nos permite de duas formações discursivas antagônicas (mesmo que o objetivo seja analisar somente uma delas). Outra importância fundamental de explicitar os conflitos é a análise de contexto, indispensável para a análise dos discursos, como será demonstrado adiante no item 2.5, mas, antes de iniciar a discussão teórica sobre os discursos, discutamos os pressupostos teóricos que fundamentam a delimitação das categorias de análise e os pontos de partida das reflexões desta dissertação, começando pelo estudo da ideologia dominante da nossa sociedade atual.

2.1 – Mundo/Vida Neoliberal

Como já argumentado, a ideia de construir uma nova sociedade, em alternativa ao capitalismo, não é recente, permanecendo desde o início do século XIX sua produção e organização. Porém, cabe ressaltar que a ideologia que mantém as relações econômicas, políticas e sociais daquela época é outra, até o início do século passado, propagava-se o liberalismo em sua versão clássica, hoje, vivemos em um mundo neoliberal, a intenção aqui é discutir esse novo formato de sociedade, que não alterou as relações de expropriação e alienação do trabalho, mas o faz de outra maneira.

A mudança nas relações sociais é evidente, pessoas ocupam o mesmo espaço físico, porém estão virtualmente mais longe do que nunca. Além disso, pessoas adoecidas mentalmente, com depressão ou outras patologias de cunho psicológico e socioafetivo compõem a realidade da nossa época, algo que inclusive leva ao suicídio³. Poderia argumentar que isso se dá pelo advento da tecnologia, mas uma afirmação dessas é superficial, pois a tecnologia apresenta uma potencialidade espetacular para nos unir e qualificar as nossas relações sociais.

A questão é que a maneira como nos relacionamos segue a ideologia hegemônica da nossa sociedade, no caso a ideologia neoliberal, a vigência desta, seus princípios e sua disseminação é amplamente discutida por Dardot e Laval (2016), em seu livro *A nova razão do mundo*. Essa é a obra que utilizo como referencial deste subcapítulo, para explicar como surgiu, e contra qual pensamento devemos orientar nossas práticas e pesquisas.

No início do século XX, a crise do sistema financeiro e a emergência do socialismo, enquanto realidade concreta em alguns países, tornou necessária uma reelaboração conceitual por parte dos grandes empresários, banqueiros e governantes dos países ricos, para garantir a permanência do capitalismo enquanto modo de produção, no caso, em alternativa ao fascismo e ao nazismo, derrotados na segunda guerra e ao socialismo/comunismo (DARDOT e LAVAL, 2016, pp. 40-63).

Antes mesmo da segunda guerra, nos anos 1930, ocorreu o retorno ao Estado pelos capitalistas, como nova forma de operar deste, pensada por Keynes,

3 Conforme noticiado em setembro de 2016, no jornal utilizado para esta pesquisa, o aumento de número de casos nos últimos anos na região.

sob o nome de um “novo liberalismo”, para poder intervir na economia e garantir a manutenção da ordem, o “bem estar” social e promovendo a igualdade. Pois já havia emergido o socialismo na URSS e outros lugares, que, apesar dos problemas que hoje podemos destacar, representava uma ameaça ao capitalismo liberal e aos próprios regimes fascista/nazista (DARDOT e LAVAL, 2016, p. 59).

No ano de 1938, tiveram início as formulações teóricas para um outro liberalismo, realizou-se o colóquio Walter Lippmann, onde a divergência entre neoaustriacos e alemães é destacada quanto ao intervencionismo, criou-se nesse colóquio o Centro Internacional para a Renovação do Liberalismo. Já para Hayek, o pontapé inicial de tais formulações foi o encontro da sociedade Mont-Pelerin (1947), posterior à segunda guerra e com contornos mais definidos do que viria a se tornar a nova ordem mundial. Ambos os encontros visam a teorização sobre a intervenção estatal nos países capitalistas, no sentido de conter a escalada do chamado por eles coletivismo/reformismo, que começa a tomar forma de ordem mundial, a partir da consolidação da URSS (DARDOT e LAVAL, 2016, pp. 71-79).

Para os neoaustriacos (neoliberais), a crise do capitalismo liberal foi causada pelo abandono da ideologia liberal pelos Estados, no final do século XIX, que, para superar situações de crise e controlar o crescimento das ideologias de esquerda, passaram a intervir na economia. Para outros teóricos, como Lipmann, Rouges e os economistas da escola alemã, a crise se deu por conta justamente do contrário, da falta de intervenção proposta pela ideologia liberal clássica, que não permitia pensar em como intervir de maneira eficiente (DARDOT e LAVAL, 2016, pp. 79-85).

Os últimos liberais clássicos (Stuart Mill e Spencer) acreditavam que existiam regiões de não lei na sociedade, sendo a economia de mercado uma delas. Em tal perspectiva, o direito à propriedade (acumulação) e sua regulação eram naturais, e não da própria legislação e jurisprudência. Portanto, o liberalismo reinventado deveria impedir que o poder pudesse ficar na mão de grupos específicos, garantindo a livre concorrência de todos, no campo político, assim como no econômico (DARDOT e LAVAL, 2016, pp. 82-85). Por exemplo, para explicar o que seria, em sua ideia, o papel do Estado para com a economia, Hayek utiliza a metáfora do código de trânsito, onde a regulação deveria ser unicamente normativa, como as leis de trânsito são para o trânsito, em nenhum momento intervindo de maneira direta em seu funcionamento. Já para Lippmann, o liberalismo era uma ideologia

necessária historicamente, assim como o socialismo, porém como princípio do capitalismo, não como proposta de transformação, mas uma ideologia intrínseca do modo de produção (DARDOT e LAVAL, 2016, p. 89).

Em suma, até este momento histórico, o que seria, em teoria, o liberalismo renovado tinha, em Lippmann, a preocupação com a existência de um mecanismo regulador, para evitar o monopólio, e políticas de garantias sociais como o seguro desemprego. Ele dá importância ao Estado forte, porém composta por uma “elite” especializada e não totalitária. No entanto, outra forma de liberalismo (neoliberalismo) refuta esse tipo de intervenção e, para além, acredita que o novo modelo deveria “mudar o próprio homem”, pois a sociedade estaria cheia de vícios, por estar sendo adaptada de um modo de produção para outro. Assim como já apontava a importância da Educação na construção de um novo sujeito, para uma sociedade com um novo formato de liberalismo (DARDOT e LAVAL, 2016, pp. 92-100).

De modo prático, a nova forma de operar do liberalismo encontrou na Alemanha sua forma material de existência, divergindo um pouco do considerado neoliberalismo de Mises e Hayek, e que veio a se tornar a ideologia da reconstrução alemã, o denominado “ordoliberalismo alemão”. O nome deriva de “manter a ordem”, pois já entendiam, diferente dos liberais clássicos, que a concorrência não é natural, mas deve ser ordenada juridicamente (DARDOT e LAVAL, 2016, pp. 101-113).

Rejeitando a ideia de que a economia pertenceria ao plano infraestrutural e que, a partir dela, se determina a superestrutura jurídica (DARDOT e LAVAL, 2016, p.103), entendem estarem articulados - economia e o Estado - numa função de legitimação mútua, diferente do que ocorreu no século XVII, onde os Estados já eram legítimos e o capitalismo se desenvolveu no seio deste de forma subversiva, até suas revoluções no século XVIII. Tais perspectivas pressupõem que uma nova sociedade - de livre mercado - deve ser construída, readaptando as pessoas dentro de suas próprias comunidades locais, em conformidade a tais ideais, na atualidade, pois as relações sociais das populações teriam sido quebradas, pelo Estado totalitário nazista (no caso alemão), e que uma nova ideologia seria necessária para reconstruir a nação em torno de um projeto político econômico liberal (DARDOT e LAVAL, 2016, pp. 122-127).

A interferência do Estado se daria por dois mecanismos, os de ordenação

política, que cria o quadro institucional que permite o funcionamento da economia de mercado, e o de regulação que fiscaliza desvios (cartéis, mercado de trabalho, política fiscal), porém só regula, não interferindo na economia, como a proposta Keynesiana. Para que isso funcione, os ordoliberalis pensam a sociedade ideal como uma sociedade de empreendedores produtores-consumidores, e a base é uma “sociedade de direito privado”. Denominam economia-social de mercado, pois dizem respeito ao poder de escolha e se ater às pessoas, por isso social. Na sua lógica, quanto mais livre e menor a intervenção, melhor, em contraposição aos socialistas e comunistas, cuja ideologia era apresentada como alternativa. Nesse ponto, observa-se que as políticas de combate à desigualdade, que existiram na Alemanha no pós-guerra, seriam resquícios de antes das guerras, ou seja, sociais e contrárias ao ordoliberalismo (DARDOT e LAVAL, 2016, pp. 122-127).

Uma das novidades em relação ao liberalismo clássico é o de perceber que as relações sociais são importantes de serem preservadas, para não haver revolta contra o mercado. O que gerou a necessidade de um programa sociológico para conduzir a uma sociedade ajustada à economia de mercado, através da descentralização, desproletarização e desurbanização. A proletarização era vista como um problema por tirar os meios das pessoas, antes artesãos, portanto tal sociedade deveria se pautar na devolução de meios de produção para as pessoas, e que a pequena empresa familiar deveria ser o padrão, inclusive com produção própria da alimentação (DARDOT e LAVAL, 2016, pp. 128-130). O ordoliberalismo seria a terceira via prática, entre intervencionismo total (comunismo) e não intervencionismo (liberalismo clássico), para tanto, prevê a intervenção nos indivíduos, para que a sociedade se adapte à lógica da economia de mercado (DARDOT e LAVAL, 2016, pp. 130-132).

Uma segunda perspectiva também incorporou parte desses pressupostos, com os teóricos neoliberais (Hayek e Mises), mas divergem dos ordoliberais por não acreditarem na intervenção estatal, porém não são simples ressuscitadores do velho liberalismo, pregam basicamente duas ações, uma destrutiva mirando o Estado, e outra construtiva, mirando o capitalismo a partir das pessoas, produzindo todo o indivíduo como empreendedor, onde o Estado seria inibidor de tal desenvolvimento e liberdade (DARDOT e LAVAL, 2016, pp. 133-155).

O mercado já não é mais o liberal que trata da economia, mas uma estrutura

que produz seus membros, produz o homem-empresário, produz tudo e todos. Para tanto, incorpora, além da dimensão econômica e política, um estudo da praxeologia das ações do ser humano, a ação humana é central, pois o objeto é a construção de um novo homem, homo-economicus liberal e livre para poder lucrar, explorar, enriquecer. Esse homem-empresário seria a pedra fundamental da sociedade. Porém não seria para todos e todas, somente aos mais capazes, os que fossem capazes de empreender, denominados “condutores” (DARDOT e LAVAL, 2016, pp. 133-155). Portanto, para Mises, a não intervenção na economia se justifica, não mais por naturalismo (como na teoria liberal clássica), mas por entender que no mercado não se fazem necessários julgamentos morais, assim como a inovação é inseparável da concorrência. Em outras palavras, propõem-se o abandono às regras morais e amplia-se a lógica da concorrência a toda a sociedade, logo “todos os trabalhadores devem olhar para sua função e seu compromisso com a empresa com os olhos do gestor” (DARDOT e LAVAL, 2016, p.154).

Para justificar a não intervenção estatal, sem recorrer ao naturalismo como o liberalismo clássico, Hayek substitui a oposição entre natural e convencional por uma relação tripartite: a taxis (ordem fabricada, a economia como exemplo); o kosmos (natural, que encontra em si o próprio motor); e a spontaneous order (espontânea, necessária para explicar o mercado para além da taxis). Assim, enfatiza a incerteza do mercado, retomando o conceito de mão invisível, ao mesmo tempo em que faz analogia a Darwin, comparando a espontaneidade do mercado com a evolução biológica, sem deixar de afirmar a economia enquanto constructo humano (DARDOT e LAVAL, 2016, p.161).

Essa basicamente foi a gênese do neoliberalismo enquanto teoria, mas foi, a partir do final dos anos 1970, na Inglaterra, com Thatcher, primeiramente ministra da Educação da Inglaterra e depois, nos 1980, como primeira ministra, com seu aliado Ronald Reagan (EUA), que aplicam na prática, em primeira mão, a ideologia do neoliberalismo, através da retórica em seus discursos, e das ações de seus governos. A chamada “grande virada” faz com que o mundo passe a operar na lógica neoliberal, desde a nova direita até a “esquerda”, criando uma nova ordem econômica a partir de então, onde potencializou-se a globalização financeira, já em emergência desde a crise do petróleo nos inícios dos anos 1970. O fim do socialismo na URSS e no leste europeu potencializou as resoluções do Consenso

de Washington, no início dos anos 1990, quando os países, para terem o crédito (Banco Mundial e FMI) que necessitavam, deveriam seguir “regras” de conduta, independente da ideologia dos governos (DARDOT e LAVAL, 2016, pp. 190-199).

Nos países menores - da periferia e dependentes, ou simplesmente de governos serviçais dos países mais fortes ou ideologicamente a eles afinados - a privatização das estatais e a entrada em mercados internacionais foi a regra, colocando, cada vez mais, tais países sob controle dos organismos financeiros internacionais. O mercado financeiro passa a ser o centro da economia, orientador e guia de todas as atividades, ainda mais com a desvinculação da produção material de papéis especulativos, que periodicamente criam “bolhas” e crises em consequência, destruindo ou prejudicando poupadores, trabalhadores, cidades, países, bens etc. para retornarem, logo a seguir, com novos movimentos especulativos (DARDOT e LAVAL, 2016, p.198).

Mises, Hayek, Stigler e Friedman entenderam a necessidade de disputar as consciências e se esforçaram em propagar o neoliberalismo com obras que trouxessem a opinião pública, ou ao menos a das elites. Nos anos 1990, surgem os “Evangelistas de mercado”. Friedman considera um Estado ótimo, o responsável por 10 a 15 por cento do PIB, pois, para ele, as políticas de assistência e a ideia de “bem estar social” destroem os valores necessários à humanidade (honestidade, esforço pessoal, civilidade, patriotismo); e de que as desigualdades surgem devido às políticas públicas que levam as pessoas a se acomodar. As políticas de assistência, para eles, encorajam os pobres a serem pobres, ao não ter a riqueza como objetivo, fogem à lógica do sistema e, portanto, a solução seria acabar com as políticas, individualizando a culpa e a gestão, por isso a necessidade da privatização. Friedmann inclusive associa a criminalidade com a expansão do Estado. O desemprego seria, para ele, uma variável de ajuste necessária na luta contra a inflação, tratado, por ele, como “taxa de desemprego natural”. Novamente, a culpa de estar sem emprego é do indivíduo, e ele deve estar disposto a desonerar a coletividade, aceitando qualquer emprego, qualquer salário, e não dependendo da ajuda do Estado, portanto, exercendo sua liberdade de estar desempregado ou de procurar emprego (DARDOT e LAVAL, 2016, pp.215-230).

Desse modo, a partir dos anos 1980, tivemos essa “grande virada”, que veio acompanhada de um ataque a todo investimento Estatal, nos Estados Unidos,

inclusive com uma lei que congelou os gastos públicos por 10 anos (semelhante a PEC do congelamento de gastos aprovada pelo congresso brasileiro em 2016). Além disso, várias leis reduziram o poder de ação dos sindicatos internamente, enquanto na geopolítica se radicalizava o combate ao comunismo, aos governos de esquerda ou democratas (DARDOT e LAVAL, 2016, pp. 271-320).

Até a esquerda parlamentar adota o discurso de incentivo ao empreendedorismo, criticando a velha esquerda e assumindo, nos anos 1990, com Tony Blair (Inglaterra), por exemplo, a retomada da individualização da economia e da importância da empresa privada como modelo de concepção da sociedade, encampando o discurso de Teacher: “O estado é o leme, quem deve remar é a iniciativa privada”. Assim, o neoliberalismo assume um papel de estar além das ideologias dentro do espectro político parlamentar, ou seja, apresenta-se em discurso como algo para além da discussão entre direita e esquerda, tornando as medidas de ajuste e corte de direitos como algo dado e fora da disputa política.

Importante ressaltar que o espaço de organização mundial da economia, desde antes desse período e fortalecido nele, é a OCDE, e os fundos de financiamento são o FMI e Banco Mundial, ambos de domínio estadunidense e inglês. Essa realidade começa a ter um contraponto com a consolidação dos BRICS (Brasil, Rússia, Índia, China e África do Sul) em 2011, enquanto cúpula política. A intenção firmada por esse grupo, em 2014, de constituir um outro fundo, o Novo Banco de Desenvolvimento, que faria frente aos fundos que controlam a economia mundial. Entretanto, com o novo cenário depois de 2016, praticamente foi desmantelado e não tem papel relevante na atualidade, sem a força dos governos populares ou alternativos à ofensiva neoliberal, conservadora e fascista.

A lógica do mercado e da concorrência é individualizada, ou seja, foi produzida a ideia de que cada indivíduo é responsável pelo ganhar ou perder, sob outra lógica - daquela dos direitos, por exemplo - onde até a família passa a ser pensada como uma pequena empresa, onde as finanças familiares são associadas à do País, para justificar os cortes nas políticas públicas, e a privatização. Assim como a ideia coercitiva da busca da rentabilidade deve passar da empresa aos colaboradores, de mecanismos de gestão na cobrança de metas individuais, do mérito, recompensas, rankings etc. são parte desses dispositivos que foram sendo introduzidos e, na atualidade, generalizados em nossa sociedade (DARDOT e

LAVAL, 2016, pp. 321-338).

A maneira como uma ideologia, que favorece integralmente o mercado em detrimento do bem estar da população, consegue se consolidar e se tornar hegemônica, residindo no fato de que, para além de pensar uma nova lógica das relações políticas e econômicas, o neoliberalismo de Hayek e Mises se propõe a produzir uma nova maneira de ser, estar e pensar em conformidade aos valores, hábitos e atitudes empresariais (DARDOT e LAVAL, 2016, pp. 321-338).

Esse sujeito neoliberal está atrelado a uma lógica de submissão ao desempenho individual, pela qual se percebe apenas dependendo dele mesmo e contra as políticas públicas, aos impostos, ao Estado ou qualquer política ou ações que implique intervenção do governo em seu viver e fazer. Mudança muito marcada pela diferenciação do sujeito produtivo e penitente, sujeito ideal desde a revolução industrial e que tinha, no espaço da fábrica ou da empresa, o lócus de seu fazer, o qual representou o padrão de trabalhador. Agora, o sujeito ideal passa a ser o mais competitivo, um ator ativo e empreendedor, dono de seu negócio. Isso é percebido, segundo a bibliografia utilizada, tanto do olhar da sociologia, quanto da psicanálise: “o sujeito produtivo foi a grande obra da sociedade industrial” (DARDOT e LAVAL, 2016, p.325), e agora está obsoleto, substituído pelo sujeito empresarial.

O princípio industrial da utilidade não conseguiu abranger todos os discursos e as instituições, da mesma forma que a moeda não conseguiu abranger todas as atividades sociais e econômicas. “Precisamente este caráter plural do sujeito e essa separação das esferas práticas é que estão em questão hoje” (DARDOT e LAVAL, 2016, p.325-326). Em todos os âmbitos da vida, se proliferou a ideia de que você é o responsável pelo seu desempenho; mas, para tal, “novas técnicas da empresa chegam ao cúmulo da alienação ao pretender suprimir qualquer sentimento de alienação: obedecer ao próprio desejo ou ao do Outro que fala em voz alta dentro de nós” (DARDOT e LAVAL, 2016, p.327), como motivador do exercício da liberdade de mercado sem fim. A grande novidade está justamente nisso, de que qualquer dimensão da vida pode ser pensada e discutida a partir dos mesmos referenciais de desempenho e competitividade. “A racionalidade empresarial apresenta a vantagem incomparável de unir todas as relações de poder na trama de um mesmo discurso” (DARDOT e LAVAL, 2016, p.331).

Porém, destacamos que seria um erro negar a ética empresarial de maneira

rasa, pois essa ética é o oposto da metanoia da ética da conversão, que acompanhava a humanidade desde a idade média, a qual representava o rompimento com o eu e o compromisso com “algo” maior (DARDOT e LAVAL, 2016, p.334). Essa transmutação da ética ocidental cristã (católica ou protestante), baseada na existência de um compromisso ético mínimo para com a comunidade, para a ética unicamente dedicada a si mesmo, não parece estar por seguir um caminho contrário àquela, mas sim de partir dela, para produzir uma nova ética, um outro tipo de relação. Para ajudar na produção desta, surgiram técnicas como o coaching, programação neurolinguística e análise transacional, no sentido de ajudar cada indivíduo a encontrar, em si mesmo, os recursos para se tornar mais competitivo (DARDOT e LAVAL, 2016, pp. 338-342).

A estratégia neoliberal é tornar todos os trabalhadores empreendedores, extinguindo os riscos que são considerados sociais e individualizando todos os riscos, problemas e incertezas. A finalidade seria uma sociedade onde o senso de coletividade não exista mais, e sim uma multidão de empresas de si próprio.

Uma das consequências mais seguras é, sem dúvida, que as “transações” ganham cada vez mais espaço em detrimento das “relações”, a instrumentalização do outro ganha importância em detrimento de todos os outros modos possíveis de relação com o outro. (DARDOT e LAVAL, 2016, p.352).

A competitividade como fundamento da vida é incorporada não só na dimensão econômica, mas inclusive nas questões pessoais. A própria sexualidade passa a ser encarada como esporte, onde, antes da satisfação pessoal e desenvolvimento da mesma, busca-se alcançar padrões de desempenho. Já no trabalho, a busca de melhor desempenho de certa forma originou-se na preocupação com o bem estar. A humanização do trabalho, que parte justamente do campo crítico do sistema capitalista, acabou por ser engolido como estratégia para ampliar o rendimento. A pertinência da liberdade de escolha e da autonomia também acaba por ser um dos parâmetros incorporados à lógica do desempenho:

Numa ‘sociedade aberta’, todo indivíduo tem o direito de viver como bem entende, escolher o que quiser, seguir as modas que preferir. A livre escolha não foi recebida inicialmente como uma ideologia econômica de ‘direita’, mas como uma norma de conduta de ‘esquerda’, segundo a qual ninguém pode opor-se à realização dos seus desejos.” (DARDOT e LAVAL, 2016, p.360).

Alguns sintomas são apontados, como inerentes a essa nova lógica de competição (DARDOT e LAVAL, 2016, p.364):

Sufrimento no trabalho e autonomia contrariada: o esforço pelo desempenho não é mais imposto, mas sim está na própria mentalidade do empregado. Este acaba, quando não cumprindo com os objetivos, não mais conflitando com o superior, mas sim com ele mesmo “O conflito social é impedido porque o poder é ilegível. É isso, sem dúvida, que explica uma parte dos novos sintomas de ‘sofrimento psíquico’.”

Corrosão da personalidade: a mudança da relação, antes de contínua progressão profissional e pessoal, pela busca da imediata competitividade, ocasionam um abandono das perspectivas a longo prazo.

Desmoralização: como o objetivo passa a ser a competitividade, os princípios de generosidade, lealdade, solidariedade, se perdem. A união em torno de um objetivo se torna efêmero, os grupos de trabalho passam a ser temporários e de geometrias variáveis. Esse sentimento também alimenta o desprezo pelas pessoas menos produtivos, trazendo a tona, novamente, discursos racistas, capacitistas, xenófobos, entre outros.

Depressão Generalizada: a individualização da responsabilidade pelo desempenho traz consigo a individualização de todas as escolhas importantes da vida, extinguindo-se a responsabilidade coletiva pelas mesmas. Como o objetivo de todos é ser “bem sucedido”, a sombra do “fracasso” acaba por provocar a patologia símbolo do final do século passado e início deste, a depressão, da qual:

O remédio mais propalado para essa ‘doença da responsabilidade’, essa usura provocada pela escolha permanente, é uma dopagem generalizada. O medicamento faz as vezes da instituição que não apoia mais, não reconhece mais, não protege mais os indivíduos isolados. Vícios diversos e dependências às mídias visuais são alguns desses estados artificiais. O consumo de mercadorias também faria parte dessa medicação social, como suplemento de instituições debilitadas.” (DARDOT e LAVAL, 2016, p.367).

A ordem neoliberal opera um desmantelamento do que sobrou da própria democracia liberal. Ao colocar todas as ações, tanto do estado quanto do indivíduo, sob a lógica da concorrência e da rentabilidade. A primazia do público pelo privado, assim como o respeito do poder executivo ao legislativo, já não opera mais. Assim como a noção de que as ações do estado são de cunho político se perde no imaginário da população, que contemporaneamente trata as decisões políticas como puramente técnicas, utilizando somente critérios de desempenho da máquina estatal, ao invés do desenvolvimento de projetos políticos de fundo.

Esse apagamento da dimensão política do estado acaba gerando uma nova maneira de se relacionar com os serviços públicos. Deixa-se de tratar os serviços básicos como garantia da cidadania para toda a população, e se passa a pensar em todos os serviços em termos de custo, e além, a se questionar o merecimento das pessoas no acesso a esses serviços, reforçando as lógicas de exclusão:

Sob este aspecto é espantoso constatar a que ponto a contestação dos direitos sociais está intimamente ligada à contestação prática dos fundamentos culturais e morais, e não só políticos, das democracias liberais. O cinismo, a mentira, o menosprezo, a aversão à arte e à cultura, o desleixo da linguagem e dos modos, a ignorância, a arrogância do dinheiro e a brutalidade da dominação valem como títulos para governar em nome apenas da “eficácia”. Quando o desempenho é o único critério de uma política, que importância tem o respeito à consciência e à liberdade de pensamento e expressão?” (DARDOT e LAVAL, 2016, p.382).

Essa condição é muito perceptível no atual contexto brasileiro, onde a própria população, que utiliza os sistemas públicos de saúde e Educação, os ataca, considerando-os gastos desnecessários.

Desde sua concepção, na visão de Hayek, o neoliberalismo não possui uma necessária vinculação com a democracia, a primazia da liberdade é no âmbito individual, ou seja, desde que não se opere barreiras ao indivíduo em sua liberdade de escolha e de concorrência. A liberdade para a participação política e de construção direta das decisões de sua sociedade nunca foi um princípio neoliberal, e, na questão político social, está a mais perigosa novidade do neoliberalismo em relação ao liberalismo clássico, a de ser coexistente com ideologias conservadoras, permitindo sem contradição a condição ideológica de ser liberal na economia e conservador nos costumes.

Tanto é que a racionalidade neoliberal é capaz de articular-se com muita facilidade a outras ideologias, como contemporaneamente ao neoconservadorismo, onde pautas de retrocesso em direitos sociais tomam espaço e força no seio da sociedade neoliberal, sem qualquer perigo à organização do mercado.

Para as duas discussões mais caras ao campo da Educação Ambiental (a Educação e a relação da sociedade com a natureza), a vigência da ideologia neoliberal sustenta os ataques mais enfáticos da atualidade.

Por um lado, a Educação como ferramenta de transformação da sociedade, principalmente o pressuposto freiriano de Educação emancipadora e libertadora acaba sendo considerado como doutrinação e atacado dentro dos educandários,

inclusive através da tentativa de implementação dos mais variados formatos da lei da mordça (escola sem partido)⁴.

Por outro lado, um afastamento governamental da preocupação com a conservação do meio ambiente, com a flexibilização da legislação ambiental e o descaso para com a fiscalização e punição dos desmatadores e poluidores.

Explicada a gênese da ideologia que atualmente aprofunda a crise socioambiental, podemos dizer que o contraponto à ideologia neoliberal e a sua consolidação se mostra como atitude inerente à Educação Ambiental. Em outras palavras, definindo em teoria aquilo que devemos combater, enquanto educadores ambientais, desde as macro políticas (redução do estado, privatização) à ética pessoal (individualismo, meritocracia). Assim como podemos situar, a título análise, a ideologia socialista-libertária como antagônica à ideologia neoliberal, pois prega justamente o fortalecimento das relações que esta segunda tentar destruir. Passamos a discutir com mais detalhes a relação da sociedade com a natureza, a partir da sociedade que buscamos construir.

2.2 – Relação da Sociedade com a Natureza

Conforme dito anteriormente, busquei, na literatura libertária, contribuições que venham auxiliar no diálogo com a EA, para basear a pesquisa. De início, evidencia-se que, de modo geral, a construção do pensamento anarquista traz consigo o entendimento de que o ser humano só possui uma relação de degradação

4 Escola Sem Partido foi um movimento político de cunho conservador, que buscou criar em todos os âmbitos (municipal, estadual e federal) legislação que restringe a abordagem em sala de aula de temas considerados “partidários” como a discussão de gênero, sexualidade e outras temáticas de crítica social. Em dezenas de cidades pelo Brasil leis neste sentido, de restringir a autonomia didático-pedagógica de professoras/es foram aprovadas, assim como tramitaram projetos em 12 assembleias legislativas estaduais (MOURA, 2016), tendo sido aprovada no estado do Alagoas a Lei n.º 7 800/16. No Congresso Federal, um projeto neste sentido foi apresentado pelo Senador Magno Malta (PR), o PLS 193/2016. Recentemente foram julgadas pelo STF, no dia 08 de maio de 2020 a ADPF 526, que tratava de legislação anti gênero de Foz do Iguaçu (PR), e no dia 28 de maio de 2020 a ADPF 467, que tratava de legislação contra a discussão sobre gênero e orientação sexual no ensino em Ipatinga (MG), ambas as decisões consideraram como inconstitucional este tipo de lei, por violar os direitos de autonomia de professoras/es, a competência da União em tratar de normas educacionais e por serem atos baseados em discriminação e contra o pluralismo. Cabe ressaltar que todas as iniciativas em aprovar essas leis, se proclamavam “sem partido” mas partiam de políticos de partidos de ideologia conservadora, de direita. Os movimentos contrários a estas leis a denominam “Lei da mordça” sendo os mesmo também intitulados “Escola Sem Mordça”.

com a natureza devido à desigualdade social, que uma sociedade justa socialmente resultaria numa relação solidária (CUEVAS NOA, 2014), mesmo que conflitiva com o meio natural.

Em especial, encontra-se no geógrafo e amante da natureza, Éliseé Reclus, uma vasta produção sobre essa relação. Nascido em 1930, numa família protestante, teve desde cedo uma Educação religiosa, porém não tardou em abandoná-la, em 1952, para se considerar ateu. Percorreu ainda jovem várias partes do mundo, acreditando inclusive em construir e viver em um tipo de comunidade alternativa de colonização de povoamento no interior da Colômbia. Participou da construção da primeira internacional de trabalhadores e também da Comuna de Paris. Ao fim dela, fora condenado ao exílio perpétuo na Caledônia, o que seria, para ele, enquanto cientista, uma condenação fatal. Para que não ocorresse, houve uma movimentação de vários cientistas, inclusive o próprio Darwin, para que a pena fosse substituída pelo exílio de 10 anos na própria Europa. (ANDRADE, 1985; CODELLO, 2007).

Sua obra foi extremamente vasta, sendo basilar para a geografia descritiva mundial. Nela, encontra-se a *Nouvelle Géographie Universelle*, feita sob encomenda e supervisionada pelos editores, para que contivesse somente conteúdo de interesse geográfico e não político, ao todo, essa obra contou com 19 volumes somando mais de 17 mil páginas e 4 mil cartas de descrição geográfica do mundo. Ela conta com uma parte dedicada ao Brasil, publicada pela Livraria Garnier, sob o título *Estados Unidos do Brasil*. Além de inúmeros textos e tratados que vão além da questão geográfica e possuem cunho político, como “A Grande Família”, “Evolução, revolução”, “A propósito do Vegetarianismo”, e a sua obra final, que reúne toda a potência já amadurecida do entendimento da natureza e da questão social, é “o Homem e a Terra”, que, em seis volumes, reúne a descrição natural e a reflexão política e social do mundo. (ANDRADE, 1985; CODELLO, 2007)

Em seus escritos, afastava as divisões entre as áreas do conhecimento, porém declarava o rigor científico (FERREIRA, 2006). Afastava a divisão entre geografia humana e geografia física, ele considerava que a ciência geográfica existia enquanto única e una. Também foi o primeiro a analisar especificamente a geografia da colonização, inclusive sendo ele o autor inicial dos conceitos de colônia, de exploração e de povoamento. (Andrade, 1985)

Ele inaugura também o conceito de território, e, com ele, já traz a discussão sobre as formas de apropriação, tanto individual, da propriedade privada, quanto coletiva e comunitária, inclusive considerando a propriedade privada do território em si, como algo que não existe nas sociedades primitivas e, portanto, geradora das desigualdades, enquanto a posse e uso comunais do território representam a relação justa com este. Além disso, ao tratar do território e conseqüentemente dos seus limites, da sua fronteira, para Junior (2014): “Reclus compreende território em um sentido libertário, de uma abordagem internacionalista, pelo fim das fronteiras”:

Partindo da concepção de território a qual abarca a fronteira como limite entre pedaços de terra, Reclus compreendia o solo não apenas como um pedaço de terra ou um agregado de matéria orgânica, minerais, água, ar e horizonte definido, relacionava, sobretudo o solo como uma estância da existência humana. O solo aqui não é o ‘palco’ onde se desenvolve as ações dos indivíduos e das sociedades humanas, o solo é o prolongamento da vida. (JUNIOR, 2014).

Esse pensamento sobre a sociedade, a natureza e a geografia de Reclus já apontava para a necessidade de abandonar a dicotomia sociedade natureza, mas tratá-la de maneira holística e dialética, assim como a necessidade da crítica social na ciência, que não foi utilizada, desde lá, justamente por essa crítica não interessar às camadas dominantes. Por isso, a ideia de geografia de Reclus teve um espaço menos significativo pela disputa nesse campo, com Vidal de la Blache, que era professor universitário, ao contrário de Reclus, e pregava uma geografia também descritiva, porém, por não utilizar da dialética e do materialismo, separada de qualquer crítica social. (ANDRADE, 1985)

A importância do pensamento de Reclus é inegável, o autor esteve à frente do seu tempo, ao antecipar reflexões que só iriam surgir e ganhar destaque nos anos 1950, com a chamada Geografia Ativa. A sua chamada geografia social realizou uma crítica a todo o pensamento colonial imperialista da época, críticas que nem o pensamento socialista da época dava conta (BARRETO, 2016).

De maneira preliminar, são amplamente identificadas três leis, ou ordens, da sociedade, em seu pensamento, que nos ajudam a entender como suas ideias se constroem: A “luta de classes”, a “busca do equilíbrio” e a “decisão soberana do indivíduo.” (ANDRADE, 1985) (BARRETO, 2016; JUNIOR, 2014). Através dessas três dimensões e de seus movimentos, pode-se compreender a realidade sem fragmentá-la em somente uma de suas facetas, mas esperamos, como hipótese,

tratar problemas socioambientais de maneira crítica sem nos afastar da questão natural e vice e versa.

O entendimento de que a relação da nossa sociedade com a natureza, e de um grupo com o outro dentro da mesma, é permeado de conflitos, e de que esses se baseiam na estrutura social desigual que a sociedade capitalista desenvolve, nos âmbito da luta de classes, vem de encontro aos olhares atuais para o campo da Educação Ambiental. Bem como a necessidade de incluir, na proposta de utopia de uma nova sociedade possível, o respeito a todas as formas de vida (MACHADO et al., 2016), propondo-se, enquanto base para as ações, a construção de outros fazeres na construção de outras relações, não só entre nós, humanos, mas também com os animais.

Nas sociedades antigas, a natureza tinha um sentido mágico e mitológico, principalmente aqueles locais onde o acesso ao ser humano era dificultoso, e considerados locais sagrados, palco das mais significativas mitologias. Como exemplo, está o cume das montanhas para os gregos, onde o Cáucaso servia de pelourinho a Prometeu, o Olimpo a morada de Zeus, o Parnaso para a invocação de Apollo, entre outros.

Esta predisposição mitológica da natureza inacessível, para Reclus reside na própria admiração humana ao local desconhecido, a devoção humana está no próprio sentimento de desbravamento, que transpondo a pura contemplação simbólica, pode ser verificada na prática. Continuando no exemplo da montanha, este sentimento opera em uma escalada, tanto fisicamente: “Antes de tudo, é uma grande volúpia física respirar ar fresco e vivo, absolutamente viciado pelas impuras emanações das planícies. Sentimo-nos renovados experimentando esta atmosfera de vida”(RECLUS, 2010b). Quanto intelectualmente, na medida em que os saberes científicos possam ser verificados: “Quanto ao prazer intelectual que a ascensão oferece, e que, de resto, está tão intimamente ligado às alegrias materiais da escalada, ele é maior quanto mais aberto o espírito e quanto mais estudados foram os diversos fenômenos da natureza” (RECLUS, 2010b).

Esta maneira de pensar a inserção da vontade humana no seu contato com o meio natural levanta, no pensamento do autor, a conflitividade do ser humano com a natureza, ao se colocar como desbravador, o ser humano se opõe a natureza e entra no jogo de forças em que ela própria já opera, se tornando mais um polo desse

conflito “para conhecer as planícies superiores das nuvens assim como outros conhecem aquelas da terra e para assistir ao conflito dos ventos alísios e da contracorrente vinda do equador” (RECLUS, 2010b). O pensamento de Reclus considera “a natureza como uma mãe beneficente que nutre e alimenta, sem o ideal romântico de harmonia, pois até as plantas e animais lutam por seu território.” (BAUMGARTNER, 2014) Onde o ser humano “estaria em constante conflito com a Natureza, na busca de uma emancipação, tentando adaptar as forças naturais para o seu próprio uso” (BARRETO, 2016) de maneira conflitiva.

A diferença dos seres humanos para os demais animais é que possuem consciência da sua natureza (BARRETO, 2016), e desenvolveu mecanismos de exploração. A humanidade não possuía uma relação de dominação com os animais, essa relação se estabelece no mundo civilizado, porém, em povos primitivos, não está presente, o que há é uma relação de respeito fraterna, utiliza-se o exemplo de indígenas no Brasil:

E se aqui ou ali um homem, singular em força de vontade e em dignidade de conduta, chega a igualar seus ancestrais em suas qualidades nativas, a ainda vai além das qualidades adquiridas, poderia ser dito com tristeza que, como um todo, a humanidade certamente perdeu algumas de suas conquistas iniciais. Assim, o mundo animal, do qual nós derivamos nossas origens e que foi nosso educador na arte da existência, que nos ensinou a caça e a pesca, a arte de nos curar e de construir nossas casas, a prática do trabalho em comum, a do suprimento, se tornou mais estranho a nós. Enquanto em relação aos animais, nós falamos hoje em dia de Educação ou domesticação no sentido de escravidão, o primitivo pensava fraternalmente na associação. Ele viu nestes seres companheiros, e não servos, e de fato as criaturas – cães, pássaros, serpentes –, vinham de encontro a ele em caso de perigo comum, especialmente em tempos de tempestade ou inundação. (RECLUS, 2010a).

Para além da degradação do ser humano com ele mesmo, o teórico chama atenção para a maneira como nos relacionamos com os animais, alguns se empenhando em retirar do planeta através da caça, outros domesticando, e, mesmo nesses, cães e gatos, que mantemos próximos a nós e retribuímos-lhes carinho, são dominados e subjugados a terem um comportamento estritamente voltado para nosso uso. Mas, de maneira mais enfática, Reclus critica o uso para alimentação (RECLUS, 2010a). Tanto que, para fazer uma comparação entre as atrocidades entre humanos e de humanos com animais, ele, ao perceber a carnificina da guerra da china, considera como algo que pode ser ligado a carnificina como se tratam os animais (RECLUS, 2010a).

Desse sentimento, mas não só em relação aos animais, mas sim a busca pelo

desbravamento, resulta, entre os humanos, uma espécie de competição pela conquista: “É uma grande e ao mesmo tempo bem pueril volúpia alcançar por primeiro um objetivo para o qual muitos olham ao mesmo tempo; fincar por primeiro uma bandeira sobre o bastião conquistado; lançar-se por primeiro sobre uma margem desejada” (RECLUS, 2010b). Porém, é o desenrolar desse sentimento, em uma sociedade desigual, que desencadeia a barbárie, pois nesse ponto o conflito, que era com o meio, com a natureza da qual o próprio ser humano é parte, passa a ser entre irmãos, através do interesse de grupos dominantes, algo que nega tristemente a própria humanidade.

Esse impulso que leva as carnificinas entre os povos, que, para ele, encontra na dominação de um povo por outro, através da imposição de ideais políticos, econômicos e/ou religiosos, sua manifestação. Nesse sentido, o autor resume que “O amor pela luta e pelo perigo corre nas veias do homem; mas os verdadeiros heróis começam a compreender que, para aplacar sua paixão pelo combate, é mais nobre lutar contra as forças da natureza do que procurar degolar seus irmãos” (RECLUS, 2010b).

Mesmo com críticas à maneira como a sociedade se apropria e se refere à natureza, o que podemos identificar no pensamento dele não é uma tentativa de retorno ao primitivismo, mas sim a busca pelo uso equacionado do meio, pois, “certamente, é preciso que o homem apodere-se da superfície da terra e saiba utilizar suas forças; entretanto, não podemos nos impedir de lamentar a brutalidade com a qual se realiza essa tomada de posse” (RECLUS, 2010b). Para além, o autor ressalta, como necessária, a valorização dos avanços do constructo humano, porém como complementar ao que seria primitivo da nossa natureza.

Inclusive na sua contemplação, pela admiração da paisagem, tanto da não antropizada, como também daquela que foi construída, inclusive pelo fato de ser constructo humano:

Em toda parte, o homem que contempla essa cena vê marcas da capacidade industriosa de seus semelhantes: a natureza, modelada pelo trabalho, humanizou-se, por assim dizer, e o espectador ama ver-se a si mesmo na obra comum. Há grande distância, portanto, dessas regiões transformadas pela cultura às vastidões virgens cuja beleza primeva ainda permanece imaculada. (RECLUS, 2010b).

Nessa questão, também ocorre o desvirtuamento da imagem que a sociedade cunha da natureza, como exemplo, Reclus (2010b) fala de como o desconhecido, o

estrangeiro, o longínquo e desafiador toma, com a igreja católica, um tom de perversidade, ao invés de admiração mítica. As representações que se fizeram nos mapas dessa época, sobre as terras inexploradas, com todo tipo de animais medonhos e terríveis. Essa sensação retratada está também presente na maneira com que se tratam as populações dessas terras, como inferiores, terríveis, temíveis e sem alma.

A contemplação e desfrute da natureza, para ele, foram, aos poucos, sendo impedidas, tanto de maneira parcial aos grupos dominantes (príncipes, senhores, chefes de exército), que não buscavam mais o desfrute, mas sim o acúmulo de poder e a dominação. Ao passo que vassallos, escravos, plebeus e todas as pessoas subjugadas aos grupos dominantes também não o podiam, de maneira alguma, por serem compelidas ao trabalho:

Qualquer que fosse o sentimento que experimentavam pela natureza exterior os conquistadores do solo, é certo que a massa escrava não podia compreender a beleza da terra sobre a qual transcorria sua miserável vida, e o sentimento que ela experimentava em relação às paisagens que a cercavam devia necessariamente se perverter. As amarguras da existência eram, então, demasiado vivas para que pudessem dar-se amiúde o prazer de admirar as nuvens, os rochedos e as árvores. (RECLUS, 2010b).

As cidades acabam se constituindo como refúgio de quase toda a população que não tem mais espaço no campo, porém continua se sustentando dos recursos deste, não é à toa que, em épocas de crise no campo, ou de guerra, onde o abastecimento fica comprometido, as cidades morrem de fome. Ainda sobre esse êxodo, ele salienta a importância da troca cultural que a aglomeração nas cidades pode provocar, porém são poucos aqueles que conseguem atingir a sorte de se dar bem na cidade, nas palavras dele (RECLUS, 2010b).

Observa-se que a fuga da degradação que a cidade representa também não é somente opcional, mas ele verifica como uma estratégia definitiva, possível somente para os burgueses: “Não se ignora que nas grandes cidades, como Londres e Paris, a força vital esgota-se rapidamente, e que nenhuma família burguesa continua ali para além da terceira ou no máximo quarta geração” (RECLUS, 2010b). Mesmo o descanso temporário da vida da cidade e o contato com o campo são desiguais, pois “os mais favorecidos dão-se semanas de férias que vão passar longe da capital, nas montanhas ou nas praias. Aqueles que são mais subjugados por seu trabalho se limitam a fugir, de tempos em tempos, durante algumas horas, do estreito horizonte das ruas costumeiras;” (RECLUS, 2010b).

Essa desigualdade no acesso também é problematizada na questão da apropriação em si da natureza, onde a mesma mercantilizada acaba se tornando simples objeto de comércio, tanto materialmente como sua imagem, essa demonstração da apropriação estética da natureza pelo capitalismo também é observada na obra de Reclus, por Barreto (2016) e por Baumgartner (2014), por ser um componente bem marcado do pensamento do autor:

À beira-mar, as falésias mais pitorescas, as praias mais encantadoras também são em muitos lugares açambarcadas por proprietários invejosos ou por especuladores que apreciam as belezas da natureza à maneira dos cambistas avaliando lingote de ouro. Nas regiões montanhosas frequentemente visitadas, o mesmo furor de apropriação apodera-se dos habitantes: as paisagens são recortadas em quadrados e vendidas ao comprador mais abonado; cada curiosidade natural, o rochedo, a gruta, a cascata, a fenda, de um glaciário, tudo, até o som do eco, pode tornar-se propriedade particular. Empreendedores apossam-se das cataratas, cercam-nas de tapumes para impedir os viajantes não pagantes de contemplar o tumulto das águas, depois, a força de publicidades, transformam em belas moedas sonantes a luz que brinca nas gotículas rompidas e o sopro do vento que espalha no espaço echarpes de vapores. (RECLUS, 2010b).

Reclus não critica somente esse componente, como observa Barreto (2016), mas também a exploração de maneira industrial dessa natureza, que, assim como o exemplo de uso anterior, se preocupa somente com o lucro:

Porquanto a natureza é profanada por tantos especuladores precisamente por causa de sua beleza, não é surpreendente que em seus trabalhos de exploração os agricultores e os industriais negligenciem quanto a perguntar-se se eles não contribuem para o enfeamento da terra...Vastas regiões, outrora belas de se ver e que amava percorrer, foram inteiramente desonradas, e experimenta-se um sentimento de verdadeira repugnância ao observá-las...Do mesmo modo, pouco importa ao industrial, explorando sua mina ou sua manufatura em pleno campo, enegrecer a atmosfera com fumaças da hulha e viciá-la por vapores pestilenciais. (RECLUS, 2010b).

Essa crítica à apropriação da natureza para a exploração é ampliada por ele para entender historicamente a relação de sociedades inteiras, com o declínio do meio natural onde se desenvolveram e conseguem apontar para a ganância dos grupos dominantes como fator para tal:

Os desenvolvimentos da humanidade ligam-se da maneira mais íntima com a natureza circundante. Uma harmonia secreta estabelece-se entre a terra e os povos que ela nutre, e quando as sociedades imprudentes permitem-se erguer a mão contra o que faz a beleza de sua região, elas acabam sempre por arrepender-se. Lá onde o solo enfeou-se, lá onde toda poesia desapareceu da paisagem, as imaginações desvanecem-se, os espíritos empobrecem-se, a rotina e o servilismo apoderam-se das almas e dispõem-nas ao torpor e à morte. Entre as causas que, na história da humanidade, já fizeram desaparecer tantas civilizações sucessivas, deve-se contar em primeira linha a brutal violência com a qual a maioria das nações tratam a

terra nutriz. Abatiam as florestas, faziam secar as fontes e transbordar os rios, deterioravam os climas, cercavam as cidades de zonas pantanosas e pestilentas, depois, quando a natureza, por eles profanada, tornara-se-lhes hostil, eles a odiavam, e, não podendo refortalecer-se como o selvagem na vida das florestas, deixavam-se cada vez mais embrutecer-se pelo despotismo dos padres e dos reis. (RECLUS, 2010b).

Este olhar sobre o progresso, através da maneira como se constituiu a civilização, a industrialização e a urbanização, além de definir os contornos de como este autor trata a relação entre pessoas e a natureza, com a desigual apropriação, tem-se por algo incômodo para a ciência da época que opta por não destrinchá-lo (ANDRADE, 1985).

Reclus, como militante, esteve ao lado de trabalhadoras e trabalhadores organizados naquele momento histórico, assim como esteve ao lado de grandes cientistas da época. Nesse sentido, se denomina com orgulho como um evolucionista, porém essa designação, que aos nossos ouvidos pode soar como contrarrevolucionária e antissocialista, só parece assim pela transposição feita das ideias evolucionistas de Darwin, para a questão social, que justificando e somando-se às ideias de Malthus Alijou do pensamento socialista o uso do evolucionismo. A ideia da evolução social, como determinada, que pressupõem a aceitação das relações de poder como estão, leva a consideração de que o problema da escassez e degradação da natureza está no aumento da população e não na apropriação desigual. A refutação desse entendimento é central na obra de Reclus, de que a degradação da natureza e da humanidade é resultado de relações de dominação entre nós:

Es cierto que más de la mitad de la humanidad se compone de personas que no han sido invitadas al banquete social o que no hallan puesto libre y por consecuencia están condenadas a morir con la boca contraída por los deseos no satisfechos. La muerte preside la comida, y si esta falta, quedan separados de la vida los que llegan tarde...el ideal de pan para todos no es una utopía. La Tierra es suficientemente vasta para abrigarnos a todos en su seno y bastante rica para dar la vida en la abundancia; produce mieses suficientes para que todos tengamos qué comer, plantas fibrosas para que podamos ir vestidos todos los humanos, y piedra y cal abundantes para que cada cual tenga su casa. Tal es el hecho económico en toda su simplicidad. No solo que la tierra produce lo suficiente para vivir cuantos la habitan, sino que puede doblar el consumo de estos. (RECLUS, 2012).

O acesso à natureza é negado aos pobres, inclusive à alimentação, aos famintos que vagam pelas ruas, ainda é aplicada toda a dureza da lei. Uma sociedade utópica não permitiria esse tratamento desigual, porém os ricos reafirmam

que isso é algo natural, que sempre existirá pobreza. Isso, propagandeado pela economia política e a teoria malthusiana, de que somos muitos e que a população de pobres deve ser eliminada, faz com que seja introjetado, no discurso dos próprios pobres, o sentimento de inferioridade e a raiva aos semelhantes. (RECLUS, 2012)

Dado esse estado de coisas, identifica-se nitidamente dois grupos, o que trabalha para conservar a pobreza e a desigualdade, e os que trabalham pelo bem estar de todos, essas forças são desiguais, os que são conservadores são muito mais fortes, porém essas forças reacionárias ficaram imobilizadas frente a totalidade de trabalhadores organizados (RECLUS, 2012). Transpondo para a questão acadêmica, para a geografia: “Admitindo-se a geopolítica como uma doutrina posta a serviço dos poderosos para dominar os fracos, chega-se à conclusão de que da obra de Reclus se pode retirar uma contra geopolítica dos povos tutelados em favor da libertação.” (ANDRADE, 1985).

Para tanto, é extremamente necessário que se ponha em prática a organização social. Contra todo o autoritarismo e por uma liberdade de pensar, falar e agir. Contra a intervenção de todo o sobrenatural sobre as ações humanas, contra o matrimônio e a família, contra a propriedade privada. A natureza está a serviço dos dominadores, e esses não aceitarão espontaneamente abdicar de seus privilégios. Os de baixo terão de buscar, através da luta: “La apropiación del suelo, de las fábricas y de los talleres, considerada desde el punto de partida de la nueva era social, es el gran ideal que une perfecto acuerdo a los obreros de todos los países.”(RECLUS, 2012). A importância da internacional e de todas as organizações de trabalhadores é indispensável, bem como a utilização da Greve Geral como ferramenta, pelo caráter socializador e solidário que esta apresenta (RECLUS, 2012).

Nesse sentido que Reclus nos fala quando trata da evolução, se afasta dela como algo linear e alcançada através da “ordem” e da manutenção e aprimoramento das estruturas sociais, e aproxima de uma concepção de mudança, constante transformação, social principalmente. (MATEUS, 2013). A evolução e a revolução são entendidas por vezes como opostas, porém são complementares, uma está implicada na outra. Há aqueles que acreditam na evolução como um processo linear, e não acreditam que mudanças na sociedade a levam em frente, porém esse tipo de posicionamento, mesmo tendo intenção progressista, acaba sempre cumprindo um

papel conservador. A evolução depende de revoluções que não podem só levar em conta um caráter da realidade, mas, ao transformá-la, desencadeia outras transformações. (RECLUS, 2012)

Nem sempre as mudanças possuem caráter progressista, podem ocorrer transformações que dão na contramão da evolução (enquanto busca de um mundo justo). Por exemplo, a reforma protestante, que mesmo tecendo as mais incisivas críticas às práticas cruéis da igreja católica, não libertou o povo da cruel dominação da igreja, só a ressignificou, cometendo as mesmas barbáries ou até piores (RECLUS, 2012).

Uma revolução não se dá somente com a troca de quem está no poder, mas deve estar permeada de uma real mudança nas relações sociais. O dia seguinte da revolução pode ser marcado pela moderação nos posicionamentos, pois colocar em prática uma nova organização é construí-la nas bases da que foi derrubada. A proclamação da república na França, em 1792, é usada como exemplo, pois uma parte de quem apoiou a república, anos depois, estava apoiando o retorno do império. A própria Comuna de Paris é por ele usado como exemplo disso, onde várias pessoas que saudaram a tomada da cidade pela Comuna, que aplaudiram a revolução, ao verem-se cercadas por tropas da Prússia e presenciar a prisão dos lutadores e lutadoras da comuna, foram flagrados aplaudindo essas prisões. (RECLUS, 2012)

Portanto, para Reclus, se o organismo social não evolui se torna conservador, e quem protesta contra o estado deve estar protestando também contra todo o tipo de opressão, contra o patriarcado, no exemplo do autor (RECLUS, 2012). Ou se está buscando realmente a evolução, no sentido de uma sociedade mais justa, em todos os seus aspectos, ou está sendo conservador de modo geral.

Para além de encontrar essa aproximação com o campo na maneira que se entende a relação com a natureza, o pensamento de Reclus nos ajuda a reafirmar a nossa prática: apontando a necessidade do diálogo onde ele é possível (entre os semelhantes e diferentes), porém refutando a tentativa destes com o opressor, afinal, com o antagonico existe o conflito, confronto e acordo, nunca diálogo (MACHADO e MACHADO, 2017). A necessidade é de tornar nítidas as relações de dominação e pautar as ações da Educação Ambiental na luta pela transformação social que vise romper com elas, e não perpetuá-las.

2.3 – Ciência

Apresentado o entendimento que baliza esta pesquisa sobre a natureza, entendendo ela não somente enquanto natureza física, mas sim a relação que possui a nossa sociedade com a mesma, passo agora a pensar sobre aquilo que sabemos sobre essa relação. Ao interagir com o meio físico e com as outras pessoas, construímos conhecimento sobre as coisas do mundo. Esse conhecimento pode ser apresentado de inúmeras formas, sendo alguns deles considerados mais válidos que outros. De início, posso afirmar que existe uma convenção que legitima o conhecimento considerado como científico, em detrimento daquele conhecimento que não é construído através do método científico. Essa “validade” do saber implica uma relação de poder entre aqueles diferentes tipos de conhecimento, provocando disputas, encobrimentos justificando injustiças.

A maneira como a sociedade trata o conhecimento, de que maneira se produz e sob quais pressupostos se baseiam os homens e as mulheres ao produzi-lo está no centro das preocupações de muitas pessoas, dentro e fora da ciência formal. A ciência se constitui em conformidade com a realidade social que a cerca e nela também opera como agente. Portanto, para além das universidades, escolas, centros de estudo e pesquisa, ou seja, para além da discussão acadêmica, essa também é uma preocupação política. Tanto de “cima”, das pessoas que detêm o poder das grandes tomadas de decisão políticas, quanto de “baixo”, de movimentos que lutam pela transformação social.

Pelos de “cima” entende-se o conjunto de pessoas que ocupam cargos de nossa sociedade (uma democracia representativa no seio do sistema capitalista), os agentes do estado e os detentores do poder econômico (possuidores) da quase totalidade da riqueza de uma sociedade ou nação. Essa detenção da riqueza garante aos mesmos o poder de decisão sobre todo o sistema consubstanciado no “mercado”. Estes não possuem nenhum interesse na alteração das relações de poder em nossa sociedade, e podem até se mostrar adeptos de mudanças, desde que essas não ameacem sua influência.

Portanto, a produção científica, dentro desse sistema de forças, somente

obedece à estrutura social como ela é, sem pensar em problematizá-la, pois tal movimento não se enquadra dentro do paradigma científico considerado como válido. Em pesquisas de áreas consideradas “duras”, dentro das ciências da natureza, por exemplo, esse é o paradigma utilizado, praticamente todas as metodologias estão já encaixadas dentro de uma concepção epistemológica, e a quem faz a pesquisa não é requisitado nem ao menos observar essa escolha. De maneira geral, nessas ciências, utiliza-se a lógica positivista, em alguns casos utiliza-se também uma concepção sistêmica, porém nelas não figura-se nenhum pressuposto de historicidade ou qualquer outro que venha a incluir a dinâmica social no seu desenvolvimento. Conforme observa Severino:

No caso das pesquisas realizadas no âmbito das Ciências Naturais, há praticamente um único paradigma teórico-metodológico, que é representado pelo positivismo, coetâneo à constituição da ciência. Mas no caso da pesquisa em Ciências Humanas, além do paradigma originário, constituíram-se paradigmas epistemológicos alternativos, donde se falar hoje de pluralismo paradigmático. (SEVERINO, 2007).

Dessa forma, parece que não existe, neste campo, qualquer margem para se agir ideologicamente, dando às ciências naturais um falso ar de neutralidade. Porém, nesses casos, a opção ideológica está justamente nas escolhas, de por que, como e para quem fazer a pesquisa. Ou seja, a ideologia pode não estar aparecendo no desenvolvimento do trabalho, na metodologia utilizada (constantemente nomeada de “materiais e métodos”, pois não lhe cabe o pensar sobre – logia- do método) e nem no tratamento dos dados. Ela está presente no que antecede o trabalho, na escolha do que pesquisar, posteriormente, na interpretação do que é ou não resultado, e de que forma será apresentado, além dos agradecimentos pelo patrocínio. Nas palavras de Minayo (2012):

Outro aspecto distintivo das ciências sociais é o fato de que ela é intrínseca e extrinsecamente ideológica. Na verdade não existe uma ciência neutra. Toda ciência - embora mais intensamente as ciências sociais - passa por interesses e visões de mundo historicamente criadas, embora suas contribuições e seus efeitos teóricos e técnicos ultrapassem as intenções de seus próprios autores. No entanto, as ciências físicas e biológicas participam de forma diferente da ideologia social (por exemplo, na escolha de temas considerados relevantes e noutros que são descartados, na escolha de métodos e técnicas há influências econômicas, culturais, etc.), pela natureza mesma do objeto que elas colocam ao investigador. Na investigação social, a relação entre o pesquisador e seu campo de estudos se estabelece definitivamente. A visão de mundo de ambos está implicada em todo o processo de conhecimento, desde a concepção do objeto aos resultados do trabalho e à sua aplicação. Ou seja, a relação, neste caso, entre conhecimento e interesse deve ser compreendida como critério de realidade e busca de objetivação. (MINAYO, 2012).

Essa maneira de ver a ciência, do campo das ciências naturais, ou melhor, daqueles que se posicionam de dentro dos marcos do paradigma positivista, trata do que se estuda como algo, como uma coisa. Em outras palavras, considera-se o que está pesquisando um objeto, mesmo que esse objeto sejam pessoas. O fato de que quem é pesquisado possui também condicionantes sociais, assim como o pesquisador ou pesquisadora, é desconsiderado. A pesquisa de cunho social, humana, onde se inclui a pesquisa da área da Educação, só pode realmente ser expressão da realidade e útil à produção do conhecimento, na medida em que leva em conta o objeto da pesquisa (pessoas) não como objetos, mas sim como sujeitos. Sujeitos do local onde estão, dos grupos em que convivem, dos processos que participam e sujeitos também da pesquisa. Daí que partem pesquisas baseadas tanto na fenomenologia, quanto no materialismo histórico (SANCHEZ GAMBOA 2006, p.56).

Como pessoas vivas, inseridas e condicionadas socialmente, os sujeitos da pesquisa possuem capacidade de compreensão, de raciocínio e de interpretação, tanto quanto a pessoa que a eles veio pesquisar. Desse modo, a sua maneira de entender o que está sendo pesquisado e o fruto desta pesquisa é tão importante para ela, como o do pesquisador. Além disso, o pesquisador também está sendo observado e, de certa maneira, pesquisado pelo seu interlocutor, que também deste tentará entender a maneira como age, seus “porquês” e “comos” e, dependendo da sua interpretação, poderá contribuir de maneiras diferentes à pesquisa que está sendo realizada consigo. Como observa Minayo (2012):

Em terceiro lugar, é preciso ressaltar que nas Ciências Sociais existe uma identidade entre sujeito e objeto. A pesquisa nessa área lida com seres humanos que, por razões culturais de classe, de faixa etária, ou por qualquer outro motivo, têm um substrato comum de identidade com o investigador, tornando-os solidariamente imbricados e comprometidos... (MINAYO 2012, p.13).

Essa concepção restrita da construção de conhecimento acaba por gerar um desmerecimento a todo o conhecimento que existe no cotidiano das comunidades, que está sendo construído e acumulado cotidianamente, em relação direta com o território onde ela está inserida. Para além disso, as tomadas de decisão do estado acabam por negligenciar esses conhecimentos e se basear somente naquele produzido pela academia.

Essa dicotomia é levantada para a área ambiental, em específico nas ciências do mar por (MOURA, 2017), que aponta o conhecimento moderno positivo-reducionista (CMp), como ligado ao conhecimento governamental (ratio ou pensamento governamental), enquanto o conhecimento ecológico tradicional (CET) fica de fora das decisões do estado, e por ele é desvalorizado, quando não ridicularizado.

Para que essas situações, que causam a disparidade das decisões governamentais, dos saberes e querereres das comunidades, a ciência deve deixar de ser obra somente de elites intelectuais para ser de todo o povo - abarcando seus conhecimentos e construindo o sistema de pensamento a partir da realidade social deste - pode ser o ponto comum a ser exaltado, nessa aproximação dos dois autores. Pois, se a produção do conhecimento sobre uma determinada realidade for realizada por quem está de fato vivenciando-a (e não por alguém exógeno a ela), assim nos parece, poderia estar reconstituída a relação epistemológica de sujeito do/a pesquisador/a com seu objeto, cuja herança cartesiana na ciência ainda simula rondar os procedimentos científicos.

Mesmo nas ciências de cunho social, com preocupação epistemológica na relação sujeito/pesquisador, apresenta a determinação operada pela ideologia dominante. A ciência, além de operar de forma a disjuntar os conhecimentos, serve como ferramenta de marginalização de grupos e de centralidade no conhecimento de outros. Conforme nos aponta Souza Santos (2010), as relações de dominação, econômicas, sociais e inclusive jurídicas, que marcam o processo de exploração da América Latina pelos países europeus, são legitimadas pela inferiorização dos saberes da população do sul e pela imposição do pensamento europeu. Essa imposição do modo de pensar europeu, através da delimitação do novo/velho mundo, cria uma condição chamada, por ele, de pensamento abissal, que relega a sociedade latinoamericana, subalternizada à condição de periferia não só na questão socioeconômica, mas também de acesso e produção do conhecimento.

Ainda nessa linha, dentro do campo da história, a imposição da maneira do modo de produzir conhecimento do europeu para com a América Latina é apontada, por Dussel (1993), como característica da produção da nossa história. A Europa foi imposta como “centro” da história, e esta expandida para o resto do mundo como continuação dela. Ou seja, ao se contar a história de que fomos “descobertos” e

“colonizados”, a partir da perspectiva eurocêntrica, fomos “en-cobertos” enquanto sujeitos. Para além, como o europeu buscava as índias, nossa história é descrita como se fossemos uma outra categoria, comparada com o asiático e colocada tão à periferia quanto (não é por acaso que a população originária de nossas terras passou a ser chamada de índios), fazendo desaparecer historicamente sua identidade, nas palavras de Dussel (1993 p.32) “é o modo como 'desapareceu' o Outro, o 'índio', não foi descoberto como Outro, mas como o 'si-mesmo', já conhecido (o asiático) e só re-conhecido (negado então como Outro): 'em-coberto”.

Souza Santos (2010, p.40), convergindo na reflexão sobre a luta por justiça (social e ambiental), nos afirma, portanto, que “A injustiça social global está, dessa forma, intimamente ligada à injustiça cognitiva global”. Sendo assim, propõem que “A luta pela justiça social global deve, por isso, ser também um luta pela justiça cognitiva global”.

Para o campo da Educação Ambiental, Machado, Calloni e Adomilli (2015) trazem alguns apontamentos que vêm sendo feitos no sentido de ampliar os horizontes da utopia que desenhamos como viável dentro do campo, do encontro da unidade na diferença, através do diálogo com o diferente, porém sem esquecer a luta contra os opressores, do abandono do absoluto, e da construção de outra relação para com nossos semelhantes.

Enfim, para buscar o detalhamento do que seria uma outra concepção de ciência, neste projeto de pesquisa busquei encontrar algumas perspectivas que convergem na crítica e na evidência da necessidade dessa nova concepção: o pensamento complexo, tal como Edgar Morin evidência no conjunto de sua obra, ao mesmo tempo em que há a necessidade de uma revolução, tal como foi pensada por Bakunin, para quem a revolução social depende de um outro sistema de pensamento, que seja construído pelo próprio povo, que resgate e restaure a capacidade do pensamento de englobar o “material” com o “espiritual”.

Na perspectiva da complexidade de Edgar Morin, as maneiras de produzir o conhecimento até hoje, não só a partir do reducionismo inerente ao positivismo, mas também, em certa medida, na Antiguidade, na baixa Idade Média e início do Renascimento, não contemplam “toda” a realidade, pois sempre acabam, de alguma maneira, se atendo a uma determinada dimensão da realidade, em detrimento de outras, que são negligenciadas tanto pelos limites próprios de cada período

histórico/cultural, quanto pelos determinantes políticos subjacentes aos interesses das elites detentoras do poder econômico. Seja como for, essa característica simplificadora/reducionista de produzir conhecimento científico, no dizer de Edgar Morin, ao invés de aprofundar o entendimento da realidade, simplesmente a mutila na mira de sua explicação.

Especificamente na ciência moderna (séculos XVII em diante), ocorre a divisão da ciência em áreas compartimentadas, reduzindo o espectro de análise da ciência à perspectivas específicas em áreas de abrangência muito limitada, fracionando a realidade e mutilando a percepção de sua totalidade. E, apesar de o filósofo (René Descartes) visar, com o seu método, uma compreensão do conjunto da realidade, a apropriação do mesmo (do método), por parte da intelectualidade burguesa, naquilo mesmo que a interessava: “as naturezas simples”, resultou na consolidação de um método científico reducionista/simplificador, que não conduz à análise da realidade como um todo. O método, ao propor a análise clara e distinta, do mais simples ao mais complexo, tem a sua lógica preservada como evidência da realidade, na medida em que o Deus de Descartes garanta a objetividade do conhecimento científico da natureza. Mas, na sua transposição para a ciência moderna, o entendimento da unidade do todo e das partes perde a sua densidade epistemológica, isso é, suas propriedades emergentes.

Ora, esse entendimento já é percebido por outro paradigma, o do pensamento sistêmico. Para o *sistemismo*, as qualidades do todo já são relevantes. Podemos, com ele, analisar uma determinada “janela” de observação da realidade, onde o que está compreendido dentro dela forma um sistema aberto ao seu exterior e o restante da realidade que está “fora” desta “janela”. Ao olhar esse sistema, portanto, não se objetiva entender somente as partes que o constitui, mas, principalmente, as relações de fluxo entre elas, seja de matéria ou energia (ODUM e BARRET, 2007), independente da forma (alimento, calor, informação). A partir desse olhar, também se percebe a realidade como um conjunto de constantes de interações dinâmicas e não como fotografia estática e determinada de um registro, de uma determinada amostra da realidade, como a metodologia cartesiana, newtoniana e positivista, oriundas das ciências da natureza, pressupõem. Na verdade, ele está baseado na ecologia ambiental, dando ênfase aos fluxos materiais, quantificáveis, e continua não conseguindo incluir no seu sistema as

subjetividades e a historicidade das análises.

Esse paradigma é utilizado atualmente em algumas pesquisas das ciências naturais, principalmente naqueles estudos que visam a gestão ambiental. Para criar mecanismos de desenvolvimento de políticas para se gerir um território, um ecossistema ou mesmo uma grande região, esse olhar sistêmico se mostra muito útil e avançado em relação a uma abordagem estritamente positivista. Porém, a limitação dele está em não conseguir de fato entender a relação dos grupos humanos com o território, a não ser do ponto de vista da troca de matéria/energias. Portanto, devemos ter cuidado ao tentar trazer, para dentro da discussão socioambiental, em especial da Educação Ambiental, essa forma (sistêmica) de entender a realidade, pois, se esquecermos de limitá-la à gestão de recursos, e tentarmos utilizá-la para análises de cunho social, corremos o risco de estar simplificando as subjetividades das pessoas e as propriedades inerentes às coletividades a simples quantias ou setas. Procedendo assim uma amputação tão grave quanto aquela que opera o positivismo e o reducionismo, porém com um discurso de superação dos mesmos.

Mesmo os paradigmas que surgirão posteriormente no âmbito das ciências humanas, como o materialismo histórico, a antropologia e a fenomenologia, não conseguem explicar a realidade a partir de uma presumida objetividade, mas, sobretudo, quando consideramos as relações sociais e a psicologia humana, mostrando-se incapazes de superar a separação que é anterior a eles:

Constituiu-se grande desligamento das ciências da natureza da natureza daquilo a que se chama prematuramente de ciências do homem. De fato, o ponto de vista das ciências da natureza exclui o espírito e a cultura que produzem essas mesmas ciências, e não chegamos a pensar o estatuto social e histórico das ciências naturais. Do ponto de vista das ciências do homem, somos incapazes de nos pensar, nós, seres humanos dotados de espíritos e de consciência, enquanto seres vivos biologicamente constituídos. (MORIN, 2010).

Em consequência, a ciência não consegue nem mesmo produzir mecanismo para a própria problematização:

A partir do momento em que, de um lado, aconteceu a disjunção da subjetividade humana reservada à filosofia ou à poesia e, do outro, a disjunção da objetividade do saber que é próprio da ciência, o conhecimento científico desenvolveu as maneiras mais refinadas para conhecer todos os objetivos possíveis, mas se tornou completamente cego na subjetividade humana; ele ficou cego para a marcha da própria ciência: a ciência não pode se conhecer, a ciência não pode se pensar, com os métodos de que dispõem hoje em dia. (MORIN, 2010).

O pensamento complexo visa a ir além dessa limitação dos paradigmas, hoje existentes nos diversos campos do conhecimento, primeiramente entendendo que, além do todo conter e ir além das partes que o constitui, as partes também possuem nelas o todo, por estarem implicadas, e podem explicá-lo a partir de si, hologramaticamente. (ALMEIDA, 2012, p.14)

Outro fator central na constituição da ciência é a separação e oposição entre o subjetivo, simbólico, mítico, mágico (mitos); e o objetivo, racional, técnico (*logos*) (MORIN, 1999, p.185). Sobre pensar em uma reaproximação entre a razão, da maneira como a conhecemos, e o pensamento mitológico e simbólico, Morin propõem:

O pensamento simbólico tem relação com o pensamento mítico... Direi apenas que o antigo racionalismo o rejeitava como produto de superstição. O mito era fraco. Estou convencido de que temos de voltar a interrogar os pensamentos simbólicos, mitológicos tradicionais. Devemos elaborar modos novos de os interrogar, procurando neles sentido em vez de simples curiosidades. (MORIN, 2010, p.172).

Porém não no sentido de imposição de uma supremacia do pensamento mitológico sobre a racionalidade, pois este seria, de certa forma, um retorno à perspectiva da ciência da Idade Média, que restringia/reduzia o pensamento àquele de base católica:

Suponham que, na nossa história futura, aconteça alguma coisa que já aconteceu na nossa história passada, como, por exemplo, o fechamento da Escola de Atenas. A Escola de Atenas foi fechada por um imperador muito piedoso, a filosofia laica, sem Deus, foi proibida, interdita. Portanto, houve um corte; sobraram elementos, fontes, genes, germes, livros que ficaram parados; isso permaneceu no pensamento teológico até o renascimento. (MORIN, 2010, p.68).

Portanto, em nenhum momento, essa ideia de reaproximação é colocada como uma aplicação de um novo paradigma já pensado. O pensamento complexo não é uma proposta pré-pronta a ser implementada metodologicamente, mas sim o entendimento de que mudanças são necessárias para a consolidação de uma ciência em outras bases, estas, por sua vez, a serem construídas materialmente na sociedade, assim como os outros paradigmas foram ligados ao momento histórico no qual foram estabelecidos:

O paradigma simplificador (disjunção e redução) domina nossa cultura hoje e é hoje que começa a reação contra seu domínio. Mas não é possível tirar, eu não posso tirar, não pretendo tirar do meu bolso um paradigma complexo. Um paradigma, ao ser formulado por alguém, por Descartes, por exemplo, é, no fundo, o produto de todo um desenvolvimento cultural,

histórico, civilizatório. O paradigma complexo resultará do conjunto de novas concepções, de novas visões, de novas descobertas e de novas reflexões que vão se acordar, se reunir. Estamos numa batalha incerta e não sabemos ainda quem será o vencedor. (MORIN, 2011).

A produção de conhecimento é, para Bakunin, essencial para a sociedade, e é feita de maneira a sustentá-la da maneira como ela está estruturada. Para ele, a ciência, da maneira como é produzida, não contempla a realidade, pois não é produzida com o intento de desenvolver a sociedade como um todo, mas de perpetuar relações de exploração e opressão. Não busca de fato a verdade da vida, mas acaba produzindo mentiras, que levam a covardia e a inação:

Não desprezo absolutamente a ciência e o pensamento. Sei que é sobretudo graças a eles que o homem distingue-se de todos os outros animais, e considero uma e outro como os únicos faróis do progresso humano. Mas sei ao mesmo tempo que, assim como as estrelas, esses faróis iluminam fracamente quando não estão em harmonia com a vida; sei, digo, que a verdade que eles difundem torna-se impotente e estéril quando ela não se apoia na verdade tal como existe na vida. Contradizer essa verdade condena frequentemente a ciência e o pensamento à mentira, aos sofismas e ao serviço da mentira, ou, ao menos, a uma vergonhosa covardia e à inação. (BAKUNIN, 2015, p.54).

Como esta dissertação visa buscar no pensamento libertário contribuições que lhe sirvam de referencial, torna-se importante evidenciar como os pensadores desse campo teciam suas críticas à ciência. Para Bakunin, a separação do conhecimento formal do povo é proposital, para mantê-lo sob a dominação, e aqui já identifica que esse mesmo povo pode ser afastado da ciência formal, porém possui e produz conhecimento no seu dia a dia, empiricamente, no seu cotidiano de exploração. Além disso, recebe, difunde e amplia esse conhecimento através de gerações:

À medida que a inteligência e a energia das classes declinam, cresce a inteligência do povo, depois sua força. No povo, qualquer que seja a lentidão da evolução, e ainda que a instrução pelo livro lhe seja inacessível, o avanço nunca para. Ele tem para si dois livros de cabeceira nos quais não cessa de aprender: o primeiro, é aquele de sua amarga experiência, de sua miséria, de sua opressão, de suas humilhações, de sua espoliação e dos sofrimentos que lhe infligem cotidianamente o governo e as classes; o segundo, é aquele da tradição, viva, oral, transmitida de geração a geração, e tornando-se cada vez mais completa, mais sensata e mais vasta...(BAKUNIN, 2015, p.51).

Bakunin, já à sua época, apontava o desdobramento problematizado por Morin, da separação entre a perspectiva subjetiva da realidade e a ciência, como algo ocorrido desde a antiguidade e que torna essa ciência incapaz de descrever a

totalidade da realidade:

Evidentemente, rejeitamos da maneira mais resoluta a divisão arbitrária e inepta do mundo da realidade entre mundo físico e mundo espiritual. Ela foi engendrada, no início da história, por uma espécie de mal-entendido da razão que mal acabara de despertar, que não tinha consciência de si mesma e não suspeitava, portanto, de que ela era mais ou menos um dos frutos normais da natureza. Privada da possibilidade de agir consciente e lucidamente, a razão começou por manifestar-se em devaneios poéticos e em representações religiosas; depois, mais tarde, sob a forma de um autoaprofundamento metafísico e de uma autoestrutura abstrata, enfim, ela pôs-se a buscar em seu eu único as causas de tudo. Todavia, a partir do momento que ela opôs-se a si mesma como algo de separado e autônomo, não só em relação a todo o mundo exterior, mas, inclusive, a seu produtor imediato, o organismo humano, ela devia, inevitavelmente, desdobrar o mundo humano da realidade em mundo “físico” e mundo “espiritual”. Nas palavras de Bakunin: “Desde que conhecemos a origem fisiológica de toda a nossa atividade intelectual, conseguimos de maneira igualmente necessária tomar consciência da inépcia de tal desdobramento” (BAKUNIN, 2015).

Nessa mesma linha, poderíamos buscar um restabelecimento de uma perspectiva única para o entendimento da realidade. Para Bakunin, essa perspectiva deveria partir do materialismo, e a consolidação do positivismo poderia ter se configurado como uma espécie de triunfo do materialismo sobre o idealismo, formando uma concepção única para a ciência. Porém, ao invés de tentar contemplar, dentro do sistema de pensamento, os caracteres subjetivos, retirou-os definitivamente do âmbito da construção do conhecimento, deixando de fora da formalidade todo o desenvolvimento de conhecimento sobre o que é subjetivo, simbólico, mítico, espiritual:

Mas é justamente porque Comte não conhecia a recentíssima história da autodestruição consequente do princípio metafísico na Alemanha que ele não soube deferir o golpe mortal no idealismo. Ele só fez contorná-lo. Tendo-o expulsado da ciência, autorizou-o a reinar sem partilha no vasto domínio da imaginação e do sentimento. (BAKUNIN, 2015).

Assim, o reforço da retirada do que é “espiritual” e não “material” dos domínios da ciência operou a solidificação das iniciativas da religião como únicas a explicar a mundo espiritual, constituindo um sistema de entendimento desse mundo fora de qualquer regramento científico e fortalecendo as religiões como possuidoras da verdade sobre o sobrenatural, deixando a elas a determinação do que seria o bem ou o mal, ampliando os poderes das igrejas por sobre o povo:

É assim que é expulso da ciência tudo o que é sobrenatural, tudo o que não é racional: a noção de Deus e todas as outras noções que dele decorrem, ou os contatos com ele. A unicidade e a própria possibilidade de uma ciência racional encontram-se colocadas pela primeira vez. Resta restaurar a mesma unicidade e a mesma razão da vida. A vida do homem, coletivo e

individual, desde o início da história que, no presente, é partilhada, sabemos, entre dois mundos opostos, que se negam mutuamente, que se destroem mutuamente: o mundo espiritual e material, o mundo terrestre e celeste. Todos os pensamentos e todos os sentimentos religiosos, todos os movimentos ideais da alma aspiram ao elemento celeste; todos os interesses terrestres, todos os desejos e vontades materiais do homem vivo aspiram ao elemento terrestre. Tudo o que se chama verdade e bem é atribuído ao primeiro mundo; todos os pecados e toda a mentira ao segundo... (BAKUNIN, 2015, p.92).

Por outro lado, isso também afastou da ciência a responsabilidade de tomar como de seu domínio esses mesmo julgamentos, o que também foi observado como um dos problemas dessa divisão por Morin. Além disso, Morin considera que, por mais que essa divisão tenha se dado no âmbito do pensamento ocidental, essa desresponsabilização da ciência, no que tange a moral e ao julgamento de valor, foi universalizado:

Portanto temos um fenômeno de origem ocidental mas que se universalizou, por que a característica da ciência é dupla: ela é tipicamente ocidental por seus traços constitutivos, por essa nítida separação não só entre o pensamento laico e o pensamento religioso, mas também pela separação - não menos fundamental - entre o julgamento de fato e o julgamento de valor. Dito de outra forma: não existe consideração moral na ciência. (MORIN, 2010, p.77).

De maneira enfática, Bakunin propõem a destruição da religião como produtora de verdades. Para Bakunin, só o fim da religião, tal como essa se configurava naquela época, e a transformação da ciência em outra que abarcasse a totalidade da realidade em seus domínios, poderia realmente constituir-se como a ciência efetivamente útil à humanidade. Para tanto, a ciência deveria ser produzida pelo próprio povo, considerando seus saberes.

Cabe aqui uma ressalva de que, naquele momento histórico, esse era o posicionamento deste autor anarquista, porém, de nenhuma forma, se constitui como a intenção contemporânea, pois, como será apresentado a seguir, as igrejas no âmbito comunitário tem servido, na contemporaneidade (ao menos na região pesquisada) como espaço de organização dos grupos injustiçados.

Para resumir a perspectiva Bakuniniana, não há como efetuar uma simples reforma, porquanto uma nova ciência somente seria possível na configuração de outra sociedade. Bakunin defende não só a mudança na maneira de fazer ciência, mas do sistema de relações econômicas, políticas e sociais, assim como Karl Marx (1818-1883) e outros da sua época defendem a profunda revolução social como

indispensáveis à consolidação de outra ciência. Porém, como a perspectiva de Bakunin além de ser socialista é também libertária, ele também pressupõem que a própria existência do estado seja eliminada nesse processo revolucionário, ou seja, propõem ele uma ciência que seja produzida pelo povo, fora dos interesses burgueses, desautorizando a religião como produtora de verdade e sem a tutela do estado: “Queremos destruir toda religião popular para substituí-la pelo saber popular. Sim, queremos que o povo tenha um saber racional, rigorosamente científico”. Ou seja:

Nós desejamos porque queremos a liberação definitiva do povo da tutela governamental; mas não o queremos para submetê-lo à nova tutela dos doutrinários revolucionários. A verdadeira revolução deve justamente consistir em destruir inteiramente toda tutela, eliminar radicalmente todo o papel do estado. Queremos que o povo alcance a maioria, e para chegar realmente a essa idade, ele necessita da ciência. (BAKUNIN, 2015).

Finalmente, a maioria apontada por Bakunin, a fim de que o povo exerça o seu verdadeiro papel de promotor de seu destino, conjuga-se com a ciência, cujo derradeiro olhar sobre a realidade não mais se obscurece sob falsos postulados metafísicos e das nefastas falácias evocadas pelos opressores, consubstanciadas pelas estruturas estatais pretensamente administradores da vida pública, da vida do povo.

Essa primazia para a ação coletiva autogerida, sem os domínios do estado ou do capital, coaduna com a discussão que vem sendo levantada nesta dissertação, de desconstrução dos princípios neoliberais e construção de um sujeito outro, construtor de outro mundo, mais justo possível. E, de maneira geral, também com a discussão que se tem feito na Educação Ambiental, de que ela possui um verdadeiro potencial transformador, quando, para além de ser feita *com* e *para* os grupos que sofrem as injustiças da nossa sociedade, ela seja feita *por* eles, *a partir* deles, na luta por justiça social/ambiental. (SANTOS et al, 2015).

2.4 – Educação

Essa utopia, de outro mundo possível, de justiça social e ambiental, só pode ser concretizável quando em nossa sociedade ela estiver compartilhada de maneira coletiva. Pois, o que pode levar-nos a ações que visem à organização para a

construção desse outro mundo é o objetivo de alcançar essa utopia. Como já argumentei anteriormente, a ideologia propagada de maneira hegemônica hoje no mundo é orientada ao individualismo e à competição com o outro. A obrigatoriedade de ser o melhor, ou de acumular o máximo de capital possível acaba por tornar-nos, mesmo que inconscientemente, depredadores do ambiente ao nosso redor. A “utopia”, distópica por sinal, de ser rico é antagônica a qualquer ideia de sustentabilidade que se possa formular.

Logo, pensando no problema principal do campo da Educação Ambiental, o de constituir, através da Educação, uma sociedade que vá superar a crise ambiental, devemos pensar a partir da Educação. Educação pensada como o substantivo do conceito de EA, sendo o ambiental o que lhe adjetiva. Até por que, não nascemos sabendo, mas aprendemos a nos relacionar com a natureza, o que dependerá inteiramente do contexto em que vivemos e de que maneira somos educados.

Tanto no sentido da criticidade no pensamento, quanto na maneira de sentir a natureza, que também para Reclus está totalmente ligada às condições e a maneira que somos educados, pois “se a Educação pode fazer aqueles que ainda não compreendiam o profundo encanto da natureza apreciarem-na, ela também pode, quando é deformada, depravar o gosto e dar do belo ideias monstruosas ou ridículas” (RECLUS, 2010b). Essa mesma Educação, que pode levar-nos a ter atitudes de admiração e contemplação, quanto de indiferença, é pressuposto pelo autor como ponto necessário a ser trabalhado, para a consolidação de uma sociedade melhor, “esse é o resultado que é indispensável alcançar para que as sociedades possam avançar em civilização de uma maneira normal, e que cada um de seus progressos não seja conseguido às expensas da terra que lhes serve de morada” (RECLUS, 2010b).

Nesse sentido, ele pressupõe que a Educação deve ser ferramenta para esse ser humano, que, através da ciência da natureza, do desenvolvimento físico e do contato com o meio natural, possa se desenvolver de maneira completa:

Sentimos que, sob pena de diminuição intelectual e moral, é necessário contrabalancear a qualquer preço pela visão das grandes paisagens da terra a vulgaridade de tantas coisas feias e mediócras onde os espíritos estreitos vêem o testemunho da civilização moderna. É preciso que o estudo direto da natureza e a contemplação de seus fenômenos tornem-se para todo homem completo um dos elementos primordiais da Educação; também é preciso desenvolver em cada indivíduo a habilidade e força musculares, a fim de que ele escale os cumes com alegria, observe sem temor os abismos, e conserve em todo o seu ser físico esse equilíbrio

natural das forças, sem o qual as mais belas paisagens nunca serão percebidas senão através de um véu de tristeza e melancolia.

O homem moderno deve unir em sua pessoa todas as virtudes daqueles que o precederam na terra: sem nada abdicar dos imensos privilégios que a civilização conferiu-lhe, ele não deve também perder o que quer que seja de sua força antiga, e deixar-se superar por qualquer selvagem em vigor, em habilidade ou em conhecimento dos fenômenos da natureza. (RECLUS, 2010b).

A Educação deveria dar conta de desenvolver totalmente a pessoa em relação ao seu ambiente. Para tanto, deve expandir-se para além do ambiente escolar, tornando todo o espaço de crescimento do indivíduo como um espaço educativo. Não no sentido de retirar a importância da escola, mas de abarcar outras dimensões no processo educativo: “La contemplación de la naturaleza y de las obras humanas, la práctica de la vida, he ahí la escuela donde se aprende la verdad y donde se hace la educación de las sociedades contemporáneas”. (RECLUS, 2012) Inclusive pela importância dada à socialização: “Para ser completamente livre, a criança, além de ter aprendido a escutar a si mesma deve reconhecer o outro, descobrir também o outro como indivíduo”. (CODELLO, 2007).

Até porque, é na relação com o outro que se aprende. Desde o mais tenro aprendizado, a criança utiliza a maneira exclusivamente humana de significação, para resolver problemas práticos, ou seja, mesmo sem dominar totalmente a fala, já utiliza da linguagem para aprender, para planejar as suas ações e resolver os problemas que encontra, mesmo que de mínima complexidade, diferenciando-se assim dos animais (VYGOTSKY, 1991, p.31). Considerando que a linguagem não possui origem biológica, mas sim estritamente social, aprendemos unicamente através do outro. Em outras palavras, só somos capazes de apreender, porque organizamos aquilo pensamos através daquilo que vivenciamos em interação com outros humanos, ou que já aprendemos através de interações passadas.

Falo aqui não com o objetivo de considerar nossa espécie superior, mas de fato nos diferenciamos dos outros animais por que, além de utilizarmos do reflexo e instinto (biológicos), somos capazes de operar o que Vygostky (1991, p.59) chama de processos mentais superiores, abstratos, de recriarmos e armazenarmos no nosso sistema de pensamento a materialidade do mundo. Criamos conceitos para explicar aquilo que materialmente pode não estar ao nosso alcance.

Indo um pouco mais a fundo no funcionamento deste mecanismo, utilizamos signos para operarmos abstratamente o pensamento. A realidade a nossa volta é de

certa forma replicada na forma desses signos, para que possamos armazená-la em nossa memória e compartilhar com as outras pessoas. A linguagem é, portanto, a sistematização desses signos de forma que seja possível essa comunicação. Essa linguagem é a base não somente da comunicação entre pessoas, mas de toda a sistematização das ideias que passam pela nossa mente, ou seja, aprendemos tudo através dela, recriando internamente aquilo que vivenciamos (ou que as pessoas com quem interagimos vivenciam) externamente (VYGOTSKY, 1991, p.63).

Somente internalizamos aquilo que possui uma referência com o exterior, com o vivido, através da linguagem. Para tanto, precisamos que esse processo tenha necessariamente um outro correspondente humano, seja no ato da vivência, seja no desenvolvimento do significado daquilo em um momento anterior. Portanto, tudo que se apreende passa necessariamente por dois planos, o primeiro na relação com outros indivíduos (interpessoal), e no processo de internalização, agora como conhecimento, signos, linguagem, no plano individual, interno (intrapessoal) (VYGOTSKY, 1991, p. 64).

Se avançarmos nesse sentido, impreterivelmente perceberemos que tudo o que aprendemos está intimamente ligado ao nosso contexto social, que é historicamente constituído. Não é por acaso que a abordagem de Vigotski, para o campo da psicologia da Educação, seja denominada de histórico-cultural. Pois, se é com o outro que se aprende, a realidade social coletiva condiciona *o que e como* se aprende. Para esse campo, cabe ressaltar que esse autor rompe com a concepção de que aprende-se de maneira diferente dependendo do estágio de desenvolvimento do indivíduo, pois, pela sua teoria, desenvolvimento e aprendizagem são processo que ocorrem em paralelo, em interdependência.

Para a pesquisa em Educação, portanto, o que é importante de entender não é o que já está aprendido, conhecimento acumulado, mas sim a maneira como se aprende, como está ocorrendo o processo de aprendizado nesse momento. Abre-se o caminho para o desenvolvimento da pesquisa em Educação Ambiental, pois o condicionamento da aprendizagem ao caráter sociocultural, revelando a importância de entender o contexto em que se produzem os significados, nos permite pensar em o que e como buscar como contribuição ao campo (MOLON, 2009, p.164).

Nesse sentido, da metodologia da dissertação, a importância da linguagem, não só enquanto significado textual, gramatical, mas sim de seus significantes, dos

sujeitos e do contexto em que são produzidos estão discutidos de maneira mais aprofundada no próximo tópico, onde se explicita a importância do discurso como reflexo da realidade.

Voltando à Educação, entender a constituição do aprendizado como base de uma possível transformação social e ambiental, ainda nos resta discutir, do ponto de vista de concepção desse campo, qual Educação nos serve e de que forma ela deve ser pensada para a superação da crise socioambiental. Essa ideia de Educação, atrelada à utopia de um mundo novo e justo, pode ser encontrada em um dos pensadores basilares para a Educação, em especial para a Educação Ambiental. Paulo Freire nos legou uma concepção de Educação que, para além desse campo, nos faz sentir esperança na construção de um novo mundo, mais justo. Nesse sentido, a importância que Freire dava no seu pensamento à liberdade é algo que chama atenção. Esse tema era central para Freire, desde a sua primeira obra de grande repercussão, que se chamava “Educação para a prática da liberdade”. Inclusive a autonomia, que está no título de uma das últimas e mais aclamada obra, a “Pedagogia da Autonomia”, pode ser colocada como sinônimo da categoria liberdade, sendo liberdade/autonomia a base da proposta pedagógica de Paulo Freire, do início ao fim de sua obra (VASCONCELLOS, 2008).

Cabe destacar que Freire não iniciou sua vida profissional e acadêmica como educador. Formou-se em direito e, ao tentar atuar na área, se viu contagiado por uma gana, uma necessidade de ajudar os oprimidos, de maneira que sua trajetória o levou a ser educador (FREIRE, 1998). A vontade de liberdade, não só de sentir, mas de compartilhar da liberdade com todas as pessoas que ele via sofrer da exploração do trabalho, o levou ao sertão, trabalhando com adultos a sua alfabetização. Ao chegar ao interior, viu que a falta de alfabetização era uma forma de tirar a liberdade do povo, que a falta de instrução era um mecanismo, dos detentores do poder, de manter aquelas trabalhadoras e aqueles trabalhadores sem outra perspectiva que não fosse a de continuar como servos à mercê da vontade destes primeiros.

Nitidamente, Freire entende a sua liberdade como liberdade coletiva, com identificação e distinção de classe. Inclusive, ao propor o diálogo como base desse método, mostra que esse diálogo só é possível entre os “de baixo”, e que é ferramenta da libertação:

Esta é a razão por que não é possível o diálogo entre os que querem a pronúncia do mundo e os que não a querem; entre os que negam aos

demais o direito de dizer a palavra e os que se acham negados deste direito. É preciso primeiro que, os que assim se encontram negados no direito primordial de dizer a palavra, reconquistem este direito, proibindo que este assalto desumanizante continue. (FREIRE, 1987).

A partir do momento em que alguém não possui o mínimo de instrução que é a alfabetização, não possui ferramentas para imaginar outra condição para si. Isso é o contrário do que, para Freire, é a vocação do ser humano. Para ele, nós, homens e mulheres, temos em nós a vontade, a intenção, mesmo que não refletida, de melhorarmos nossa condição de vida. Somos naturalmente buscadores do “ser mais”, de transformarmos a realidade do simplesmente “ser” (FREITAS E FREITAS, 2017).

Para tanto, é necessário que a pessoa, que está em uma situação de dominação ou opressão, tenha consciência dessa situação. Por isso o método proposto por Freire educa através da problematização de temas geradores, ou seja, temáticas que são a própria realidade do educando, pois, só assim, a Educação poderá realmente ser ferramenta de transformação, pois estará se desenvolvendo com o problema real das pessoas como pano de fundo:

Para o educador-educando, dialógico, problematizador, o conteúdo programático da Educação não é uma doação ou uma imposição – um conjunto de informes a ser depositado nos educandos -, mas a devolução organizada e acrescentada daqueles elementos que este lhe entregou de forma desestruturada. (FREIRE, 1987).

O ponto em que a realidade da pessoa parece não poder mudar, a situação que a pessoa, problematizando o seu cotidiano, percebe como o limite da sua liberdade é o que Freire chama de “situação-limite”. Essa situação tem a característica de ser o fim do caminho para as pessoas que não possuem uma perspectiva de transformação. Ao chegar à situação-limite, o indivíduo, que não problematizou sua realidade, encontra-se em frente a um muro intransponível, onde o que resta é acomodar-se com a situação.

Não é difícil perceber momentos onde isso acontece, tanto na nossa vida quanto dos que nos são próximos. Por vezes nos sentimos impotentes frente às condições que a vida impõe e, por mais que saibamos do nosso potencial, a estrutura econômica e social nos parece imutável e a esperança e a fé em um mundo melhor se apequena e debilita. Porém, quando a ação é refletida, quando conseguimos perceber os momentos em que nossa possibilidade de mudança é

real, conseguimos nos organizar para, junto com as/os demais que se encontram no mesmo limite, tentar mudar a realidade.

Quando estamos conscientes, no entendimento das contradições e organizados, enquanto coletivo, a fé e a esperança se renovam, se inflam e tornam-se motor de nossas ações. O papel da Educação, portanto, é justamente provocar nessas pessoas a vontade do ser-mais, de, ao invés da simples acomodação, a busca pela possibilidade de mudança. Nesse momento, a ação a ser tomada pode ser radicalmente oposta àquela da acomodação, esta “ação-limite” agora busca outra coisa, outra situação. Essa nova situação libertadora do sujeito e ainda não experimentada por ele é o “inédito-viável”:

Enquanto os temas não são percebidos como tais, envolvidos e envolvendo as “situações-limites”, as tarefas referidas a eles, que são as respostas dos homens através de sua ação histórica, não se dão em termos autênticos ou críticos.

Neste caso, os temas se encontram encobertos pelas “situações-limites”, que se apresentam aos homens como se fossem determinantes históricas, esmagadoras, em face das quais não lhes cabe outra alternativa senão adaptar-se. Desta forma, os homens não chegam a transcender as “situações-limites” e a descobrir ou a divisar, mais além delas e em relação com elas, o “inédito viável”. (FREIRE, 1987).

Essa proposta de transformação contínua, no pressuposto que ele coloca ao diálogo, de que deve ser feito entre os “de baixo”, se contrapondo à vontade daqueles que dominam. A proposta de Freire, baseada nas “situações-limites”, é em toda sua concepção necessariamente classista, necessitando a percepção de que as contradições que se vivem estão baseadas na desigualdade da sociedade. Deve-se partir da ideia de que se existe uma barreira para o nosso “ser mais”, se existe a exploração e a opressão, é por que para alguns convém que ela exista, e a luta entre as classes é, portanto, constante e permanente. Nesse sentido, o “inédito-viável” é algo que modifica essa relação, é a conquista de terreno na luta de classes por parte de quem é oprimido, em detrimento do opressor:

Em síntese, as “situações-limites” implicam a existência daqueles a quem direta ou indiretamente “servem” e daqueles a quem “negam” e “freiam”.

No momento em que estes as percebem não mais como uma “fronteira entre o ser e o nada, mas como uma fronteira entre o ser e o mais ser”, se fazem cada vez mais críticos na sua ação, ligada àquela percepção. Percepção em que está implícito o inédito viável como algo definido, a cuja concretização se dirigirá sua ação. (FREIRE, 1979).

A consciência que homens e mulheres têm das condições e contradições sem ter problematizado sua realidade e percebido as situações limites, é muito mais

restrita do que a consciência de quem se percebeu enquanto classe e já projeta a transformação, ou seja, aquelas e aqueles que já visualizam o “inédito viável” como possibilidade, possuem “consciência real”.

Porém, quando nos colocamos em ação para alcançar o inédito viável, criando uma nova realidade, já numa situação de libertação, é que se adquire a consciência de que a transformação é possível e está acontecendo, o que Freire chama de “consciência máxima possível”, que se vincula a ação transformadora em prática, chamada “ação editanda”:

Por isso é que, para nós, o “inédito viável” [que não pode ser apreendido no nível da “consciência real” ou efetiva] se concretiza na “ação editanda”, cuja viabilidade antes não era percebida. Há uma relação entre o “inédito viável” e a “consciência real” e entre a “ação editanda” e a “consciência máxima possível”. (FREIRE, 1987).

Através desses conceitos, está descrito o funcionamento da proposta de intervenção pedagógica de Freire. Importante contextualizar que, conforme mencionado anteriormente, o autor teve a sua experiência empírica na construção dessa proposta junto à alfabetização de adultos, no interior do nordeste, em áreas de gritante desigualdade social onde a alfabetização por si só já carrega uma gigante transformação na vida das pessoas que por ela passam.

Esses mesmos conceitos podem ser utilizados para elaborar as propostas de ensino em todos os âmbitos da Educação, pois, de alguma maneira, todas as áreas do conhecimento estão imbricadas na realidade social e as “situações-limites” podem ser evidenciadas e problematizadas a partir de alguma referência.

Assim como independente do contexto do sujeito e da disciplina a ser trabalhada, a problematização das “situações-limites” leva a formulação por parte do educando e do educador do “inédito viável” e, se colocando em prática através da “ação editanda”, se concretiza um passo em direção à liberdade. Essa é a liberdade que entendo estar defendendo Freire como o objetivo da Educação.

Algo bem diferente da ideia de liberdade proposta pela ideologia neoliberal, conforme já mencionado. A liberdade do mercado, pregada para o funcionamento econômico, em nossas relações, no domínio da nossa vida cotidiana, se apresenta como a liberdade para consumir, disfarçada de liberdade efetiva.

Inclusive, os próprios teóricos neoliberais perceberam a importância de constituir outro sujeito, em outras palavras, entenderam que é, através da Educação, que a sociedade pode ser mudada, porém utilizam dessa ferramenta para perpetuar

um sistema de desigualdades e injustiças. Disputando inclusive o funcionamento da Educação formal, vide os projetos de lei da mordça (escola sem partido) já mencionados anteriormente.

2.5 – Discursos

Retomando a discussão sobre a maneira como se aprende, lembramos que o que nos permite a troca de informações e a aprendizagem é a nossa capacidade de operar com signos, que, por sua vez, são reprodução abstrata do mundo. Através dessa operação, pensamos, memorizamos e nos comunicamos. A linguagem é, portanto, a base do pensamento, e, para entendermos a realidade da sociedade e dos grupos que a constituem, é através dela que devemos pesquisar.

Porém não são as palavras e frases, em seu significado explícito e literal, que nos levarão a entender aquilo que é inerente às relações sociais. O que nos importa é, para além do que representam os signos, aquilo que os constituem enquanto relação com o contexto social em que são reproduzidos e com a formação histórica e cultural dos sujeitos que os reproduzem. Interessa-nos aqui analisar os discursos, assim como para Foucault (2012, p.60): “Certamente os discursos são feitos de signos; mas o que fazem é mais que utilizar esses signos para designar coisas. É esse mais que os torna irredutíveis à língua e ao ato da fala. É esse “mais” que é preciso fazer aparecer e que é preciso descrever”.

O discurso, portanto, se constitui para além do texto que descreve, ele carrega um momento único em que foi produzido, no sentido temporal. Assim como carrega todas as características do local em que foi produzido, no sentido espacial. Não como algo físico, como uma marca talhada em um produto, mas sim subjetivamente, pois é produzido por alguém, por um sujeito, e nesse sujeito é que estão inscritas as condições do contexto em que essa pessoa foi constituída enquanto pessoa (lembrando o argumento a pouco utilizado de que somos constituídos socio-historicamente). Assim como estão inscritas as relações (seja com os outros, seja com a natureza) em que esse sujeito está implicado no momento em que produz o discurso.

Com um pouco mais de detalhe na relação com o outro, é justamente esta

característica que o torna analisável, a de envolver sempre dois sujeitos. Nas palavras de Bakhtin (2016, p.76) “o acontecimento da vida do texto, isto é, a sua verdadeira essência, sempre se desenvolve *na fronteira de duas consciências, de dois sujeitos.*” Como também reside no fato de falar-se para ser compreendido, a capacidade do discurso carregar em si mais do que palavras, o contexto. No discurso, está implicado o como se ouve, indo além do fato de ser expressado, mas sim na capacidade de ser compreendido.

Em outras palavras, o que se enuncia (já adiantando o conceito de enunciado que será explicado em seguida) busca sempre no outro a resposta. O discurso não é dirigido ao nada, mas sim a outra consciência que vá entendê-lo, que vá, através dele, reproduzir aquilo que foi dito, mesmo que internamente, em outras palavras, “toda a compreensão da fala viva, do enunciado vivo é de natureza ativamente responsiva (embora o grau desse ativismo seja bastante diverso); toda compreensão surge de resposta, e nessa ou naquela forma a gera obrigatoriamente: o ouvinte se torna falante”. (BAKHTIN, 2016, p.25).

Para que essa compreensão ocorra de fato, é necessário que ambos os sujeitos compartilhem daquilo que servirá de elemento para que o discurso faça sentido para ambos. Em primeira instância, compartilham de um sistema de signos que ambos entendam, devem falar a mesma língua, ou ao menos utilizar de artifícios que sejam de comum compreensão (sinais, gestos, expressões). Devem também compartilhar do que já foi enunciado, devem compreender por onde os discursos até circularam, em que trama está se produzindo o discurso recebido neste momento. De que maneira o que se diz agora interage com o que se disse até agora.

O próprio falante está determinado precisamente a esta compreensão ativamente responsiva: ele não espera uma compreensão passiva, por assim dizer, que apenas duble o seu pensamento em voz alheia, mas uma resposta, uma concordância, uma participação, uma objeção, uma execução, etc. Os diferentes gêneros discursivos pressupõem diferentes diretrizes de objetivos, projetos de discurso dos falantes ou escreventes). O empenho em tornar inteligível a sua fala é apenas o momento abstrato do projeto concreto e pleno de discurso do falante. Ademais, todo falante é por si mesmo um respondente em maior ou menor grau: por que ele não é o primeiro falante, o primeiro a ter violado o eterno silêncio do universo e pressupõem não só a existência do sistema de língua que usa mas também de alguns enunciados antecedentes – dos seus e alheios – com os quais o seu enunciado entra nessas ou naquelas relações (baseia-se neles, polemiza com eles, simplesmente os pressupõe já conhecidos do ouvinte). Cada enunciado é um elo na corrente complexamente organizada de outros enunciados. (BAKHTIN, 2016, p.26).

Ou seja, não existe um fragmento de discurso que seja independente. Pode até uma frase fazer sentido, por si mesma, mas só possui essa capacidade porque está implicada em uma trama de outros discursos que a antecederam e de outros que virão a ser produzido a partir dessa trama, da qual ele passa a fazer parte.

Buscar entendê-la (trama) e o local em que cada discurso em questão se coloca dentro dela, se demonstra como o objetivo principal do processo de análise na pesquisa, pois entender o que querem dizer os sujeitos da pesquisa é rigorosamente entender a realidade em que se produz aquilo que dizem, através daquilo que dizem. Encontrar relações para além do tema em questão, mas que possam se vincular também com outras tramas discursivas, com discursos de outros sujeitos em outros contextos. Perceber regularidades em diferentes discursos, levantando a relação de quem diz, inclusive para além do que conscientemente o enunciador quis relacionar (FOUCAULT, 2012, p.35), com outros discursos.

E, para além, não só compreender as regularidades possíveis, mas justamente trabalhar na percepção de que a diferença, em que nos constituímos, é que constitui a pluralidade dos discursos. Uma análise desse tipo não pressupõe uma simples classificação de discursos ou categorização de sujeitos (ou categorização de discursos e classificação de sujeitos), mas sim entender, a partir das diversas possibilidades, que cada discurso de ser produzido e compreendido, da dispersão ao invés da linearidade (FOUCAULT, 2012, p.45), compreendendo, assim, que carregamos (e que os sujeitos da pesquisa carregam), o que Foucault chama de “arquivo”, como a constituição dos sujeitos e dos pressupostos dos seus discursos, podemos perceber no outro justamente a diferença, e, a partir dela, entender de que maneira o que se diz se relaciona com a realidade material das relações. Uma análise, ou diagnóstico, nesse sentido (inicialmente utilizado para pensar a ciência em si, mas aqui utilizado para basear uma pesquisa específica), “estabelece que somos diferença, que nossa razão é a diferença dos discursos, nossa história a diferença dos tempos, nosso eu a diferença das máscaras” (FOUCAULT, 2012, p.160).

Essa trama, ou melhor, os discursos e entre quais outros discursos se inserem, que se pretende desvelar, estão imbricados em um mesmo domínio de formação, se apoiam na mesma *formação discursiva* (Foucault, 2012, p.131). Porém, para análise, não temos como entender todo o discurso (muito menos toda a

formação discursiva em que se inserem). Buscamos entender sim o discurso a partir dos fragmentos de linguagem expressa (seja escrito ou oral) e o contexto em que foram enunciados, assim como o contexto que constituiu os sujeitos que o enunciam.

Para tanto, é necessário delimitar a unidade capaz de expressar um discurso, o fragmento necessário que contenha em si o sentido do próprio discurso. Esse é o enunciado. Para Foucault (2012, p.121), o enunciado, para ser considerado como tal, deve possuir a existência de correlatos na linguagem que opera, ou seja, ser dito de outras maneiras e, quando dito da mesma forma, poder atribuir-se sentidos diferentes (que será mais discutido adiante – paráfrase e polissemia). Deve ter relação determinada com o sujeito que o diz (concordando com aquilo que argumento até aqui, da indissociabilidade da formação sociocultural do sujeito). Um domínio ao qual esteja associado, ou seja, deve tratar de algo, de um tema. E possuir existência material, deve tratar da história, e não da imaginação.

Bakhtin também firma o entendimento de que a relação do enunciado deve ser determinada para com um sujeito, “porque o discurso só pode existir de fato na forma de enunciados concretos de determinados falantes, sujeitos do discurso” (BAKHTIN, 2016, p.28). Através disso, ele também define limites ao discurso, ou melhor, ao trecho que pertence a um discurso ou outro, sendo esse limite à alternância entre os sujeitos. (BAKHTIN, 2016, p.29). Ou seja, em um diálogo, existem dois discursos analisáveis, um de cada interlocutor, os enunciados, portanto, se estendem somente até o momento em que outra pessoa começa a falar, neste momento, já se inicia o próximo enunciado. Assim como um discurso (ou um trecho do mesmo) se conclui nele próprio, não pode ter além do que foi dito uma futura conclusibilidade, ele mesmo se conclui (BAKHTIN, 2016, p.35).

Não no sentido de isolar os discursos, mas de entender cada um deles como fechado em si, e interligado à trama a qual pertence: “o enunciado é um elo na cadeia da comunicação discursiva e não pode ser separado dos elos precedentes que o determinam tanto de fora quanto de dentro, gerando nele atitudes responsivas diretas e ressonâncias dialógicas.” (BAKHTIN, 2016, p.62). Ou seja, não existe um discurso isolado, mas sim um fragmento de um *continuum* (ORLANDI, 2008, p.18).

Aprofundando no entendimento do enunciado, também deve-se prestar atenção não somente ao que é dito e ao que está relacionado, mas à condição

subjetiva que se imprime na maneira como se diz, “a relação subjetiva emocionalmente valorativa do falante com o conteúdo do objeto e do sentido do seu enunciado” (BAKHTIN, 2016, p.47). Pois, sendo produzida por sujeitos, carrega consigo o sentimento deste para com o que está falando, de positividade ou negatividade, de carinho ou desdenho, amor ou ódio, enfim, “um enunciado absolutamente neutro é impossível” (BAKHTIN, 2016, p.47). Por isso a entonação com que se expressa também deve ser analisada, para um resultado fidedigno ao que estava realmente expressando o sujeito do discurso, pois “a expressão do enunciado nunca pode ser entendida e explicada até o fim levando-se em conta apenas o seu conteúdo centrado no objeto e no sentido” (BAKHTIN, 2016, p.58).

Assim sendo, seguindo uma das condições colocadas anteriormente para o delineamento do enunciado, a de que deve ter relação determinada do sujeito, o discurso carrega, em todos os aspectos (inclusive em intensidade), o seu autor. O autor do discurso o produz assim como é produzido por ele. Nesse âmbito de entendimento, o texto produzido está constituído em uma formação discursiva intrinsecamente relacionada com a formação ideológica do sujeito que o produz (ORLANDI, 2008, p.56).

Porém, nem sempre o discurso é produzido a partir do próprio sujeito enquanto falante. Pode-se falar partindo do ponto de vista de quem fala, assim como quem fala pode estar se colocando a partir de outro referencial. Por isso é importante distinguir dois níveis. Um de autoria, que sempre está atrelada ao autor e sua ideologia, e outro o de enunciação, ou locução, onde o sujeito pode se deslocar e falar a partir de outra perspectiva. Pode se falar sob o ponto de vista de outra pessoa (mencionando, se colocando no lugar, concordando, discordando ou rebatendo), ou mesmo da própria pessoa, mas em outra perspectiva. Um exemplo disso, pertinente à pesquisa, pode ser encontrado nas falas da militante de movimento social, ou do representante comunitário, que, por momentos, falam a partir da sua vivência (partindo do contexto de constituição dos mesmos enquanto sujeitos), em outros, enquanto militantes/representantes de um grupo, evidenciando mais explicitamente a constituição deles enquanto parte do grupo em questão, do que a pessoal. Essa característica do discurso, de não ser composto de uma única voz (mesmo sendo oriunda de um mesmo sujeito) é chamada de polifonia (ORLANDI, 2008, p.62), é indispensável para a real compreensão da realidade em

que ele é produzido e na delimitação das unidades de sentido.

Deve-se tomar cuidado na delimitação dos enunciados para a análise, para que, assim que se proceder a unitarização dos mesmos em unidades de sentido, não se prenda ao texto, traindo assim tudo que se argumentou sobre a relação socio-histórica-cultural do discurso. Importante manter bem definido que o objeto desta análise não está na letra fria do texto unitarizado (as letras organizadas sistematicamente), nos *significados*, mas sim no sentido que essas unidades representam, em relação ao contexto em que foram enunciadas, seus *significantes*.

Até porque, um texto, por si só, não apresenta nenhuma relação de sentido, pois a linguagem é produzida a partir de dois processos, que permitem uma multiplicidade de formas possíveis de materialização simbólica dos sentidos. A paráfrase, processo que permite um mesmo sentido ser expresso de diferentes formas, e a polissemia, que permite com que a um mesmo texto sejam atribuídos diferentes sentidos (ORLANDI, 2008, p. 20).

Por fim, a última característica que se pretende apresentar, do ponto de vista metodológico da análise do discurso em si, é de que esta análise não pode representar somente uma organização de enunciados, levantados a partir da unitarização e categorização do material coletado, mas sim uma interpretação à luz dos referenciais aqui apresentados, dos discursos levantados em relação ao contexto em que foram produzidos. Ou seja, o produto da análise consiste em uma teorização baseada em uma interpretação, não somente uma descrição (ORLANDI, 2013).

Na questão prática da metodologia da análise, o *corpus* utilizado foram falas dos sujeitos identificados como portadores dos discursos, que pudessem levar ao entendimento necessário sobre as situações de injustiça ambiental da região. Essas falas foram coletadas de maneira heterogênea, para cada conflito e cada etapa, foram utilizadas formas de coletas diferentes, que a seguir serão melhor detalhadas.

Dessas falas, procedi a uma unitarização, separando unidades de sentido (ORLANDI, 2013). Lembrando que, para além do texto em si, as unidades de sentido só fazem sentido em relação ao contexto, por isso para cada conflito foi realizado uma análise de contexto, através tanto da bibliografia encontrada, quanto dos próprios relatos coletados. Essas unidades foram categorizadas (ORLANDI, 2013), a partir do referencial teórico apresentado, primeiramente em três categorias

gerais: a relação com a natureza, a Educação, e a utopia.

A relação com a natureza, de maneira geral, engloba todos os enunciados que demonstram a maneira como o sujeito em questão se relaciona com esta natureza, ou seja, aborda a maneira como o meio ambiente (enquanto ambiente natural e social) é compreendido nos discursos. Como já mencionado, parto do referencial baseado principalmente na ideia de Reclus sobre essa relação, portanto procedo a uma segunda categorização, ou subcategorização: A conflitividade da relação com a natureza e a desigualdade no acesso e na apropriação para com a natureza.

A Educação também é tratada com base no referencial apresentado, portanto, uma das subcategorias inclui a relação do sujeito com a Educação, mas, como já dito anteriormente, a proposta é pensar a Educação a partir do processo de aprendizagem dos sujeitos, em toda sua vivência, portanto os enunciados que demonstram aspectos da aprendizagem com o processo conflitivo que se vivenciou compõem a outra subcategoria.

Em relação à utopia, de maneira imediata, selecionei, do material, unidades que explicitam a utopia do sujeito em questão, ou seja, em que o sujeito enunciador está falando explicitamente a partir dele e sobre a sua intenção para com o futuro, em que demonstra-se nitidamente a formação ideológica em que está inserida a formação discursiva que este apresenta. Em outro plano de análise, compondo a outra subcategoria, proponho, através do referencial apresentado, o pressuposto de duas ideologias em antagonismo, opostas dialeticamente: A ideologia neoliberal (que apresenta como princípios para as relações sociais o individualismo, a competição, a meritocracia) e a ideologia socialista-libertária (que propõe como princípio a solidariedade, o apoio mútuo e a autogestão da sociedade). Pressuponho que cada uma delas carrega consigo uma utopia de mundo (a neoliberal um mundo de sujeitos empreendedores, a socialista-libertária um mundo cooperativo e comunitário), para todos os âmbitos da vida (econômico, social, político, pessoal e até mesmo afetivo). Portanto, nesta subcategoria, de elementos utópicos, foram relacionados enunciados que demonstram a aderência do discurso dos sujeitos a uma ou outra ideologia (mesmo que inconscientemente).

3 – MAPEAMENTO DOS CONFLITOS E PROBLEMAS

Estando apresentadas as referências teóricas que guiaram este trabalho, assim como todo o percurso metodológico utilizado, apresento os resultados desta pesquisa. Iniciando pela primeira etapa, o mapeamento dos conflitos. Conforme já explicado, neste capítulo, será apresentado o resultado do mapeamento realizado utilizando todas as edições do Jornal Noroeste, dos anos de 2014, 2015, 2016 e 2017.

O objetivo do mapeamento era identificar os conflitos e os problemas ambientais ocorridos na região neste período (um dos objetivos específicos da pesquisa), porém, antes de apresentá-lo (itens 3.3 e 3.4), apresento outras duas categorias que surgiram ao longo do mapeamento: as ações de educação ambiental realizadas na região (3.2); e algumas peculiaridades e notícias interessantes em relação ao meio ambiente local (3.1).

3.1 - *Peculiaridades*

Revisitar os jornais da região que me constituiu enquanto ser, de um período na qual dela estive afastado, mostrou-se uma experiência profícua para a pesquisa, e para além disso. Esse processo foi como um revisitar uma realidade distante, mas ao mesmo tempo conhecida. Algo como abraçar amigos de longa data (o que muito fiz neste último ano) e se surpreender ao ver que algumas coisas continuam exatamente como eram, mesmo que com acontecimentos inéditos.

Antes de adentrar na questão dos problemas ambientais e conflitos socioambientais, gostaria de relatar que, na leitura dos jornais, saltaram aos olhos algumas reportagens que demonstram um caráter único da região da fronteira noroeste, que foram categorizadas inicialmente como notícias peculiares, separadas a título de curiosidade, mas que valem a pena serem descritas.

A vocação histórica dessa terra para produzir alimentos (mais adiante exponho melhor a questão da vocação agropecuária da região) não só se mostra em quantitativos de produção, mas também no orgulho com que se noticia curiosos frutos da terra. Por exemplo, a batata doce de 20 kg, colhida e noticiada em Porto

Mauá, em agosto de 2016, parte de uma série de outras gigantes exemplares de 6 e 14 kg, colhidas pelos mesmos dias. Alguns meses antes, já havia aparecido uma outra abobora gigante naquela cidade, não em peso (pesava 6,4 kg), mas em comprimento do pescoço, que atingiu extraordinários 1,62 metros. O mais interessante desse caso é que o orgulho foi tamanho que, para a foto publicada no jornal, compareceu o vice-prefeito.

Como se parecesse que a natureza entre duas cidades estivesse em competição, a colheita de uma moranga de 24 kg foi noticiada em abril de 2017, na cidade de Tuparendi. Outro caso raro, o cacho de banana que desafia a lei da gravidade, crescendo para cima, noticiado em julho de 2017, também parte de uma série de cachos do mesmo tipo, encontrados em Porto Mauá naquele ano, e também no ano anterior, sendo que um caso já havia sido noticiado em setembro de 2016.

Ainda falando em bananas, foi noticiada, com muita alegria, a produção de banana-abóbora, na comunidade da barra do Santo Cristo, espécie rara para a região da qual um dos cachos da produção em questão chegou a medir 1,8 metros, pesando 42 kg, ultrapassando a pesagem de outro cacho de banana gigante, de 40 kg, noticiado em Santa Rosa em abril de 2017.

Essas curiosidades se seguem para outras espécies, como as esponjas gigantes de Tuparendi, noticiadas em abril de 2015, a mandioca de 12,3 kg, colhida em julho de 2016 em Porto Mauá, ou a cana-de-açúcar de 8 metros de altura encontrada em Campo Alegre, interior da mesma cidade, nessa mesma localidade foi encontrado um pé de mamão que sozinho produziu mais de 200 frutos de uma vez, em março de 2015. Mas talvez nada tenha chamado mais a atenção que a produção na comunidade do Reservado - Porto Mauá, a partir de um único pé de batata doce 148 kg desse tubérculo. Mas não só os vegetais demonstram surpreendente desenvolvimento por estas plagas, a notícia de um parto de quadrigêmeas de ovelha, na comunidade de São Roque, em abril de 2016, coloca os animais também nessa disputa.

Mas, para além dos fatos curiosos, algumas reportagens trazem fatos importantes sobre as espécies nativas da região, sendo noticiado o aparecimento (ou reaparecimento) de exemplares de espécies que, pela degradação provocada pela ocupação, acabam por quase desaparecer. Como no caso da onça-pintada,

que teve um indivíduo de sua espécie fotografada em agosto de 2017 no parque estadual do Turvo, município de Derrubadas. Assim como a Piracanjuba, espécie de peixe criticamente em risco, mas que foi encontrada por pesquisadores da UFFS. Essa é uma das espécies que depende da correnteza do Rio Uruguai e seus afluentes para a reprodução e que, como explica o professor Reynold-Tataje na reportagem de novembro de 2017, tem sua perpetuação ameaçada pela construção de barragens. Outra situação, de novembro de 2017, foi a descoberta, em São José do Mauá, de um ninho de Urutau, espécie de ave já rara de se encontrar, principalmente pela sua camuflagem, pois fica estanque sobre os tocos de árvores, parecendo um galho da mesma.

Não só a preocupação com a preservação das espécies foi, nesse período, temática a aparecer nos jornais, mas também atividades que integram a cultura do campo, ao menos por duas oportunidades, foram dedicadas reportagens demonstrando o abandono de algumas atividades. Uma, de maio de 2015, mostra a decadência da prática de fazer melado (de cana de açúcar) artesanalmente. Outra, de janeiro de 2017, mostra o como o capinar (limpar a terra com a enxada) perdeu espaço para a mecanização da produção agrícola e para o uso de agrotóxicos (secantes), para limpar o “inço” do pátio.

3.2 - Ações de Educação Ambiental

Outro conjunto de reportagens, das quais vale a pena discutir, são aquelas que apresentam ações relacionadas à Educação Ambiental. Em 2015, foi lançada, no mês de maio, a semana “Santa Rosa pensa Verde”, realizada em junho, na semana do meio ambiente, para discutir a importância da preservação do meio ambiente com a população. Na semana do meio ambiente desse mesmo ano, foi noticiada a edição da campanha Santa Rosa nosso Planeta, que consiste em um concurso entre ações ambientais realizadas por escolas, promovido pela prefeitura municipal em conjunto com a ONG Terra Verde e empresas da cidade.

Essa campanha é uma das campanhas permanentes da Prefeitura Municipal de Santa Rosa, que possui inclusive, em seu quadro de funcionários, dois cargos de Educador Ambiental, cujos servidores ocupantes são responsáveis pela organização

desse e de outros projetos, como o recolhimento de lixo eletrônico e outras atividades relacionadas ao meio ambiente.

Já se falando da ONG Terra Verde, percebi, nesse tempo em Santa Rosa, que são (seus membros) grandes precursores do debate ambiental da região, fundada em Junho de 2014, e se empenham até hoje em organizar diversas ações, como cinedebates, projeto de recuperação de mata ciliar, atividades de conscientização nas escolas e, como reportado, a organização, junto à prefeitura, de projetos relacionados à questão ambiental.

Mas, a mais ousada ação desenvolvida pela ONG, sem dúvidas, foi a construção de uma Jangada que desceu o Rio Uruguai, partindo de Porto Mauá, e indo até São Borja, com o objetivo de chamar a atenção para a conservação do Rio, e promovendo atividades pelas comunidades onde passava. Essa viagem Rio abaixo ocorreu por 4 edições, sendo a primeira em 2015, a ela foi dado o nome de Tape I Andê (caminho bonito, em guaraní).

Outras reportagens interessantes mostram que iniciativas importantes têm sido desenvolvidas na região, como em setembro de 2016, foi apresentado um projeto, desenvolvido pela UNIJUI em parceria com a SETREM, de incentivo à produção orgânica. Nesse mesmo sentido, outros esforços têm sido realizados pela ONG AREDE e pela EMATER, que inclusive trabalham na certificação da produção orgânica. Outra iniciativa foi a caracterização e certificação do queijo colonial, produzido de forma artesanal na região, noticiada em setembro de 2017.

Uma nova abordagem, no sentido de produção de alimentos, também apareceu nesse mapeamento, onde moradores da vila Cruzeiro do Sul (Santa Rosa) utilizaram, de forma comunitária, o terreno abaixo dos postes de energia elétrica, para produção de hortaliças consumidas pelos moradores da vila.

A limpeza das margens dos ambientes aquáticos (bastante comuns no litoral) também foi noticiada por conta do 22º aniversário de Porto Mauá, dessa vez, na margem do Rio Uruguai, atividade promovida pela prefeitura em parceria com a EMATER.

De forma geral, também se desenvolvem na região um conjunto bastante grande de ações de Educação Ambiental no âmbito formal, no mapeamento, que se deu em período recente, aparecem projetos da Escola Frei Caneca, em junho de 2017, e na Escola Bráulio de Oliveira, em julho de 2017. Porém, essa abordagem,

no nível formal da Educação, tem seu desenvolvimento bem estruturado e documentado, desde o início dos anos 2000.

Em 2006, ocorreu a publicação de uma coletânea, a coleção Experiências de Educação Ambiental, organizada pela 17ª Coordenadoria Regional de Educação à época, que apresenta as escolas da região e as ações no âmbito da Educação Ambiental, em cada uma delas. A coleção conta com 13 volumes, um para cada cidade da região, alguns com duas cidades em cada volume, (Alecrim, Alegria, Boa Vista do Buricá, Campina das Missões, Cândido Godoi, Doutor Maurício Cardoso, Giruá, Horizontina, Independência, Nova Candelária, Novo Machado Porto Lucena, Porto Mauá, Porto Vera Cruz, Santa Rosa, Santo Cristo, São José do Inhacorá, São Paulo das Missões, Senador Salgado Filho, Tucunduva, Tuparendi e Três de Maio), todos organizados por professores dessas cidades, pela coordenação da CRE e o setor de Educação Ambiental, que tinha por responsável a professora Jacinta Immich. As iniciativas são bastante diversas e mostram um engajamento geral das escolas da região em desenvolver ações de Educação Ambiental. Lendo essa coletânea, me dei conta que no ensino médio participei de uma dessas iniciativas enquanto aluno, me dei conta que a origem da minha capacidade de reconhecer uma *Tipuana tipu* estava registrada naquelas páginas.

Nos dias atuais, uma das iniciativas que mais se destaca no campo da Educação Ambiental, em nossa região, é o Sala Verde, projeto de extensão no Instituto Federal Farroupilha – IFFAR campus Santa Rosa, coordenado pela prof. Dra. Luciane Oleques, que realiza atividades de Educação Ambiental, junto às escolas da região e também no meio não formal. Desse projeto, tive a oportunidade de participar das atividades em 2019, algo que posso dizer que me constituiu enquanto educador ambiental de maneira prática.

Das atividades que pude participar, desenvolvemos ações de conscientização junto às escolas da cidade de Novo Machado. Por conta da semana do meio ambiente, realizamos também a construção de uma maquete, em conjunto com o curso de arquitetura do mesmo campus, que consistia em uma propriedade rural sustentável, para ser exposta na feira dos hortigranjeiros, realizada anualmente em Santa Rosa.

Por conta do Sala Verde, também tive a oportunidade de conhecer a CooperVida, cooperativa de reciclagem, cujos cooperados trabalham na separação

do lixo reciclável de cidades da região, inclusive do lixo de Santa Rosa.

Desenvolvemos também (e esta foi a experiência mais gratificante do ano), uma esquete teatral que apresentamos para escolas de ensino fundamental, no sítio Paz e Bem, local, cuidado pelas irmãs franciscanas, que possui em sua área um capão de mato com uma trilha. A peça era a O Lobo Guará e a Chapeuzinho Vermelho, livremente adaptada do livro homônimo de Machado (1993). Nela, as crianças acompanhavam chapeuzinho vermelho em seu passeio pela floresta rumo à casa da vovózinha, encontrando, no caminho, o Lobo Guará (meu personagem), o Lobo demonstrava a elas a importância de se preservar a mata e também de não matar os animais, já que o Lobo Guará é uma espécie em extinção e ajuda na manutenção da floresta, pois gosta de frutos e espalha suas sementes. O lobo então segue juntamente com a chapeuzinho e as crianças pela floresta, até encontrar o lenhador, que não mais derruba as árvores, mas agora ajuda a plantá-las. Porém o lenhador ainda acha que o lobo é um animal mal e quer matá-lo, neste momento, cabe às crianças defender o lobo e convencer o lenhador a não mais matá-lo, mas entendê-lo como amigo.

Por último, desenvolvemos atividades na semana aberta do campus, onde apresentamos a Sala Verde para turmas de diversas escolas da região, onde tivemos oportunidade de dialogar com elas, apresentando a Educação Ambiental não só na perspectiva de conservação do ambiente natural, mas também social.

Enfim, retornando ao mapeamento, tema deste capítulo, passo a apresentar os problemas ambientais levantados no período mapeado, com uma breve discussão sobre cada um deles.

3.3 – Problemas Ambientais

O mapeamento deste período evidenciou uma série de problemas ambientais, sendo o de maior destaque, nas publicações, problemas ligados à questão climática. 2014, em especial, foi um ano onde o tempo da região castigou os que aqui vivem, ou melhor, aqueles que sofrem o ônus principal nesse castigo, conforme argumentado no referencial sobre a questão da desigualdade, na apropriação do meio ambiente.

A notícia, em maio, da enchente que atingiu 11,8 metros, parando de operar a balsa e atingindo a aduana no Porto Mauá, infelizmente só mostrou-se ser um prelúdio do que estava por vir. Nessa reportagem, informa-se aos leitores de que, com o Uruguai a 9,5 metros acima do nível do mar, a ponte sobre o Rio Santa Rosa (caminho de casa) já está coberta, 9,70, já faz com que se interrompam as travessias de balsa; 11m já cobre a ponte do arroio Jacaré e, com 11,4m, chega ao escritório da Aduana, pois essa foi quarenta centímetros a mais que isto.

O que estava por vir tirou do leito o Rio Uruguai a 19,7 metros de altura, tamanha enchente só foi registrada no ano de 1983, quando, segundo o jornal, o Rio cresceu 20,7 metros. Essa recente enchente fez com que a barca parasse por 32 dias de operar em Porto Mauá, fazendo também com que tal serviço estivesse impossibilitado, por dias, nos portos abaixo (Vera Cruz e Xavier). Uma enchente que deixou em estado de emergência 124 municípios no estado. Na região, 250 mm em três dias de chuva, mas, principalmente, um agravante que aumenta em muito o tamanho da enchente e a velocidade de subida no Rio. A abertura das comportas das barragens a montante do Rio, em especial, citado em duas reportagens, a da barragem de Ita. Dos prejuízos noticiados, 400 desabrigados em Porto Mauá dão uma dimensão do problema que isso gerou, onde nem o pavilhão que abriga a festa de nossa senhora dos navegantes, próximo ao Rio, foi poupado. Não só nessa cidade, mas nas outras que margeiam o Uruguai, como em Alecrim, com 170 casas atingidas; Porto Lucena com 1.128 pessoas atingidas e 25 milhões em prejuízo; Porto Vera Cruz com 22% do PIB água abaixo, entre outras. De todas as pessoas que conversei sobre esse episódio, ouvi que rezam (com todos os sentidos que a expressão pode ter), para que nunca mais se repita.

Mas o ano não parou por aí, e, para o dia de São Miguel, 29 de setembro (enchentes dessa época são conhecidas por *Enchente de São Miguel*), outra chuvarada veio a transbordar o Rio, deixando-o 14,7 metros acima do nível normal em Porto Mauá. Os estragos foram de mesma proporção em toda costa do Uruguai, e, dessa vez, se noticiou estragos em outras cidades da Região, principalmente em Tuparendi, Santo Cristo e Santa Rosa. Diversos pontilhões e pontes destruídas no interior do município de Santa Rosa, estragos só recuperados totalmente em março de 2015, quando foi noticiada a reconstrução de 19 pontes no total. Mesmo dentro da área urbana, uma ponte (da Ouro-Verde) foi destruída, deixando sem ligação

direta ao centro da cidade, duas vilas. Nessa oportunidade, quase um ônibus de passageiros é levado rio abaixo, ao tentar atravessar uma ponte no interior, entre Santo Cristo e Cândido Godói, só não causando mortes por conta de uma manobra de dois caminhões guincho, uma patrula, barcos, cordas e coragem.

Para recepcionar o ano de 2015, outra enchente, dessa vez atingindo a marca de 12,05 metros em Porto Mauá. Uma chuvarada, de 170 mm de uma vez, provocou a subida do Rio de forma mais inacreditável ainda (mesmo sendo a enchente de menores proporções, que a de seis meses atrás), pois não é época comum de enchentes desse porte, sendo a última registrada nestas proporções, em 1990. Dessa vez, 5 pontes destruídas em Alecrim.

Em agosto, uma nova enchente interrompeu a balsa, e, no final do ano, repetindo a atipicidade de enchente de verão, do início de 2015, uma nova enchente no Rio Uruguai, agora de 12,50 metros, no fim de dezembro.

Para 2016, se o Rio Uruguai não provocou notícias de fortes enchentes, o Pessegueiro e o Pessegueirinho (área urbana de Santa Rosa) deixaram, ao transbordar, 40 residências alagadas em abril, e, já na porção rural do Pessegueiro, destruiu uma ponte, interrompendo o trânsito na ERS-307, entre Cândido Godoi e Campina das Missões.

Na virada de ano, de 2016 para 2017, outra chuva torrencial fez com que os Rios Pessegueiro e Pessegueirinho transbordassem. No momento da virada, as pontes, que ligam as vilas ao centro de Santa Rosa, estavam interditadas, o que vi com os próprios olhos, por estar passando réveillon na cidade. Estavam Ilhadas do centro, a Timbaúva, a Petrópolis, a Sulina e toda a Planalto. O Arroio Monjolo, em Santo Cristo, também veio a transbordar, interrompendo o trânsito dentro dessa cidade.

Março deste ano já havia acumulado mais de 200 mm de chuva, como que por anunciar as enchentes de abril em Santa Rosa, mês que acumulou 555 mm de chuva, que deixaram 170 famílias desabrigadas na cidade, fora o prejuízo noticiado com o estrago nas estradas do interior do município. Em junho, novamente ocorre uma alta taxa de precipitação que leva, em todo o estado, 162 municípios a declararem situação de emergência.

Os alagamentos são somente um dos problemas causados pelo tempo ruim, outros problemas também são ocasionados pelas chuvas, quando estas são

acompanhadas por ventos fortes ou precipitação de granizo. No início de janeiro de 2015, ventos, acima de 130 km/h, deixaram 100 casas com problemas no telhados, sendo 50 casas totalmente destelhadas em Santa Rosa, além de devastar a estrutura do Estádio Municipal Carlos Denardin e o Instituto Estadual de Educação Visconde de Cairú. Em Santo Cristo, um galpão veio abaixo matando 16 vacas e, no total, 48 mil pessoas na região ficaram sem luz, por conta dos estragos na rede de distribuição de energia elétrica, além de 400 árvores derrubadas pela força dos ventos. Outro vendaval atingiu a cidade de Santa Rosa, no final do mês de janeiro, deixando, dessa vez, 4 casas destelhadas no Bairro Planalto. Ainda em 2015, em novembro, um vendaval causou estragos no interior do município de Tuparendi, destruindo lavouras e levando abaixo duas casas.

Em fevereiro de 2016, Três de Maio declarou situação de emergência, por conta de um temporal que fez chover 105 mm em apenas meia hora. Em abril de 2016, além das casas alagadas, já mencionadas, outras ficaram destelhas em Santa Rosa.

Já no inverno de 2017, no mês de agosto, outro temporal castigou feio a região, onde foram contabilizadas mais de 2,2 mil casas danificadas pela forte chuva de granizo. Novamente em outubro, os ventos vieram castigar a cidade, destelhando a Escola Princesa Isabel, e, em novembro, outros ventos destelharam casas em toda a região, em Santa Rosa, 24 famílias tiveram as casas afetadas. Os invernos, para que aqui se conste, também trazem, além de muita chuva, o frio intenso, agravando ainda mais a dificuldade de quem é atingido por problemas como os relatados até aqui, em julho de 2017, Santa Rosa registrou $-3,5^{\circ}\text{C}$.

Os problemas causados pela questão climática vão além dos estragos em moradias, pontes, estradas e rede elétrica. As lavouras também são afetadas, tanto pelo excesso de chuvas e pelas tormentas, quanto pela ausência delas. Em outubro de 2016, a chuva de granizo, acompanhada de ventos fortes, devastou cerca de 80% da produção de trigo em Tuparendi, prejuízo calculado em 2,2 milhões. Prejuízos, neste episódio, para a cultura do trigo também foram noticiados no interior de Santa Rosa.

As fortes chuvas de Junho de 2017 (500mm) estavam impedindo o plantio de trigo, o que também veio a causar prejuízos na região. Em Tuparendi, noticiou-se que as chuvas destruíram muitas lavouras, causando um prejuízo estimado em 15

milhões. Outra chuva de granizo destruiu parreirais em Porto Mauá, já em outubro de 2017.

Já em dezembro de 2017, foi a falta de chuvas provocou a queda na produção de milho e soja, ainda em desenvolvimento. Em agosto desse mesmo ano, também foi noticiada um incêndio na vegetação próxima ao Aeroporto Municipal de Santa Rosa, problemática também atrelada ao clima mais seco. Outro fator que também causou prejuízos à produção agrícola e tem influência climática, pelas condições de proliferação de doenças nas lavouras, foi a notícia de abril de 2015, onde a doença da ferrugem provocou perdas de até 40% na safra de soja.

A questão climática, aqui, ganha contornos delineados pelo regime climático global, algo de característico no regime de chuvas e secas pode ser relacionado com as anomalias do pacífico sul, algo que merece um maior aprofundamento, que não é o objetivo desta pesquisa, mas pode servir de gancho para futuras: nos anos de el-niño, a tendência é o aumento das chuvas aqui na região, e os de la niña, do contrário, esta relacionada a ausência delas.

Na temática que envolve a produção de alimentos, dependente do clima, outros problemas também foram evidenciados, em destaque, o uso de agrotóxicos, uma problemática que levanta a preocupação da comunidade da região, tema de debate em um fórum realizado no mês de abril de 2015, e de debates promovidos por ONGs e poder público, em março de 2016. Segundo notícia de novembro de 2016, a nossa região é, dentro do estado, a que mais consome agrotóxicos, o que deveria ser considerado um problema de saúde pública.

Em agosto de 2017, foi apresentado um estudo da UFFS que, segundo a reportagem, demonstra que 87% dos trabalhadores rurais estão expostos aos agrotóxicos em nossa região, o que mobiliza esforços, como já mencionado anteriormente, através de projetos para o incentivo da produção orgânica.

Esse problema está também relacionado a outro, o da incidência de câncer, sendo a região campeã estadual (por coincidência) em ambos, conforme reportagem que apresenta declarações de oncologias nesse sentido, em novembro de 2016. Em julho de 2015, se noticiou que a quimioterapia do hospital Vida e Saúde atendia cerca de 750 pacientes por mês, totalizando quase 9 mil atendimentos no ano de 2015, conforme noticiado em janeiro de 2016.

A problemática do veneno, que acaba por estar na nossa mesa, também tem

relação com as águas, pois contamina os corpos hídricos, essa preocupação é evidenciada pelo jornal, em julho de 2015. Para além disso, a relação com a água também provoca outros problemas, desde mortes por afogamento, noticiadas em fevereiro de 2014, e novembro e dezembro de 2016, todas no Rio Uruguai.

Outra questão é o abastecimento de água potável, onde frequentes faltas de água são relatadas no bairro cruzeiro, em julho de 2014. Além disso, foi noticiado, em setembro de 2017, o início da cobrança para a outorga de poços artesianos por parte do governo estadual.

De maneira geral, o uso das águas é um tema que foi objeto de debate nesse período mapeado, sendo noticiado, para setembro de 2014, um seminário de debate sobre o uso das águas, contando com palestra sobre o projeto das barragens Garabi/Panambi, por parte do consórcio que pretendia as construir, e outra sobre inovação e empreendedorismo nessa temática. Outro debate, a jornada internacional da água, se realizou em novembro de 2015, nesse período, já se noticiou também outros pontos de vista sobre a questão, tratando a água como bem essencial, e não como mercadoria.

Mais especificamente sobre os Rios Pessegueiro e Pessegueirinho, o problema vai além das enchentes urbanas que ocorrem no transbordo de seus leitos. A qualidade da água, dos mesmos, não é satisfatória, como mostrado em julho de 2014, conforme estudo apresentado pelas pesquisadoras Cléria e Juliana Meller (MELLER et al, 2012). Nesse estudo, comprovou-se a baixa qualidade das águas através de análises, evidenciando a contaminação inclusive na nascente do Rio Pessegueirinho. Outra notícia aborda a mortandade de peixes ocorrida no Rio Pessegueirinho, atribuída ao lançamento de efluentes da indústria de beneficiamento de grãos Camera, em janeiro de 2017. Também foi noticiada, em fevereiro de 2017, a descoberta de um lançamento de esgoto diretamente no rio, na vila Glória. Mortandade de animais, noticiada também, no gado, por conta de carrapatos, noticiada em novembro de 2017.

A problemática referente aos resíduos sólidos também aparece, para além das 30 mil toneladas de lixo produzidas por Santa Rosa (noticiadas em janeiro de 2017), a falta de consciência no descarte, que fica evidente na notícia sobre as duas toneladas de lixo, retiradas das margens do Rio Uruguai, em outubro de 2015, em ação de limpeza já mencionada anteriormente. Também se dá atenção a essa

prática (de descarte inadequado), na sujeira deixada nos finais de semana no Tape Porã pela população que utiliza desse espaço, noticiada em novembro de 2015, e em terrenos baldios, nesse caso, problematizado por reportagem de abril do mesmo ano.

Essa questão, do depósito de resíduos sólidos inadequadamente, também implica o agravamento de outro problema, um dos mais repostados nesse período, a dengue. Em março de 2014, a cidade de Ubiretama apresentava-se como o local mais infectado do estado. Em dezembro do mesmo ano, se noticia que, em Santa Rosa, a infestação de larvas do mosquito da dengue era alta, alertando para o rico do verão que se iniciava.

Em abril de 2015, a epidemia havia tomado conta da região das missões, computando inclusive uma morte em Santo Ângelo. Nesse mesmo mês, foram confirmados os três primeiros casos, dessa temporada, em Santa Rosa. Já no final do ano, é noticiado, em novembro, que 7% das residências visitadas pelas equipes da vigilância sanitária encontrava-se com focos do mosquito, em dezembro, é criada uma frente pela fundação municipal de saúde, para o combate ao *Aedes aegypti*.

Em janeiro de 2016, são encontradas larvas do mosquito na estrutura do espetáculo das águas dançantes, uma estrutura de concreto situada na Praça 10 de agosto, sob responsabilidade da secretaria de cultura e turismo do município, assim como nos fundos do Centro Cultural e em pneus, ao lado do prédio da vigilância sanitária, casos que levaram a demissão do então secretário municipal de cultura e turismo e da gerente municipal da vigilância sanitária.

Em fevereiro de 2016, é noticiada a intensificação do trabalho de combate aos focos, em março, são confirmados 4 casos da doença em Santa Rosa, que, em julho, chegavam a 311 em toda a região, classificada em reportagem de agosto de 2016 como uma situação de risco de surto, por estar ocorrendo ainda no inverno.

Para além da força tarefa, nesse ano, foi noticiada uma caminhada em junho de 2016, no município de Porto Mauá, puxada pelas escolas do município, alertando para a necessidade do combate ao mosquito.

Em 2017, o ano começou com apreensão quanto à dengue, pelo ocorrido no ano anterior, conforme reportagem de janeiro de 2017, porém felizmente a previsão de um epidemia não se concretizou.

Tabela 1 - Ocorrência de notícias sobre problemas ambientais.

Tipo de Problema	2014	2015	2016	2017	Total
Enchentes	03	02	01	02	08
Temporais	-	03	02	02	07
Prejuízos à agropecuária (excesso/falta de chuvas)	-	01	01	03	05
Agrotóxicos	-	02	01	01	04
Câncer	-	01	01	-	02
Afogamentos	01	-	02	-	03
Falta D'água	01	-	-	01	02
Contaminação das águas / morte de peixes	01	-	-	02	03
Resíduos sólidos	-	02	-	-	02
Dengue	01	02	05	01	09
Total de Manifestações de Problemas	07	13	13	12	45

Fonte: Elaboração do autor.

Esse levantamento de problemas ambientais demonstra que a região vivenciou, nesse período, uma relação conflitiva com a natureza, conforme colocado no referencial teórico, principalmente na questão climática, isso nos serve de pano de fundo para pensarmos os conflitos que se evidenciaram, a partir do mesmo mapeamento, passemos agora a tratar deles.

3.4 – Conflitos

De maneira geral, percebe-se que, na região, a causa do maior número de conflitos tem sido a luta de trabalhadores, diversas categorias se mobilizaram para cobrar seus direitos, mostrando a vigência da luta de classes como força motriz da sociedade.

Em janeiro e fevereiro de 2015, foi noticiada a crise do leite na região, com a queda no preço do produto, 40 mil pessoas envolvidas na produção foram afetadas. Essa situação mobilizou, em março de 2015, uma manifestação no centro de Santa Rosa com mais de 2000 pessoas, produtores rurais de toda a região, organizados pela FETAG, cobrando políticas de auxílio ao setor dos governos, principalmente do governo federal. Essa situação de crise se delonga até 2017, em setembro, é noticiada nova queda no preço do leite o que continua gerando crise na pecuária, R\$1,23 o litro, 25% abaixo do ano anterior, em outubro, os sindicatos declaram estado de calamidade no setor.

Se na produção leiteira a situação é crítica, a situação da indústria de laticínios também gera conflitos, como a manifestação na empresa Lactalis, em setembro de 2016, 200 pessoas realizaram ato em frente à sede da empresa em Três de Maio, pois ela não estava aceitando negociar o acordo coletivo com o sindicato da alimentação de Santa Rosa, que legitimamente defende os interesses de toda a região, após esse ato e ação na justiça, a empresa passa a aceitar as negociações. Porém, a política salarial da empresa leva seus trabalhadores, em setembro de 2017, a uma paralisação de 4 horas, novamente em frente à sede de Três de Maio, a empresa ofereceu somente 1,58% de aumento, enquanto o sindicato cobra no mínimo 4%. Em outubro, esses deflagraram greve para garantir o aumento, ao menos na correção da inflação.

Ainda no setor da alimentação, outro conflito, dessa vez no frigorífico Alibem, que se negara a pagar a participação nos lucros, levou os trabalhadores a entrar em greve, ao todo 1300 pessoas em greve, que durou 3 dias, em novembro de 2014. Outra empresa demandada por seus trabalhadores e suas trabalhadoras foi a ervateira Vier, em junho, dois meses de salários atrasados e sonegação do repasse do FGTS causaram a paralisação de um dia nas atividades.

A prefeitura municipal também foi demandada, pelos(as) servidores(as) municipais, pois, em fevereiro de 2016, o sindicato cobrava 11,27% de aumento do prefeito, ele propôs parcelar o aumento, efetuando a maior parte, 5,68%, somente em novembro, os trabalhadores receberam mal a proposta e começam a se mobilizar através de assembleias, em contra proposta a prefeitura adianta a maior parte do aumento para início do ano, e a categoria aceita em assembleia. Já em setembro de 2017, a prefeitura decide deixar de pagar vale alimentação aos inativos, mobilização ocorre através do sindicato, depois de reuniões e assembleias, o governo municipal volta atrás dessa decisão, em dezembro de 2017.

A questão do reajuste salarial também levou os bancários a entrarem em greve, em setembro de 2016, cobrando dos bancos este direito.

Outro setor que apresentou alta mobilização, no período mapeado, foi o da saúde, principalmente por conta da questão salarial, cobrada, por trabalhadores, às direções dos dois hospitais. Em abril de 2014, foi declarado estado de greve nos hospitais da cidade, pelo cumprimento do piso da categoria e o pagamento da insalubridade.

O atraso nos salários, no hospital Dom Bosco, foi uma realidade constante nesse período, e, hoje em dia, esse hospital está de portas fechadas e alguns trabalhadores ainda não receberam todos os direitos rescisórios. Em maio de 2016, a justiça sentenciou o Dom Bosco a pagar salários atrasados (35% da folha) e o vale alimentação, atrasado a mais de um ano. Em outubro de 2016, seguia o atraso nos salários, o que levou funcionários ao estado de greve, concretizando-se em uma greve de um dia em novembro, salários ainda não pagos, mesmo com determinação judicial.

Ainda com 30% do salário atrasado do mês anterior (novembro), os trabalhadores do hospital Dom Bosco entram em greve, em dezembro de 2016. Ela dura uma semana, com acampamento em frente ao hospital, que acabou somente dia 02 de janeiro, já no ano posterior, com o pagamento da folha de novembro e do 13º salário. Passado quase um ano, novamente com salários atrasados (dessa vez a mesma realidade nos 08 hospitais da região no final de 2017), mais uma greve de uma semana é necessária para o pagamento dos salários atrasados.

No setor da metalurgia, também foram evidenciadas situações de conflito, esse período foi de queda na produção (duas montadoras de colheitadeira possuem fábricas na região, em Santa Rosa a AGCO e em Horizontina a John Deere). Em outubro de 2014, o TRT suspendeu 167 demissões na John Deere, por não terem sido negociadas com o sindicato. Na AGCO, 153 funcionários estavam por serem demitidos, em abril de 2015, a empresa fez proposta de suspender por 4 meses e dar outros 4 de estabilidade, mas a assembleia, com 369 pessoas, não aprovou a proposta. Em dezembro de 2015, concretizou-se mais 130 demissões, porém o não pagamento das indenizações provocou um ato em frente ao fórum, onde esses trabalhadores cobraram da justiça que ordenasse o pagamento das indenizações dos trabalhadores demitidos no setor metalúrgico.

Em junho de 2016, setor metalúrgico contabilizava 1200 demissões no ano até ali, as notícias desse mês, onde eram trazidas opiniões dos empresários que mostravam cenário de recessão, com as demissões, porém, para estes, era necessário que se efetivasse a reforma da previdência, para voltarem a empregar, utilizando da mesma retórica mentirosa do governo federal. Em todas as categorias, esse ano foi o de maior número de demissões do que de contratações, conforme notícia de setembro de 2016.

Ainda no setor metalúrgico, em agosto de 2017, a John Deere só passou a cumprir a cota de admissões para deficientes, através de liminar conquistada pelo ministério público e sindicato.

Já na Educação, a realidade também não foi nada fácil, em especial para as professoras e professores do estado, uma notícia, de setembro de 2015, mostra que, em protesto organizado pelo CPERS/SINDICATO contra o governo estadual, na praça da matriz em Porto Alegre, ocorreu enfrentamento com a brigada militar, que deixou ferida uma professora da cidade. A tônica de todo o processo de luta, nesse período, foi a cobrança dos salários em dia, pagos com atraso ao longo de todo o período, além do reajuste inexistente e da defesa do plano de carreira do magistério.

Além dessas pautas, em abril de 2016, os professores reclamam também da falta de investimento na Educação, evidenciado no sucateamento da rede elétrica e do telhado da Escola Estadual Santos Dumont (Polivalente). Outra pauta reivindicada pelo CPERS/SINDICATO, em abril de 2016, foi a volta da municipalização dos contratos da merenda, alterada para a individualização da compra por escola, pelo governo do estado.

Em maio de 2016, é deflagrada a greve dos professores do estado, 5,8 mil estudantes sem aula na região, conforme a notícia, muitos engajados no apoio as professoras. Em Santa Rosa, foi realizado um ato, puxado pelo Grêmio Estudantil Odilon Rodrigues, da Escola Estadual Pedro Meinerz, que contou com 850 estudantes e apoiadores.

Em junho de 2016, a greve dos professores (reajuste salariais, defesa do plano de carreira, investimentos na Educação e fim do atraso no pagamento dos salários ocupações) continuava forte. Não só na região, mas no estado todo. Nesse processo de greve, o apoio estudantil foi importantíssimo, principalmente com o engajamento dos mesmos através das ocupações de escola, que começaram em São Paulo e tomaram conta do Brasil todo, o #OcupaTudo. Em Santa Rosa, além das escolas, estudantes ocuparam a câmara de vereadores por um dia, as escolas ocupadas foram o Pedro Meinerz (onde foi noticiado atrito entre os ocupantes e pessoas contrárias à ocupação), o Polivalente, e o Instituto Federal Farroupilha, onde as pautas eram também a contrariedade aos cortes na Educação, por parte do governo federal, e à PEC do teto de gastos. Essas pautas nacionais (cortes na Educação e PEC do teto de gastos) também foram pautas de um ato realizado por

estudantes do Instituto Federal, em outubro de 2016.

Outros funcionários públicos estaduais se engajaram na causa dos professores, em agosto de 2016, realizaram um ato que contou com policiais da brigada militar, polícia civil e SUSEPE. Em novembro de 2017, a polícia civil entra em greve por atraso no pagamento dos salários.

Ainda em setembro de 2017, a situação do atraso dos salários continuava levando a categoria do magistério estadual realizar novamente ato em protesto, registrando boletim de ocorrência contra o parcelamento de salários.

Outras questões, além da salarial, envolveram o magistério em debates nesse período, como o projeto de lei da escola sem partido, sendo que as opiniões, reportadas no jornal, em agosto de 2016, eram contrárias, por parte de professoras do CPERS/SINDICATO, e favoráveis, no ponto de vista de uma professora, ex-vereadora pelo Partido Progressista. A reforma do ensino médio também causou contrariedade por parte de professoras, pela redução da carga horária de disciplinas importantes, da área das humanas e também das naturais, conforme noticiado em novembro de 2016.

O fechamento de escolas também provocou conflito, com a cobrança dos professores aos governos, tanto municipal de Tuparendi, em janeiro de 2015, quanto do governo do estado, em outubro de 2017, pelo fechamento de escola em Três de Maio. Para além do período de mapeamento, essa situação de fechamento de escolas continua ameaçando a Educação, no ano passado (2019) foi anunciado, pelo governo do estado, o fechamento de três escolas em Santa Rosa, o que provocou mobilização por parte do magistério e da comunidade, que conseguiu impedir o fechamento de uma delas (Tiradentes), porém, no ano que se inicia, a cidade já não conta com duas outras estaduais (Edmundo Pilz e Mercedes Motta).

Outro protesto contra o fechamento de uma escola foi noticiado em maio de 2017, dessa vez particular, a escola Santa Rosa de Lima (Liminha), sendo que os pais e professores cobravam da mantenedora, a igreja católica Franciscana, a permanência das atividades.

Em dezembro de 2016, ocorreu protesto de servidores da justiça e advogados, contra pacote anticorrupção que fora aprovado na câmara dos deputados federais, pois alegavam que o projeto, que inicialmente aumentava o poder de combate à corrupção, havia sido desvirtuado pela base do governo

golpista, prevendo inclusive punições aos juízes em alguns casos.

Os caminhoneiros também vieram a protestar, no período do mapeamento, pelas condições de trabalho, mas também alinhados com um discurso de combate à corrupção no governo federal, mesmo não se delimitando exatamente o que se reivindicava nesse sentido, demonstrando estar mais vinculado à tentativa de desestabilização do governo, do que a uma pauta específica. Em fevereiro de 2015, realizaram uma greve, trancando o tráfego em rodovias, nesse ato, tiveram apoio do sindicato rural de Tuparendi e Porto Mauá, que trancaram as vias com máquinas agrícolas. Nesse episódio, se noticiou a perda do produto dos produtores de leite, que foram impedidos de passar no bloqueio, algo que agravou ainda mais a crise, já mencionada, dessa outra categoria, assim como a produção do frigorífico ficou impedida, neste dia, por conta do bloqueio. Em março de 2015, voltaram a bloquear a cidade de Santa Rosa, agora já estampando que a motivação do protesto era “por um Brasil mais decente”. Movimento repetido, em abril do mesmo ano e novamente em novembro, dessa vez, a notícia no jornal traz o apoio do deputado Osmar Terra (PMDB) (que nunca antes havia apoiado greve alguma), mostrando a conotação político-ideológica do protesto, que, como disse anteriormente, não visava uma pauta específica, mas sim a desmoralização do governo federal (da presidenta Dilma Rousseff). Cabe mencionar que Osmar Terra posteriormente veio a ser ministro do governo golpista de Michel Temer e depois de Bolsonaro.

Não somente o movimento dos caminhoneiros participou das mobilizações que vieram a culminar no golpe de 2016, já em fevereiro de 2014, o movimento Acorda Santa Rosa realizou um ato, durante a sessão da câmara de vereadores, em agosto de 2015, o movimento, agora chamado Vem pra Rua, realizou um protesto contra a corrupção e pela redução de impostos, em agosto de 2015, no centro de Santa Rosa, que contou com cerca de 100 pessoas, passaram então, em outubro, a recolher assinaturas em um abaixo-assinado contra a corrupção. Já em março de 2016, na proximidade do julgamento do processo de impeachment, esse mesmo movimento realizou um ato, realizado em nível nacional, que contou com mais de 1000 pessoas no movimento vem pra rua, em apoio à lava-jato e contra impostos e corrupção.

O interessante de refletir sobre essa situação é de que essas mobilizações, de combate a corrupção, foram maciçamente apoiadas por políticos do campo

político ideológico da direita (PP, PPS, PMDB etc.) da região, e posteriormente ao período do mapeamento, alguns casos de corrupção, dos políticos locais, vieram à tona, restando condenados em um deles (Limpa Fossa)⁵ quatro políticos do PP e, em outro (Aluguel Amigo)⁶, políticos como réus do PP e do PPS. Até mesmo o mencionado ministro bolsonarista é alvo de denúncia do ministério público, por utilização indevida de verbas de gabinete para locação de imóveis no nível local, e por improbidade administrativa, quanto ao cancelamento do edital da ANCINE, a nível federal⁷. Fora aqueles que foram condenados, em nossa região, por compra de votos (PPS e PTB). Ao passo que, dos partidos que eram taxados de corruptos (PT e demais do campo da esquerda), até agora, não se tem casos como esses em nossa região.

Esse período evidenciou uma polarização política intensa, que gerou os protestos mencionados a pouco (a favor do golpe) que podemos, a título de melhorar a reflexão, chamar de protestos da direita, e também, no outro lado, por parte de sindicatos e movimentos sociais, que podemos chamar de protestos da esquerda, esses, por sua vez, se concentraram em 2016 e 2017, com a principal pauta sendo a contrariedade ao golpe em um primeiro momento, em ato realizado em março de 2016, reunindo cerca de 1200 pessoas, segundo a organização, e, posteriormente, contra a reforma da previdência.

Em junho de 2016, os trabalhadores rurais de Tuparendi e Porto Mauá promovem uma série de encontros para mobilização e debate contra reforma da previdência e a construção das barragens no Rio Uruguai. Em fevereiro, um ato puxado, principalmente pelos produtores rurais, organizados pela FETAG, com o apoio das demais categorias, realizaram um grande ato “grito de alerta”, contando com 10 mil pessoas, em contrariedade à reforma da previdência e por políticas de incentivo a agricultura.

5 Processo no TRE: 275-67.2016.6.21.0042, reportagem disponível em: <https://jornalnoroste.com.br/blog/post/jornal-noroeste/politica/quatro-do-pp-sao-condenados-em-acao-civil>

6 Processo no TJ/RS: 0002667-49.2019.8.21.0028, reportagem disponível em: <https://www.jornalnoroste.com.br/noticia/justica/mp-encaminha-a-promotoria-de-santa-rosa-as-investigacoes-do-caso-aluguel-amigo>

7 Reportagens em: <https://gauchazh.clicrbs.com.br/politica/noticia/2019/05/verba-da-camara-dos-deputados-paga-escritorio-de-osmar-terra-no-rs-cjvyir7w006ow01pe5vi62bug.html>
<https://g1.globo.com/rj/rio-de-janeiro/noticia/2019/10/02/mpf-no-rj-move-acao-contra-ministro-osmar-terra-por-censura-em-edital-da-ancine.ghtml>

Em abril de 2017, ocorreu a Greve Geral, também em contrariedade à reforma da previdência, onde diversos setores paralisaram as atividades, inclusive ocorrendo a paralisação do transporte público em Santa Rosa, no período da manhã.

Para além da luta de trabalhadores, alguns outros conflitos foram evidenciados, como a luta pela preservação do patrimônio histórico-cultural do município, no caso do ginásio municipal João Batista Moroni, que teve, em julho 2015, pareceres do ministério público pela sua preservação, porém, em julho 2015, o prefeito Alcides Vicini (PP) declara que mantém ideia de vendê-lo, mesmo que um processo, movido pelo ministério público, garanta liminarmente a sua preservação. Em outubro de 2016, o ministério público pede que a justiça determine a restauração do prédio. Em enquete realizada nessa época, a maioria da população se mostra favorável à preservação. Em 2017, nos meses de maio, agosto e setembro, o prefeito volta a defender a venda do Moroni, argumentando agora ser ela necessária para a conclusão Centro Cultural da cidade. Passado o período de mapeamento, já em 2019, a sentença da justiça, em um processo que pedia o tombamento do prédio, garante, à prefeitura, a prerrogativa de fazê-lo, prontamente a prefeitura demole o prédio e coloca o terreno à venda, mesmo não estando concluído o estudo patrimonial por parte do IPHAE. Vitória da especulação imobiliária sobre o patrimônio histórico da cidade.

Um ato de protesto também ocorreu, por parte de moradores do bairro Ouro verde, cobrando da prefeitura abaixo de chuva, em maio de 2015, a reconstrução da ponte de acesso do bairro ao centro.

Outro caso de conflito foi uma rebelião ocorrida no presídio estadual de Santa Rosa, em maio de 2016, contra a superlotação. O presídio possui capacidade para 280 apenados e conta com mais de 400, obrigando-os a realizar rodízio para dormir. Além disso, cobravam mudanças na lista de itens que os familiares podiam levar. Até hoje, o presídio funciona em condição de superlotação, e, em dezembro de 2016, foi noticiado um investimento, por parte do governo do estado, não para melhoria de estrutura, mas para a aquisição de um scanner corporal, que permite um maior rigor no controle de visitantes.

Uma notícia importante de ser apresentada é a de que Santa Rosa registrou um aumento da violência contra a mulher no ano de 2016, sendo registrados 722

casos até o mês de junho.

Os conflitos apresentados até aqui são de caráter social, que possuem uma relação com o ambiente natural, mas, de maneira indireta, agora passo a apresentar aqueles que têm relação direta com o meio ambiente, conflitos socioambientais, sendo que os dois (luta da população afetada pelas enchentes na cidade de Santa Rosa e luta contra a construção do complexo de barragens Garabi/Panamby) possuem em comum o contexto de margem de rio, razão pela qual este trabalho leva o título que tem.

Quanto aos moradores ribeirinhos do Rio Pessegueiro e Pessegueirinho, se envolvem em duas temáticas conflitivas, a relação que a vida desses possui com o problema ambiental das enchentes, já tratado aqui, e também estão inseridos em outra categoria de conflito urbano, de moradia.

Primeiramente, quanto à questão do rio, os mesmos se conformam em Santa Rosa como limite, entre o centro e os bairros, nas porções norte, oeste e sul da cidade. Um dos aspectos causadores das enchentes é o entulhamento de resíduos em seu leito, para tanto, a limpeza, através de uma draga, que já havia ocorrido em 2012, foi novamente realizada, em dezembro de 2014, após protesto de moradores junto à câmara de vereadores, em novembro do mesmo ano, conforme noticiado.

Outra questão é a estrutura do leito do Rio, que possui uma parte canalizada, (entre a vila Glória e a Jardim Petrópolis), por estrutura de concreto, da qual algumas das paredes vieram a desabar em 2014, obrigando a reconstrução das mesmas, agora não como parede de concreto, mas com pedras sustentadas por telas de arames, chamadas de gabiões, obra concluída em 2015, mas que voltou a desabar na cheia, que ocorreu na virada do ano de 2016 para 2017, em maio de 2017, a prefeitura abriu licitação para a reconstrução, mas nenhuma empresa se interessou, após novo processo, a construção dos novos gabiões foi realizada, ficando pronta somente em outubro. Outra questão a ser aprofundada, mas carece de estudo específico, é o asfaltamento das ruas do centro da cidade. Nos últimos anos, muitas das vias do centro, antes de calçamento, foram asfaltadas, o que visivelmente aumenta a rapidez com que a água da chuva desce em direção ao Rio, ampliando o cenário de desigualdade, pois, quem mora no centro, que agora conta com asfalto em frente a sua residência, não sofre o ônus que isso vem a causar.

Outro fator foi a expansão de uma metalúrgica, situada às margens do

Pessegueiro, na Avenida Borges de Medeiros, em frente à Planalto. A área, antigo campo de futebol do Atlético da Vila Nova, às margens do rio, se constituía em uma importante área de várzea do Pessegueiro (eu mesmo já presenciei inúmeras vezes o alagamento dessa área). Para a construção da segunda planta da metalúrgica Fratelli, a área foi totalmente aterrada, processo que passou por licenciamento da FEPAM⁸, obtendo autorização para a construção. Após esta construção, moradores de áreas do Bairro Planalto relatam a maior incidência das enchentes, que atingem níveis que nunca antes atingiram. Um dos moradores inclusive busca na justiça indenização por parte desta metalúrgica, em reparação aos danos causados pelas enchentes. O processo, ajuizado em 2019, ainda se encontra em primeiro grau, sem sentença.

Quanto à questão de moradia, o governo municipal, ainda na gestão de Orlando Desconsi (PT – 2008-2012), realizou a construção de um novo loteamento, destinado a 175 famílias que moravam em áreas de alagamento, principalmente nas vilas Auxiliadora, Santa Inês, Planalto, Piekala. Esse novo loteamento se localiza na saída da cidade, nas proximidades da Auxiliadora, denominado de Auxiliadora II, ou Nova Auxiliadora. Porém, as obras, já no governo Vicini (PP), estavam em atraso, o que levou os futuros moradores a protestarem, junto à prefeitura, pela entrega das casas, ameaçando ocuparem as residências, mesmo se elas não estivessem totalmente prontas, caso não houvesse celeridade por parte da prefeitura. Nessa oportunidade, fixaram uma faixa em frente às futuras residências, com os dizeres “Chega de Enchentes – Casa Já”.

A entrega das 175 casas foi prometida para março de 2014, conforme relatado no jornal em janeiro do mesmo ano, porém a entrega ocorreu somente nos últimos dias do mês de abril. A falta de estrutura do novo loteamento provocou um novo protesto por parte dos novos moradores, já em fevereiro de 2015, que cobravam providências da prefeitura, em relação à iluminação pública, ainda não instalada na vila.

Mas o problema de moradia em Santa Rosa, conforme as notícias do período, vai para além dos conflitos evidenciados, no mesmo período em que se inaugurava a Auxiliadora II, a prefeitura notificou, em janeiro de 2014, 70 famílias que ocupavam

8 A empresa opera com a LO: 07170/2016, emitida pela FEPAM, a ampliação mencionada tramitou através do processo nº 011133-0567/14-6, cabe salientar que consta no sistema do órgão estadual duas denúncias sobre a empresa, em 2016 e 2017.

uma área no Bairro Planalto, que deveriam deixar o local, a remoção ocorreu em abril de 2014, sendo que 14 famílias, que não tinha para onde ir, foram alojadas no ginásio da Planalto. Essas mesmas famílias foram despejadas do ginásio, em maio do mesmo ano, por conta de uma reforma na quadra que a prefeitura iria realizar. Nesse mesmo mês (maio de 2014), a prefeitura declarou, através do jornal, que iriam ser intensificadas as ações de fiscalização nas áreas públicas, com o objetivo de evitar novas ocupações (tratadas por “invasões”).

Em janeiro de 2015, uma ocupação de duas moradias foi prontamente desmanchada, na vila Bom Retiro, e, em março de 2016, ocorreu uma nova remoção, pela reintegração de posse de um terreno particular, também no planalto, de 10 famílias. Cabe salientar que, corroborando com a problemática de falta de moradia, foi noticiado, em maio de 2016, que a cidade de Santa Rosa contava com 12 moradores de rua que viviam no centro da cidade.

Essa maneira de tratar a luta por moradia, como caso de polícia, política adotada pela prefeitura, não é exclusividade da cidade. Em junho de 2017, na capital, ocorreu a remoção de 70 famílias da ocupação Lanceiros Negros, nessa ocasião, conforme noticiado pelo jornal noroeste, o deputado estadual da nossa região, Jeferson Fernandes (PT) foi detido, sendo inclusive algemado, ao tentar intervir no processo de desocupação.

Quanto à questão da luta contra as barragens, desde o início da discussão, em 2011, a comunidade, principalmente do interior do Alecrim, vem se mobilizando, no recorte temporal utilizado para o mapeamento. O processo de luta foi intensificado e a garantia, por hora, da não execução do empreendimento foi garantido judicialmente.

Em janeiro de 2014, foi noticiado no jornal o sentimento de contrariedade às barragens, evidenciando que a luta estava sendo organizada principalmente pelo MAB (movimento de atingidos por barragens), o sínodo noroeste da igreja Luterana e a Diocese de Santo Ângelo. Em abril de 2014, foi realizado um encontro entre o então governador Tarso Genro (PT) e o diretor de geração da ELETROBRÁS, para tratar dos impactos da obra de 5,2 milhões de dólares.

Uma pesquisa de opinião foi contratada pela prefeitura de Porto Mauá, em junho de 2014, e mostrava a maioria da população contrária, porém com muitos indecisos, na ocasião, o jornal mostra que ao menos 40% da área do município

ficaria alagada. Em maio, outra notícia mostra que ao menos 70% da área urbana de Porto Mauá seria alagada. Em paralelo, uma pesquisa, feita por alunas da Escola Almirante Tamandaré, mostrou 78% das 160 pessoas entrevistadas como desfavoráveis ao empreendimento.

A articulação pró-construção da barragem, foi realizada, conforme notícia de setembro de 2014, pelo Conselho Municipal de Desenvolvimento (COMUDE) de Santa Rosa, a ACISAP, o sindicato patronal da indústrias metalúrgicas e também da Agência de Desenvolvimento (AD), conforme notícia de outubro de 2014, quando foi realizada reunião para traçar estratégias para viabilização do projeto. Cabe salientar que todas essas entidades são organizações regionais, de cunho empresarial. Os esforços para iniciar a construção das obras também são tratados em Brasília, conforme notícia de julho de 2014, a mesma notícia vincula a informação de que serão atingidas ao menos 12 mil pessoas. Ainda na linha favorável à construção, foi realizada uma palestra, em abril de 2015, por parte de advogados, para falar de indenizações nos casos de desapropriações. Em junho de 2015, outra palestra, de um engenheiro e um empresário, defendendo a necessidade da construção das barragens.

No outro lado da disputa, a mobilização (que leva a caracterização do conflito socioambiental) ocorreu em outubro de 2014, um ato fluvial, onde a jangada da liberdade, acompanhada por 11 outras embarcações, desceram o Rio Uruguai, partindo de El Soberbio (Proto Soberbo do lado brasileiro), indo até São Borja (San Tomé), como parte da mobilização para o plebiscito realizado no lado argentino, em toda a província de Misiones, sobre as barragens. Em novembro, a notícia do resultado, de 120 mil votantes, 116 mil disseram não para a construção das barragens.

No Brasil, em março de 2015, o MAB mobilizou ato por conta do dia internacional de luta contra barragens, dia 14. Na reportagem, contestam a Engevix, empresa ganhadora da licitação, acusada de fraude nos estudos, na barragem de Barra Grande. Em dezembro de 2015, o jornal traz uma reportagem que mostra que, nesse movimento, as mulheres são protagonistas na luta.

Das garantias que o movimento conquistou, em junho de 2014, o governo estadual instituiu a política de desenvolvimento de regiões e atingidos por barragens, garantindo direitos básicos à população que viria a ser afetada por este tipo de

empreendimento, política essa revogada por decreto, pelo governador Eduardo Leite (PSDB), em 2019.

Mas a vitória do movimento até aqui tem sido garantida pela atuação do ministério público federal, através da procuradoria federal de Santa Rosa, que, em janeiro de 2015, ajuizou ação com pedido de liminar (atendido pela justiça) contra o IBAMA e a ELETROBRÁS, para parar o processo de licenciamento da barragem, por conta do alagamento da mesma atingir o Parque Nacional do Turvo, inclusive deixando submerso o Salto do Yucumã (maior salto longitudinal do mundo, uma das sete maravilhas naturais do RS). Esse mesmo salto já vem sendo prejudicado, desde 2005, pelas barragens construídas a montante do Uruguai, em derrubadas, conforme reportagem de dezembro de 2016.

Logo após a ação, em fevereiro de 2015, o MPF realizou audiência pública, em Porto Mauá, para consultar a população sobre o empreendimento. Em maio de 2015, o tribunal de justiça negou a suspensão da liminar, pleiteada pela ELETROBRÁS, o que levou a estatal a decidir, em agosto, parar todo o trâmite do processo das barragens, até a decisão final da justiça, que, em agosto de 2017, manteve embargado o licenciamento, através de sentença em primeira instância.

Uma notícia importante sobre esse conflito, dada pelo jornal em maio de 2016, mostra a preocupação do Prefeito de Porto Mauá, quanto a situação da população, pois a falta de definição sobre o futuro estava gerando um quadro de adoecimento nos moradores da cidade, segundo prefeito, sobrecarregando o sistema de saúde com casos de depressão.

Tabela 2 - Ocorrência de notícias sobre conflitos

Tipo de Conflito	2014	2015	2016	2017	Total
Luta de Trabalhadoras/es	03	04	09	06	22
Movimento Estudantil	-	-	02	-	02
Contra Fechamento de Escolas	-	01	-	02	03
Golpe (a favor)	-	03	01	-	04
Golpe (contra)	-	-	01	-	01
Contra Reforma da Previdência	-	-	02	02	04
Defesa do Patrimônio Histórico	-	01	01	01	03
Movimento Comunitário	-	01	-	-	01
Penitenciária	-	-	01	-	01
Moradia	01	01	02	-	04
Socioambiental / Enchentes	02	01	-	-	03
Socioambiental / Barragens Garabi/Panambi	02	03	01	01	07
Total de Manifestações de Conflitos	08	15	20	12	54

Fonte: Elaboração do autor.

Todos os conflitos, evidenciados pelo mapeamento, demonstram que, na região, vigora uma relação de forças inerente à nossa sociedade, como já dita desigual. Em quase todos, pode se perceber a desigualdade na apropriação da riqueza e do meio ambiente, bem como os problemas que isso gera.

Agora, seguindo na pesquisa, passo a analisar, nos próximos capítulos, com mais detalhes os dois conflitos socioambientais destacados.

Quadro 1 - Conflitos mapeados.

Tipo de Conflito	Demandantes	Demandados	Motivo / Demanda	Ano
Luta de Trabalhadoras/es	Produtores/as Rurais / Setor Leiteiro	Governo Federal	Políticas de Incentivo ao setor	2015 e 2017
	Trabalhadores/as da Indústria de Laticínios	Empresa Lactális	Reajuste Salarial	2016 e 2017
	Trabalhadores/as da indústria da Alimentação	Frigorífico Alibem	Cobrança da Participação nos Lucros	2014
	Trabalhadores/as da Indústria da Erva Mate	Ervateira Vier	Salários Atrasados e repasse do FGTS	2014
	Servidores/as Municipais de Santa Rosa	Governo Municipal	Reajuste Salarial	2016
	Servidores Municipais de Santa Rosa	Governo Municipal	Pagamento do Vale alimentação aos inativos	2017
	Trabalhadores/as do Sistema Bancário	Bancos	Reajuste Salarial	2016
	Trabalhadores/as da Saúde	Hospitais da Região	Reajuste Salarial de Insalubridade	2014
	Trabalhadores/as da Saúde	Hospital ABOSCO	Salários Atrasados e Pagamento de Vale Alimentação	2016 e 2017
	Trabalhadores/as Metalúrgicos	Metalúrgica John Deere	Demissões	2014
	Trabalhadores/as Metalúrgicos	Metalúrgica AGCO do Brasil	Demissões	2015 e 2016
	Trabalhadores/as Metalúrgicos	Metalúrgica John Deere	Descumprimento da lei de Inclusão (cota de empregos)	2017
	Servidores/as Estaduais em Educação	Governo do Estado	Parcelamento dos Salários, Reajuste Salarial, Defesa do Plano de Carreira e, Investimentos em Educação	2016 e 2017
	Servidores/as Estaduais	Governo do Estado	Parcelamento dos Salários, Reajuste Salarial	2016

	Policiais Civis	Governo do Estado	Atraso dos Salários	2017
Movimento Estudantil	Estudantes das Escolas Estaduais e Instituto Federal Farroupilha	Governo do Estado	Pautas dos Trabalhadores (Parcelamento dos Salários, Reajuste Salarial, Defesa do Plano de Carreira), Corte de verbas na educação e políticas de desmonte da Educação Pública	2016
	Estudantes	Governo Federal e Congresso Nacional	PEC do Teto de Gastos e Corte de Verbas	2016
Contra Fechamento de Escolas	Professores/as e Comunidade Escolar	Governo Municipal de Tuparendi	Fechamento de Escola	2015
	Professores e Comunidade Escolar	Governo Estadual	Fechamento de Escolas	2017
	Professores/as e Comunidade Escolar	Escola Santa Rosa de Lima (Liminha)	Fechamento da Escola	2017
Golpe (a Favor)	Caminhoneiros e movimentos específicos	Governo Federal e Congresso Nacional	Suposto combate à “corrupção”, redução de impostos e impeachment	2015 e 2016
Golpe (Contra)	Sindicatos e movimentos sociais	Congresso Nacional	Contra o processo de impeachment	2016
Contra Reforma da Previdência	Sindicatos e movimentos sociais	Congresso Nacional	Reforma da Previdência	2016 e 2017
Defesa do Patrimônio Histórico	Movimento Específico	Governo Municipal	Tombamento de Prédio Histórico	2015, 2016 e 2017
Movimento Comunitário	Moradores/as da Ouro Verde	Governo Municipal	Reconstrução de Ponte	2015
Penitenciária	Detentos do Presídio Estadual	Governo Estadual	Superlotação	2016
Moradia	Moradores/as da Planalto	Governo Municipal	Ocupação de Área para moradia (Remoção das Famílias)	2014
	Moradores/as da Bom Retiro	Governo Municipal	Ocupação de Área para moradia (Remoção das Famílias)	2015
	Moradores/as da Planalto	Governo Municipal	Ocupação de Área para moradia (Remoção das Famílias)	2016
Socioambiental / Enchentes	Moradores/as atingidos por enchentes	Governo Municipal	Entrega do Loteamento Nova Auxiliadora (Auxiliadora 2)	2014
	Moradores/as	Governo	Limpeza (dragagem) do Leito do	2014

	atingidos por enchentes	Municipal	Rio Pessegueiro	
	Moradores/as da Nova Auxiliadora	Governo Municipal	Infraestrutura do Loteamento	2015
Socioambiental / Barragens Garabi/Panambi	MAB, Igrejas Católica e Luterana, Movimentos Comunitários	Governo Federal, ELETROBRÁS e IBAMA	Projeto de Construção do Complexo de Barragens Garabi/Panambi	2014, 2015, 2016 e 2017
	Movimentos Comunitários	Governo Federal da Argentina	Projeto de Construção do Complexo de Barragens Garabi/Panambi	2014

Fonte: Elaboração do autor.

4 – RIOS PESSEGUEIRO E PESSEGUEIRINHO – AS ENCHENTES URBANAS

A primeira forma de ocupação da região da fronteira noroeste foi por grupamentos de indígenas, esses que vieram a construir as sete missões jesuíticas erigidas no lado oriental do rio Uruguai, no século XVII, situadas um pouco a sul da região de Santa Rosa (SARTORI et al, 1981; CHRISTENSEN, 2008). Missões essas que, além da catequese, também já possuíam um caráter exploratório a mando da coroa espanhola, pois, para a companhia de Jesus, “seriam reservadas as fortunas parciais, em ouro e prata que fossem surgindo, pelo esforço contínuo e ininterrupto dessa gente incansável que tanto cultivava o solo como operava a conversão dos gentios” (CARDOSO, 1947, p.10). Dessa população primitiva, hoje encontram-se ainda seus herdeiros diretos, que, da riqueza da natureza, nada mais possuem, e em Santa Rosa, é possível vê-los acampados à beira da rodovia ERS 344, subsistindo do tradicional trabalho de confecção de cestos de taquara. Quando não encontram-se nas ruas do centro da cidade, à margem da população, sendo considerados como um problema, quando acabam por pedir esmolas, conforme notícias vinculadas no jornal Noroeste, em maio de 2017. Esse jornal ainda demonstra a maneira como são considerados, por parte da população da região, ao registrar o assassinato de um indígena que passava a madrugada na rodoviária de Três de Maio.

Mas, voltando à história, quando, no início do século XX, o governo de Borges de Medeiros incentiva a criação das colônias no interior do estado, aqui na região existia uma população que ainda carregava o sangue indígena, misturado com o português e espanhol. Esses, por sua vez, ocupando de forma dispersa as áreas, subsistindo da extração da madeira e da erva mate, chamados de povos das matas, por Christensen (2008), vindo a serem organizados dentro da estrutura das colônias que estavam em criação. Esse processo de colonização da região foi fortemente incentivado, principalmente com a oferta, a preços módicos e facilmente financiáveis, aos imigrantes, em sua maioria, alemães e italianos (CARDOSO, 1947).

Aqui, Cardoso (1947) já registra uma distinção de tratamento e de entendimento sobre as diferentes etnias, inclusive de forma pejorativa e ofensiva, afirmando que o “indígena que ainda resta nos toldos destas paragens precisaria ser

atendido com mais cuidado e interesse em vista do adiantado estado de degenerescência em que se encontra” (CARDOSO 1947 p.18). Enquanto sobre a população aqui existente, os *pelos duros*, esse autor, um dos primeiros a escrever uma obra sobre a região, afirma que “com sua psicologia complexa e sua sensibilidade extrema, o elemento trabalhador nacional carece de continuidade por parte do governo para que melhores proveitos dele se possa tirar”(CARDOSO 1947 p.18), em contrapartida, a visão sobre os imigrantes é outra, bem diferente, diz ele que “os colonos de origem alemã e italiana são trabalhadores, obedientes, bons chefes de família e bastante industriais”(CARDOSO 1947 p.20), ainda ressalta maior admiração àqueles que possuem algum empreendimento, colocando que “quando detentores de indústrias ou casas comerciais, são controlados, econômicos, honestos e construtores. Sob o ponto de vista intelectual e artístico, tudo é incipiente e elementar entre os seus talentos, mais acentuados” (CARDOSO 1947 p.20). Essa forma de entender a história vai ao encontro do que foi descrito no referencial teórico, quanto ao eurocentrismo da produção científica.

Para organização e loteamento da terra, se instalou na recente colônia a comissão de terras. Esses lotes eram vendidos, tanto a vista como a prazo, sendo que moradores nativos de Santa Rosa acabaram por comprar somente 2,9% do total de lotes, a maioria foi vendido para pessoas oriundas de outras colônias (SARTORI et al, 1981). Em poucos anos, as transações financeiras envolvendo as terras acabaram por delimitar ainda mais o cenário da apropriação da mesma, entre 1932 e 1942, somente 9,95% das compras de terras foram efetuados por luso-brasileiros, sendo 59,49% feitas por descendentes alemães, e 21,39% por italianos (CHRISTENSEN, 2008). Também nessas terras, foram plantadas as primeiras sementes de soja do Brasil, trazidas em 1923, dos EUA, pelo pastor Alberto Lehenbauer, cultura que hoje monopoliza a produção agrícola da região, tomando o lugar que, até meados do século passado, fora do milho (CHRISTENSEN, 2008).

A orientação da produção rural foi delineando-se no sentido da produção de soja (também milho e trigo), o que levou ao desmatamento intenso e ao abandono de culturas úteis à própria alimentação, levando os produtos alimentícios da cidade, rica em terras, a serem trazidos de outros locais e comercializados em mercados (SARTORI et al 1981, p.148). Essa realidade é parte evidente no discurso dos sujeitos entrevistados, aquelas pessoas mais velhas relatam o quanto a realidade,

no campo, era diferente. Conforme os relatos coletados: “*a gente não era rico, era pobre, mas era uma pobreza diferente, a gente tinha casa pra morar, tinha coisa pra comer*”.

Esse processo não é unicamente sentido nessa situação, mas um padrão que levou, na segunda metade do século passado, ao abandono das pequenas propriedades. Assim como todo o interior do estado, a região sofreu o processo de êxodo rural, a partir da década de 60, que compeliu aos pequenos produtores menos abonados a venderem suas terras e ocupar as periferias da cidade, em Santa Rosa. As principais vilas periféricas se formaram nesse processo (RODRIGUES, 2016), tendo como orientação de ocupação a proximidade com o Rio Pessegueirinho (MARTIN, 2014), a exemplo da ocupação inicial da cidade, porém na outra margem em relação ao que viria a ser o centro da cidade.

As famílias abandonaram as colônias esperando encontrar melhores condições de vida na cidade. Ali chegadas não conseguem usufruir os benefícios que a estrutura urbana oferece, por falta de preparo para o trabalho citadino. A desqualificação profissional é o primeiro fator que os faz tomar consciência da nova realidade que os espera. Surge assim a consequência do êxodo rural que é a marginalização da população que se aglomera na periferia da cidade formando favelas. (SARTORI et al. 1981, p.175).

Nessas vilas, as áreas menos nobres do loteamento, que localizam-se muito próximas ao Rio, sofrendo risco ambiental, são consideradas *áreas verdes*, reservadas a não habitação, porém, a condicionante econômica leva essas áreas a serem ocupadas por aquelas famílias que não possuem condições de adquirir terreno melhor, sofrendo o ônus da proximidade do Rio e das consequentes enchentes em tempos de muita chuva. Aqui, em especial na Vila Auxiliadora, a realidade no início da ocupação da área, onde hoje se encontram tanto o colégio, quanto a casa daqueles entrevistados, era de um grande acampamento de lonas pretas, onde, segundo uma delas, nesse ambiente vigorava a miséria, um ambiente de pobreza que fez ela, por algum tempo chorar, pelo lugar onde veio morar e pela vida deixada para trás.

Cenário que acolhia gente de muito lado, vindas do interior ou de outras cidades já saturadas pela falta de emprego, encontravam algo não tão positivo como imaginavam. Aqui, o que mais se ressalta dos discursos, como manifestação da **desigualdade**, é a criminalidade. Um local onde, segundo os relatos, é muito difícil de arrumar emprego, e que muitos que, há alguns anos saíram da escola e sem

alternativa, começaram a roubar. Ou onde um “*vizinho mata outro com uma facada*”, em um dos exemplos.

Mesmo essa condição gera uma identidade, de certa forma, positiva, pois alguns discursos, quando se deslocam do eu pessoal para o eu enquanto membro da comunidade, demonstram orgulho em ter “*se criado na quebrada*”, ou seja, a condição de desigualdade talvez tenha, nela mesma, o ponto inicial, a semente da identidade necessária à mobilização, em prol de uma mudança de realidade.

Tanto é que foi a organização da comunidade que fez com que a situação coletiva melhorasse, em relação à auxiliadora, um bairro antigamente estigmatizado por ser violento, causando preconceito do resto da cidade (contaram que, antigamente, se fosse largar um currículo com o endereço do bairro, era certo que não seria contratado, por exemplo). Hoje causa inclusive inveja de outros locais, do tipo, “*até na auxiliadora tem asfalto e aqui não*”. Isso se deve, segundo o relato dos mais velhos a participar dos grupos, de uma união muito forte entre os moradores, de, ao invés de tentar abandonar assim que possível o bairro, virando as costas para os outros, resolveram ficar e construir uma vida melhor para todas e todos.

Nos relatos, também ficou evidenciado a importância de uma das gestões da prefeitura municipal (Orlando Desconsi – PT) ter investido em obras de infraestrutura no bairro (principalmente na construção do loteamento nova auxiliadora e na limpeza do leito do rio), obras que tranquilizaram a vida do bairro, trazendo uma paz que mudou até a maneira como se relacionavam com a chuva, (antes com tensão, medo) agora com alegria. Essas obras, assim como o asfalto e calçamento em algumas vias, ajudaram a aumentar a autoconfiança dos moradores, mas os discursos lembram que não foi somente por boa vontade que ocorreram, mas anos de forte mobilização por parte das moradoras e dos moradores.

Contudo, a realidade das e dos entrevistados demonstra que a desigualdade ainda se apresenta forte, e tem sido sentida entre os mais novos. A questão do emprego é bastante mencionada, sendo que algumas das jovens trabalham informalmente como diaristas e outras jovens e outros jovens estão à procura, mas com dificuldades de arrumar emprego. Além do desemprego, chama atenção a relação com o envolvimento das famílias com delitos, sendo que uma das jovens relata que mora somente com o irmão mais novo, cuidando dele e da casa, pois ambos os pais estão presos, ela portanto “*sobrevive com o salário de preso*” que

recebe enquanto indenização pelos dois.

O patamar desigual que podemos perceber que o bairro Auxiliadora (não só a auxiliadora, mas outras vilas e bairros ribeirinhos e afetados pela enchente, como Santa Inês, Piekala, Planalto) possui em questão de renda, em relação ao centro e bairro nobres da cidade, é um dos aspectos da desigualdade que emana desses discursos, pois, dentro da mesma comunidade, se evidenciam essas distinções, desde a localização das casas, pois não é por querer que as pessoas se submetem a isso, nas palavras de um dos participantes do grupo focal: “*se elas tivessem condições não estariam morando na beira do rio*”, pois um terreno na margem do mesmo custava, a anos atrás, dois, três mil reais, enquanto os outros terrenos, em torno de 15 mil. E também na capacidade de investir em soluções, como muro de contenção ou um piso mais elevado.

No discurso coletado, quando se faz referência aos **conflitos**, na relação com o rio, percebe-se que antigamente este constituía uma riqueza natural apropriada por quem ali vivia de maneira saudável, o Pessegueirinho era um Rio de águas cristalinas que usavam para dessedentação, onde se banhavam e pescavam, como conta uma das jovens, mesmo ela com pouca idade, lembra-se de quando veio morar (na auxiliadora), que ao redor da sua casa era tudo mato, onde a lembrança do barulhinho da água é tido como algo bom e nostálgico. Lembram-se os jovens de acampar na beira do Rio, na época (que falando assim parece ser longínqua, mas que não ultrapassa duas décadas) em que se podia brincar de esconde-esconde em todo o bairro (Planalto), também se pescava no rio, e até mesmo tomava-se banho nele (mesmo que a recomendação dos pais dissesse o contrário).

Até mesmo a enchente provocava momentos de lazer, além do sofrimento, da perda dos bens, relatados de maneira geral, assim como o trabalho intenso de tentar salvar os pertences das casas, tanto das suas quanto das outras. Quando a enchente tomava a ponte da Sival Saldanha, acesso do Planalto ao centro, uma das diversões da garotada, depois de retirado o que se podia da força das águas, era subir na ponte e se atirar dentro do Rio, para sair nadando a jusante dele, até mesmo o campo alagado (aquele que a metalúrgica Fratelli deu conta de aterrar, e que todos os discursos que fazem menção a ele apontam como agente de intensificação das enchentes) se tornava um divertimento para a molecada das vilas ao redor.

Mas de maneira uníssona, as enchentes trazem más recordações, são de fato, nesses discursos, uma das maiores causas de prejuízos na vida dessas pessoas. Perdem-se os móveis, perde-se o trabalho, para se recuperar e reconstruir o que é necessário, e perdem-se vidas, tanto de animais (cachorros, porcos) quanto humanas, em um dos relatos consta que, há muitos anos, uma criança foi arrastada pelas águas e nunca mais foi encontrada.

Essa mudança de realidade, na relação com o Rio, começa a mudar ao longo dos anos, conforme mostra a bibliografia, antes mesmo do loteamento das vilas e ocupação das áreas verdes, com a implantação de empreendimentos à beira do Rio, sendo eles um curtume (1918), uma indústria de beneficiamento de laticínios (1949), uma de grãos (1955), um frigorífico (1956). (CHRISTENSEN, 2008; RODRIGUES, 2016).

Essa mudança de apropriação do ambiente, transformando o que era usado de maneira não degradante tanto pelos indígenas, quanto posteriormente pela população de sua descendência, em empreendimentos que causam a degradação ambiental, e em uma apropriação do território de forma desigual, que sujeita aquelas e aqueles menos favorecidos aos problemas ambientais, parece criar uma situação de injustiça ambiental, sendo os grupos mais periféricos e desabonados suportes de um ônus desproporcional dos problemas ambientais, ao passo que, na história escrita da cidade, encontram-se narrativas sobre grandes empreendedores que “desenvolveram” a região e, nesse processo, acumularam riquezas.

Essa realidade é sentida na pele pelos sujeitos entrevistados, que relatam ainda existirem momentos em que Camera (a indústria de beneficiamento de grãos) e o frigorífico (agora ALIBEM) supostamente largam resíduos nas águas do Pessegueirinho, provocando “*cheiro de podre*”, sentido por eles. Isso “*não acontece todo dia, mas quando acontece é muito forte*”.

Viver essas situações acaba por constituir, mesmo que não percebam, essas pessoas como *ser*. Nos discursos, mostram que não há ação de Educação Ambiental que poderia levá-los (os sujeitos) a **apreender**, através de conteúdos, como a vivência prática leva. Ao verem o Rio tomado de lixo, entendem que isso contribui para o seu sofrimento e se tornam, como me contaram, guardiões que não permitem que qualquer pessoa descarte lixo em local inapropriado, assim como

desejam, com toda a força, que as empresas, ao poluírem o Rio, sejam penalizadas. Percebem que só as placas que instalaram nas proximidades da ponte não dão conta de convencer, e de que é preciso ir até as pessoas e contar tudo que a não preservação da natureza causa à eles⁹.

Além disso, em nível de organização, os discursos (dos mais velhos) mostram a percepção, ao longo dos anos, que a política não é feita a partir de uma liderança ou de outra, mas sim com a comunidade toda participando, pautando, reivindicando. Ainda que a dependência do poder público (que ajuda, e que deve cumprir seu papel) deve ser um passo inicial, mas que a capacidade da comunidade de se organizar, sem depender do estado, além de tornar a mobilização mais forte, aumenta o sentimento de autoconfiança em si mesmos (no caso os moradores da auxiliadora), nas entidades e força que possuem enquanto cidadãos e cidadãs.

Neste sentido, a **Educação**, nesse caso, o estabelecimento responsável por ela dentro da comunidade (a escola - em todas que estive) cumpre um papel mais que crucial. Tanto pela capacidade de unir e socializar os moradores de um bairro ou uma vila, nas palavras deles “*é na escola aprende o verdadeiro significado de amizade*”; quanto no apoio prático que a estrutura da mesma oferece nas demandas comunitárias, como uma das escolas, que diversas vezes (mais de 13 na lembrança de um dos sujeitos) abriu as portas para que as famílias atingidas pela enchente pudessem se alojar, servindo como teto para a comunidade que a acolheu. Esse apoio é mútuo, pois, no caso da mesma escola, quando o governo Leite (PSDB) ameaçou acabar com o ensino médio no estabelecimento, em 2019, foram mobilizados não só aquelas e aqueles que utilizam a escola, mas toda a comunidade, seus moradores de forma independente e as entidades que ali existem se juntaram, conforme os relatos, para exigir que a escola permanecesse aberta.

A comunidade então, composta por pessoas, das quais algumas pude ouvir para entender os discursos que produzem, mostram que possuem desejos para o **futuro**, que inconscientemente se dividem de duas formas, partindo das mesmas pessoas, mas de enunciadores diferentes em cada uma. Individualmente, tudo o que querem é a paz de não ver o bairro mais atingido por enchentes como as que

9 Uma reflexão interessante de se ater, quanto a modalidade de Educação Ambiental a ser proposta, pois a partir da vivência dos sujeitos, ocorre a percepção da limitação da EA Informal, sem o contato direto da/o educador com as/os educandos, e da necessidade de uma ação por parte dos próprios sujeitos no âmbito da EA não-formal, através da exposição direta da sua realidade ao restante da população, fora da escola, ambiente formal da educação.

passaram (que acaba sendo coletiva por ser compartilhada, mas que vêm do íntimo do desejo pessoal), e coletivamente, enquanto moradores e cidadão, um futuro melhor para o seu bairro enquanto estrutura: melhorias nas ruas, iluminação e principalmente, “*emprego para todo mundo*”.

A construção desse futuro, de forma prática, já está consolidando com as conquistas que a luta que se engajaram trouxeram (o novo loteamento, a estrutura conquistada até agora). E, nesse processo, trilham o caminho da **utopia** que desejam, pois, como conta um dos entrevistados, já quase perdeu a vida para ajudar a salvar outras nas enchentes, entrando na água sem a certeza de conseguir voltar, mas fazendo isso por entender a importância da solidariedade e do apoio mútuo. Todos os discursos generalizam a importância da solidariedade, principalmente na enchente, onde, para salvar uma casa atingida, todos em volta se juntam para ajudar. De maneira especial, ouvi uma história de que uma senhora que vivia sozinha, no bairro planalto, era sempre a primeira a ser socorrida, mesmo que a casa daqueles que a ajudavam estivesse também sendo atingida, ou seja, o exercício compulsório da solidariedade mostra o quanto ela é indispensável para a construção do mundo que se deseja.

Outro fator que chamou atenção nessa construção é de que, em um dos bairros, a associação que organiza a comunidade, por ser forjada no conflito e na solidariedade, tem, por pressuposto, não discriminar ninguém que seja, no discurso do seu representante, o mais importante nela é o fato de que “*não importa a qual religião se pertença, ou qual posição política, não importa se é branco ou é preto, possui o mesmo acesso a entidade*”, a mesma voz e os mesmos direitos dentro da mesma.

Figura 2 – Rio Pessegueiro



Fonte: Fotografias do autor. À esquerda vista da ponte da Sulina (Rua Uruguaiana), à direita da ponte da Planalto (Rua Sinval Saldanha).

Figura 3 – Rio Pessegueirinho



Fonte: Fotografias do autor. À esquerda vista da ponte da Sulina (Rua Dr. João Dahne), à direita da ponte da Jardim Petrópolis (Av. Inhacorá).

5 – RIO URUGUAI – A LUTA CONTRA AS BARRAGENS GARABI/PANAMBI

Uma das estratégias do sistema financeiro mundial, alinhada à imposição da ideologia neoliberal, é a transformação de tudo o que se pode em mercadoria. O bem natural (tratado como recurso) da vez é a água. A tentativa de privatizar toda forma de consumo dela, assim como de transformar os leitos dos rios vivos em barragens, grandes lagos de água parada para se utilizar a energia que são capazes de produzir, começa a ser implementado como projeto a nível mundial nos idos dos anos 1970. Na Índia, este modo de utilização da água, que provoca uma série de injustiças é analisado pela cientista e militante Vandana Shiva (2012).

No Brasil, os governos ditadores da época militar também começam a implementar esse projeto, desde os anos 1970, sendo que, para a bacia do Rio Uruguai, a intenção do governo federal era a construção de 25 barragens na bacia do Rio Uruguai, conforme aponta Vainer (1986). No processo de licenciamento para a construção desses empreendimentos, os impactos sociais têm historicamente a negligência tanto das empresas envolvidas, como dos órgãos de regulação (VAINER 2007). A lógica dos contratos de concessão, para esse tipo de empreendimento (reguladas pela lei 8987/95), é a de aproveitamento ótimo do potencial hídrico, ou seja, o que importa é a produção máxima de energia, sem levar em conta a eficiência social e ambiental (VAINER 2007). Isso pode ser nitidamente percebido no caso do projeto Garabi/Panambi, onde mais de 12 mil pessoas seriam atingidas, e se inundaria uma das mais importantes maravilhas naturais do estado (Salto do Yucumã).

Outro grande dano causado pelas barragens está na biodiversidade. Várias espécies são ameaçadas pelas mudanças no ambiente fluvial e suas margens, em especial, os peixes que dependem da migração sazonal para o seu desenvolvimento, as barragens impedem o desenvolvimento normal dessa migração, retirando dessas espécies (Dourado, Grumatã, Piava, Surubim) o seu ambiente, conforme demonstrado por Reynalte-Tataje (2012), para as barragens no Alto Uruguai. Além disso, o decréscimo populacional das espécies acaba sendo atribuído unicamente ao esforço de pesca, levando a proibição da mesma, o que acaba provocando outra situação de injustiça, prejudicando a manutenção econômica de pescadores artesanais da região (WALTER et al. 2013).

A legislação brasileira do setor energético é completamente omissa quanto às garantias essenciais da população atingida, tratando a questão social e ambiental como *externalidades* do empreendimento, e não como efeitos intrínsecos dos mesmo. Inclusive, os empreendimentos fazem uso da prerrogativa de *utilidade pública* para determinarem a desapropriação das terras atingidas. Por fim, as decisões sobre a implementação das barragens não passam pela discussão a nível local, e nem de maneira ampla a nível nacional, não se integrando a nenhuma estratégia de médio e longo prazo, sendo relegadas a um pequenos grupo (VAINER 2007). Esses atores, mais ligados aos interesses do mercado internacional do que a uma estratégia nacional de desenvolvimento, conformam a indústria das barragens, defensores do interesse do lucro imediato das grandes empresas do setor energético, empreiteiras, empresas de consultoria, indústrias de equipamentos elétricos, entre outras (VAINER 2003).

Nesse contexto, a organização, em defesa dos direitos da população atingida por estes empreendimentos, consolida um movimento a nível nacional, o Movimento de Atingidos por Barragens. Esse movimento, enraizado por mais de 30 anos de luta, “soube unir as reivindicações sociais às demandas ambientais, a capacidade de mobilização e pressão à habilidade para negociar” (VAINER 2003). O movimento teve, entre os anos 1970 e 1990, seu período de consolidação a nível nacional, posteriormente, nos anos 1990, já se constituía como um movimento articulado a nível internacional e com outros movimentos sociais no Brasil, e, a partir dos anos 2000, passa a ser um dos principais atores na construção de políticas públicas sociais a nível nacional (SANTOS 2015).

Uma discussão importante, para entender a luta desse movimento, é o alargamento do conceito de *Atingido*, que vai além das pessoas removidas de suas casas pela área de alagamento das barragens, mas todos os grupos que se percebem enquanto sofredores do ônus que esses empreendimento causam, não só economicamente (que vai além da área alagada), mas também pela perda dos espaços de sociabilidade das comunidades (SANTOS 2015). Esse conceito é importante para a consolidação da identidade de resistência e de projeto, necessário à organização e engajamento da militância na luta por seus direitos. No relato da militante entrevistada, mesmo as barragens já construídas estarem situadas longe da sua moradia, ela já se considera uma atingida pelas mudanças que tais

barragens (à montante) ocasionaram na dinâmica do Rio Uruguai.

Na região do Alto Uruguai, uma das situações de grande mobilização desse movimento foi na defesa do direito da comunidade, atingida pela construção das barragens de Ita e Machadinho, ainda nos anos 1980. Nesse processo de luta, o movimento garantiu a redução do número de famílias removidas de 4500, projetadas inicialmente, para 2500, além da garantia das indenizações e reparações, no processo de implementação das duas barragens (VAINER 2003).

Para além das garantias no processo de construção, o movimento também se organizou em torno de um projeto de reestruturação das comunidades atingidas, para garantir a manutenção e desenvolvimento deste grupo, o PLANDESCA (plano de recuperação e desenvolvimento econômico e social das comunidades atingidas pelas barragens de Itá e Machadinho) (VAINER 1986). Esse processo de mobilização, para além da garantia dos direitos, legou, à população envolvida, uma identidade militante, através do aprendizado da luta contra as contradições das imposições do nosso modelo energético, conforme evidenciado por Fraga (2013).

Na região da Fronteira Noroeste, a luta é contra o complexo de barragens Garabi/Panambi, projeto concebido pela ELETROBRÁS e pela argentina EBISA, com seu estudo e execução a cargo do consórcio, licitado para tal. Consórcio esse formado pelas empresas Engevix e Intertechne, brasileiras, e Consular, Grupo Mesopotâmico, IATASA e Latinoconsult, argentinas. Para entender esse processo, para além do mapeamento realizado no jornal Noroeste (2014-2017), utilizei também o acervo guardado por um militante do MAB, do jornal Tribuna Livre, de abrangência local e periodicidade quinzenal, entre os anos de 2011 e 2013.

O projeto em questão prevê um conjunto de duas barragens, uma a de Panambi, no município de Alecrim, e a de Garabi no município de Garruchos, ao todo, atingiria 15 municípios diretamente (Alecrim, Crissiumal, Derrubadas, Dr. Maurício Cardoso, Esperança do Sul, Garruchos, Novo Machado, Pirapó, Porto Maúa, Porto Xavier, Roque Gonzales, São Nicolau, Tiradentes do Sul, Tucunduva e Tuparendi), com uma área de 96 mil hectares, desalojando cerca de 12,6 mil pessoas.

Em Fevereiro de 2011, ocorreu a primeira grande mobilização para debater o tema, realizado na sede do sindicato rural de Alecrim, organizado pelas comunidades católica e luterana da cidade, contando com a presença dos

moradores do interior de Alecrim e representantes de movimentos contrários às barragens, tanto brasileiros como argentinos, além de ONGs e cooperativas.

Em maio de 2015, o jornal Tribuna Livre realizou uma consulta de opiniões em Alecrim, onde surgiram falas favoráveis, por parte de comerciantes, do gerente da cooperativa COTRIROSA e empresário; manifestando-se, contrariamente, professores, agricultores e estudantes. Nesse ano de 2011, foi realizada palestra pelo MAB em Porto Mauá, em maio de 2011. Consulta semelhante foi realizada em abril de 2013, mostrando um amadurecimento das opiniões, onde mesmo os favoráveis demonstram grande preocupação com os impactos ambientais e sociais.

Em 2012, no mês de Abril, ocorreu uma barqueada, pelo lado argentino do Rio, partindo de Três Bocas (interior de Porto Mauá) com 100 barcos, indo até o Porto de Alba Posse (lado argentino do Porto Mauá), onde foi realizado um ato com 500 pessoas. Nesse ano, ainda foi realizado, em agosto, um seminário em Santo Cristo, e uma reunião de organização em Santa Rosa, na pastoral de Cruzeiro, em dezembro.

Dando sequência à organização, o MAB inicia uma ação que visa buscar alternativas ao desenvolvimento da região, fomentando a produção agroecológica nas propriedades do interior do Alecrim, o programa PAIS (Produção Agroecológica Integrada e Sustentável), na reunião de apresentação da proposta, em janeiro de 2013, 25 famílias já aderem à proposta. Em março de 2013, é realizado um grande ato em Posadas, capital da província de Misiones, e, em abril, um seminário em Porto Mauá. Em julho, um ato em Alecrim reuniu mais de 500 pessoas protestando contra a construção das barragens.

Em agosto de 2013, chegaram os primeiros técnicos do consórcio para realizar estudos de prospecção geológica no leito do rio, mais precisamente no Lajeado Taraíra, onde instalaram um canteiro de obras para começar perfurações no leito, para instalação de sondas, no dia 19. No dia 21, atingidos pela barragem e representantes de entidades barraram a chegada dos técnicos ao local da prospecção (os mesmos pernoitavam na cidade de Alecrim, impedindo que os mesmos chegassem ao local, posteriormente, os manifestantes firmaram acampamento junto ao canteiro de obras para não permitir a continuidade do estudo. Mais apoiadores de todo o estado e país foram chegando e se somando ao embargo, até que o consórcio aceitou interromper os estudos por hora. Um exemplo

ímpar de mobilização e da utilização da ação direta como forma de defesa dos direitos. Nessa oportunidade, o marco instalado, simbolizando o início das obras para a construção, foi retirado, tendo a oportunidade de, em setembro, ser entregue ao ministro da secretaria geral da presidência da república, pela coordenadora regional do movimento, Tereza Pessoa, durante encontro do MAB, realizado em São Paulo, que contou com mais de 3 mil pessoas.

Ainda em setembro, foi realizada uma audiência pública em Alecrim, contando com representantes do Consórcio Energético responsável pela obra, com a pressão popular dos presentes, as empresas se comprometeram em suspender os trabalhos até novembro. Nesse mesmo mês de novembro, realizou-se a mais grandiosa das manifestações dessa luta, no lado argentino, onde uma marcha foi realizada, partindo de Panambi (lado argentino de Porto Vera Cruz) se deslocando até Posadas, capital da província, ao todo foram 6 dias de caminhada, trajetória registrada no documentário *RÍOS LIBRES: Se Hace camino al Marchar*, de Gustavo Carbonell e Elián Guerín.

Ainda no ano de 2013, em outubro, o movimento entregou carta com a pauta de reivindicações ao Ministro de Minas e Energias, e, em novembro, o governo anunciou que em breve seria editada a política nacional de atingidos por barragens. A obra encontra-se embargada judicialmente, conforme mostrado anteriormente nesta dissertação, e as mobilizações, por parte do movimento, continuam até o presente, tendo se realizado recentemente, em novembro de 2019, um seminário binacional em Porto Mauá, do qual tive a oportunidade de participar.

Utilizei, para a análise, o discurso presente na entrevista com uma das referências do movimento de atingidos pelas barragens nessa região, pescadora artesanal, moradora a 30 anos na sua propriedade, na qual seu marido mora desde nascido, sendo a quarta geração de sua família a residir no local. Ela é uma das pessoas ameaçadas pela construção da barragem de Panambi, já atingida pelas mudanças ocasionadas no Uruguai com a construção de barragens na porção alta deste Rio.

Conta ela que a história que criou na beira do Rio corre o risco, com o empreendimento, de ser apagada (como ter uma parte da vida apagada, segundo ela), que as *“raízes que a família possuem serão arrancadas”*. Ela considera-se para além de alguém que vive às margens do Rio, mas uma pessoa que tem total ligação

com ele, nas palavras dela, “*um ser vivo que depende do Rio*”, assim como os animais também dependem para a dessedentação, e toda a vida ao redor dele, como árvores centenárias que, com o projeto, estariam sentenciadas a desaparecerem, e que possuem 20, 30, 40 ou até mesmo várias gerações de vida neste local.

Até mesmo os **conflitos** naturais da população ribeirinha com a natureza, como as enchentes, possuem, com a construção das barragens, uma outra conformação, não mais natural, mas agora proposital, pois, segundo ela, as águas das barragens já construídas são liberadas de uma vez só, trazendo-as com uma força e velocidade que arrasa tudo pelo caminho, de uma maneira diferente do que aquela que a natureza por si só provocava.

Os efeitos destas barragens são sentidos no cotidiano não só na enchente, mas inclusive no seu sustento, pois, segundo ela, os peixes já não são abundantes quanto antigamente, a água que agora sai das represas já é uma água sem vida, que por vezes faz com que se encontrem peixes mortos, desconfiando-se inclusive da utilização de produtos químicos nas turbinas (que seriam para evitar a incrustação de organismo nas mesmas), para além da alteração na reprodução das espécies, conforme já descrito anteriormente. Se a situação já se apresenta assim, imagina com a construção de mais duas (Garabi e Panambi).

O Rio também representa outros aspectos da vida, pois, além da subsistência, também é o lazer, pois, segundo a entrevistada, é uma “*preciosidade poder desfrutar daquele rio que ainda corre livre*”. Na questão econômica, para além do valor que a terra, a casa e os pertences possuem, ninguém vai pagar todo o tempo que foi gasto com as culturas que se possuem ali, pois existem árvores que só produzem depois de quase dez anos, esse investimento jamais será ressarcido.

Esse medo ronda toda a população, pois não são todos que possuem o título da propriedade, mesmo sendo moradores a décadas do local, ela conta ter tido a oportunidade de conhecer atingidos de outros lugares do Brasil que perderam a terra que tinham, sem ressarcimento por não possuírem o título da propriedade e que hoje moram nas periferias das cidades trabalhando como catadores de lixo, ampliando o cenário de **desigualdade** nas cidades. Essa é a insegurança, o medo, que assola toda a população daqui, de perder tudo o que tem e se ver sem ter para onde ir e onde trabalhar.

Mesmo quando as indenizações são pagas, elas não dão conta de cobrir aquilo que se perde. Em termos materiais, se ressarce a terra, mas a casa e todo o trabalho investido não são colocados na conta.

De maneira geral, um projeto desse não traz nenhum benefício à população, *“só quem ganha com a construção são as empresas”*. *“É um dinheiro que não serve, em nenhum lugar para o bem das comunidades, mas sim para ser levado para fora do Brasil”* no bolso de grandes empresários. Basta ver quem está à frente da tentativa de retomada do projeto. A nível nacional, se destaca um senador que tem grande envolvimento com os megaempresários, e, a nível local, a associação comercial de Santa Rosa (já mencionada ACISAP), reduto da burguesia local. Segundo o relato coletado, alguns prefeitos acabam por comprar o falso discurso de desenvolvimento, políticos que estão iludidos com as promessas de um dito desenvolvimento que só traz prejuízo.

O real desenvolvimento seria a continuidade daquilo que a região já faz por vocação, nas palavras da entrevistada: *“para nós atingidos desenvolvimento é ter nossa terra como ela tá, continuar produzindo, alimento saudável”*. Esse é o grande confronto em termos de projeto de desenvolvimento, que faz com que a população vá a luta na defesa daquele que acredita.

Essa luta, que é travada pelas comunidades locais, também depende do trabalho de **Educação** para que exista, se não fosse a articulação com o MAB nacional, o projeto já teria saído, com o apoio da própria comunidade, pois a informação e formação, possibilitada pela presença de companheiras e companheiros que vieram de outros locais em que já estavam organizados, trazendo o acúmulo de experiência e de debate, foi fundamental.

Em um primeiro momento, a (des)informação que se tem contato é trazida, pela mídia, vendendo o projeto como algo bom, e que, somente com um trabalho de base, que requer muito debate e informação, que consegue se mostrar com nitidez à população, a importância de se manter o Rio vivo, em todos os aspectos. No início, muitas pessoas eram radicalmente a favor da obra, agora, até mesmo aquelas que ainda são favoráveis já tem uma opinião reflexiva, de que, mesmo com a construção, os direitos devem ser garantidos, para que a região não entre em estado de miséria disfarçada de desenvolvimento.

Esse processo de conscientização vai para além de ser a favor ou contra este

projeto em específico, mas sim no entendimento de que somos parte do ambiente em que vivemos, de que a vida das pessoas não está afastada da vida da natureza. Esse é um dos aprendizados coletivos que se destacam no seu discurso, de que *“preservar o ambiente é preservar a própria vida”*.

Dentre a **aprendizagem** que a entrevistada conta ter tido a oportunidade de construir, ao se mobilizar, ressalta a importância de que, militando em prol da vida (sua e da natureza), aprende-se na prática o funcionamento do sistema capitalista. Esse tempo que militou representou uma faculdade, em termos do que se aprendeu. Na entrevista, a sujeita diz que, nesse processo, entendeu o quanto a ganância do capital *“divide, explora e exclui”*. A partir do engajamento no conflito, aprende-se nitidamente quem são os opressores e quem são oprimidos.

Assim como é no processo de luta que se aprende que somente de forma organizada se consegue força necessária para exigir algo, que sozinho somos fracos, mas juntos podemos resistir e mudar aquilo que tentam impor.

Quanto ao **futuro**, o desejo é que se consiga manter essa comunidade onde ela está, trabalhando e vivendo em harmonia com o Rio. Porém, o cenário é de incerteza, de medo. Antes de 2010/2011, eram mais felizes, conta a entrevistada, que, a partir dali, vive-se em um clima total de medo, insegurança e incerteza, que de certa forma, se perdeu a vontade de viver, pois a iminência de *“ter a história afogada”* faz com que as noites de sono, de quem está sendo ameaçado, se tornem intranquilas.

Assim como na questão material, pois, desde que o projeto veio à tona, ninguém tem segurança para investir nas propriedades, pelo risco de ver aquele investimento ir (literalmente) água abaixo.

A organização para evitar um futuro de tragédia, com a construção do empreendimento, demonstra, no discurso da entrevistada, a construção de valores próprios do movimento, que demonstram ser valores necessário à **utopia** de um mundo mais justo. Nas falas coletadas na entrevista, o que mais fica evidente no processo de mobilização, é a importância da solidariedade, que, no movimento, *“se eu tiver um pedaço de pão eu divido esse pedaço de pão com quantos estiver do meu lado”*. Os espaços de luta são locais onde todos são tratados com igualdade, indiferente da roupa que veste ou de onde são.

Segundo a entrevista, aquele sentimento, que se percebe em muitos hoje em

dia, de, ao conseguir, por exemplo, comprar um carro novo, fazer pouco do vizinho que não consegue, se dissipa quando se está lutando junto, desfazendo o já naturalizado individualismo e a competição, reatando o que de humano deve existir nas relações sociais. Ao lutar lado a lado, aprende-se, segundo ela, a valorizar as pessoas como seres humanos, não como objetos, tratando todos e todas com igualdade.

Esse sentimento faz com que se perca o medo de enfrentar os desafios que uma luta dessas impõe. Existem aqui, e isso fica perceptível na fala dela, uma construção de um sujeito coletivo, ao falar enquanto enunciador de forma pessoal, os eventos de maior intensidade da luta são lembrados com um sentimento de fragilidade, de sentir-se impotente frente a força da imposição do capital. Porém, ao falar sobre o mesmo momento enquanto militante e coordenadora de um movimento, o sentimento é de força, de poder, de empoderamento, de conseguir demonstrar ao inimigo que a organização e a resistência estão acontecendo e isso a torna forte.

Esse sentimento duplo foi demonstrado, ao lembrar de dois momentos, aquele em que o movimento esteve em posadas, no grande ato em que culminou a marcha dos Rios Libres, momento em que o movimento brasileiro se juntou aos companheiros e às companheiras argentinos(as), e quando o grupo do movimento regional entregou o marco de início das obras (arrancado em ato do movimento já descrito) ao ministro da Secretaria Geral da Presidência da República. O discurso sobre esse momento demonstra nitidamente o quanto, através da organização e da luta, o sentimento de revolta que a injustiça causa, de apequenamento a nível individual, se torna potência e força quando compartilhado coletivamente.

Por fim, o que se destaca, no discurso analisado na entrevista, é o envolvimento fortíssimo do ponto de vista emocional da companheira, onde, para ela, o que faz com que a luta tenha êxito é o fato de ser trabalhado com o coração, que todas as falas que proferiu vieram do coração, e que a carga sentimental é muito importante para se levar a luta adiante. Podemos dizer, em outras palavras, que lutar é necessariamente um ato de amor, à vida, à natureza, ao próximo, à comunidade a que se pertence e se está defendendo.

Figura 4 - Rio Uruguai



Fonte: Foto do autor, vista a partir da Volta Grande (Porto Mauá/RS), com a cidade ao fundo.

6 – CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ao longo do referencial teórico-metodológico foram tecidas críticas a maneira como se produz ciência. Neste sentido não poderia esta pesquisa ter se desenvolvido sem uma perspectiva de emancipação. Sem a intenção de produzir algo que, fundamentado teoricamente e com o rigor metodológico necessário, faça coro à perspectiva do conhecimento ter a identidade dos sujeitos pelo qual e com os quais foi produzido, e além disso sirva de ferramenta para a compreensão da realidade e para uma transformação social.

Pelo que ficou demonstrado, através do processo de mapeamento e posteriormente na análise, confirma-se que a relação da sociedade com a natureza é de conflito, em ambos os casos analisados, e de certa forma no mapeamento como um todo, a maneira de se relacionar com a natureza (através de trabalho ou mesmo de desfrute) está implicada não uma harmonia natural, mas sim um tipo de harmonia baseada em conflitividade, como argumentado por Reclus e verificado na relação dos grupos analisados com o ambiente, no caso, com enfoque para os Rios. A situação que melhor representa isso são as enchentes, tanto em um caso como no outro. Conflitividade que também se demonstra inerente à sociedade, mas não de maneira “natural”, mas sim produzida por apropriações desiguais, que provocam imposições injustas e conflitos a partir dos grupos que a elas resistem.

Este outro fator da relação com a natureza, a da desigualdade, também permeia tanto o mapeamento quanto os discursos analisados. Não há como se falar de meio ambiente (natureza e sociedade), tanto no campo quanto na cidade, tanto no século XIX (época do referencial teórico utilizado para esta questão) como XXI (atual, da pesquisa), sem perceber que a apropriação da mesma se dá de maneira desigual, e podemos seguir afirmando que isso é parte constituinte do capitalismo enquanto sistema de produção e consumo. Essa desigualdade além de ser a base do sistema econômico, apropriação do meio natural, também se conforma enquanto fundamento das relações sociais. O que há de novo para se pensar hoje é de que forma isso está sendo tratado pelas pessoas atualmente. De que forma e com que artifícios a perpetuação das injustiças tem sido buscada na atualidade.

Fica evidente, terminada a análise, que as afirmações sobre a vigência da imposição neoliberal, colocadas a partir do referencial teórico, são verdadeiras.

Existe uma imposição de um modelo de organização, que tenta ampliar cada vez mais as desigualdades e injustiças, naturalizando-as. Um exemplo é permissão para um projeto, dentro da cidade, que amplie a situação de alagamento (como a construção da metalúrgica Fratelli), ao passo que se busca criminalizar e não permitir a luta por moradia, aumentando a fiscalização para que não ocorram ocupações de terrenos, ou mesmo a demora na entrega das moradias aos atingidos, e a falta de estrutura após esta. Assim como na questão do Rio Uruguai, onde, por pouco, não se botou abaixo d'água uma das mais belas maravilhas do estado e desalojou-se mais de 14 mil pessoas.

Considerando o referencial sobre o neoliberalismo, tem-se então que estamos, cada vez mais, afastados de uma possível sociedade mais justa, pois a implementação das ideias individualistas e de competição torna cada vez mais difícil um processo de transformação social. Em outras palavras estamos esquecendo que um mundo mais justo é possível, estamos perdendo a capacidade de sermos utópicos. Para que haja uma evolução (retornando ao Reclus), é necessária a revolução, uma ruptura na ordem vigente. Esse seria, como colocado em hipótese, o momento onde poderia se evidenciar a mudança, e, como constatado nos discursos daqueles que estiveram em situação de conflito, se confirma. O momento do conflito, enquanto ruptura da hegemonia nos discursos, com a retomada do sentimento coletivo, reconstrói não só uma perspectiva coletiva de futuro, como proporciona a aprendizagem coletiva das relações que este futuro necessita.

Nesses momentos, percebe-se que surge algo que parecia estar esquecido, que é natural do ser humano, a vontade de mudança, de revolução (para Reclus), a vontade do Ser-Mais (para Freire). E, nesse ponto, fica evidente que esses sujeitos, para buscarem seus Ser-Mais, para vislumbrarem o inédito-viável, apreendem não só aquilo que necessitam enquanto conhecimento necessário para tanto, mas criam outras relações, compartilham de outras experiências, em conjunto com aqueles que estão na mesma situação, lado a lado. Sendo assim que se aprende, na interação com os outros (como referenciado em Vygotsky), internalizam aquilo que é necessário saber para conviver de maneira justa, igualitária. Isso está presente nos discursos de ambos os grupos, e aqui está o ponto de ligação e justificativa de se recorrer à ideologia socialista-libertária, para pensar esta pesquisa, pois, independente da relação que esses grupos tenham ou venham ter com o estado e

com governos, a experiência do conflito implica a organização e aprendizado *a partir* da organização autônoma deste grupo.

Evidente que a utopia que se fala em buscar não é a de uma pessoa, ou um grupo em específico, mas sim a reconstrução dessa idealização, a revitalização desta vontade a partir de todos e todas. Porém um cuidado se faz necessário para que esta vontade não seja engolida pelo neoliberalismo e mercantilizada. Deve se pautar em princípios que antagonizam com a lógica de mercado, argumentado desde o início como sendo socialistas-libertários e presentes nos discursos analisados a solidariedade, o apoio-mútuo e a autogestão.

Portanto, pensar a Educação Ambiental, que realmente dê conta de criar as condições para que uma transformação social e ambiental se concretize de fato, é pensar essencialmente na construção desse processo de permitir a vivência da solidariedade, do apoio-mútuo e da autogestão. Nisso, reside a possibilidade de atuação da Educação Ambiental de maneira realmente eficaz, sem ser intervencionista, no sentido de “ditar” como devem ser realizadas as ações, mas sim de permitir que os sujeitos, por eles mesmos, apreendam, através da vivência da solidariedade para com os outros e além, de respeito e comunhão com o ambiente que os cerca.

Por fim, não basta só a convivência, para que os valores apontados nos discursos apareçam, nem mesmo basta somente que se mobilize para uma pauta em específico, o que faz com que realmente se irmane em solidariedade para resistir e/ou buscar o que lhe é de direito (moradia digna, sem sofrer o ônus das enchentes, como em Santa Rosa, ou o direito a manter o modo de vida e a apropriação do território, como às margens do Rio Uruguai) é um ideal em comum, o compartilhamento da Utopia, que, por mais que seja pontual, é uma parte, mesmo que pequena, do mundo que se deseja construir.

Entretanto, para que a Educação Ambiental possua um caráter realmente transformador e emancipador, como se propõe, e para que consiga realmente ser pautada pelos próprios sujeitos, *a partir* deles, na busca da Justiça Ambiental, deve necessariamente ser utópica e resgatar as utopias. Esta é a contribuição que argumento estar presente nesta reflexão, a de que as ações de Educação Ambiental, em todos os âmbitos e modalidades, devem possuir como ponto de partida a utopia dos sujeitos a elas relacionados, e para além, devem provocar o

exercício de pensar utopicamente, de reconstruir os sonhos/planos/pautas de uma realidade coletiva melhor.

Talvez esse seja o ponto de inflexão que a ordem neoliberal tanto busca, a de destruir as possibilidades de mudanças significativas, permitindo a perpetuação das injustiças. Cabe, mais do que a qualquer outra área, à Educação Ambiental não permitir que aconteça esta morte do pensamento utópico, a morte da idealização de um mundo melhor. Cabe a nós, todos e todas enquanto sociedade, mas principalmente aos e às educadores ambientais, o resgate da Utopia, começando por nós e por onde estejamos atuando.

Para compartilhar brevemente uma parte da utopia que carrego comigo, enquanto autor deste texto, digo que esta se resume a uma sociedade onde cada pessoa tenha àquilo que necessite para sua saúde e bem estar, com abundância, onde cada uma dessas pessoas contribua como o que pode em trabalho para garantir isto a todos, e que neste processo, todos e todas aprendam o mundo em todo o conhecimento que possamos produzir sobre ele, de maneira igual em acesso aos saberes.

Ainda, gostaria de ressaltar que o processo de desenvolvimento desta pesquisa me trouxe de volta ao local onde me constituí gente. Mais que isso, me ajudou a reencontrar a ancestralidade de quem eu sou, aquilo que, conscientemente, nem sabia estar dentro de mim. Daqui parto, e aqui é o centro do mundo, de onde seguirei pensando, atuando, estudando. Diz a música que quem bebe do Uruguai não vive longe de casa, e a cada momento tenho mais certeza disso.

REFERÊNCIAS

ACSELRAD, Henri. As Práticas Espaciais e o Campo dos Conflitos Ambientais. In: _____. (org.). **Conflitos Ambientais no Brasil**. Rio de Janeiro: Relume Dumará: Fundação Henrich Böll, 2004.

ACSELRAD, Henri; MELLO, Cecília C.A.; BEZERRA, Gustavo N. **O que é justiça ambiental**. Rio de Janeiro: Garamond, 2009.

ALMEIDA, Antonio. A Relevância do Pensamento de Elisée Reclus em Ética Ambiental: Contributos para a Defesa do Vegetarianismo. In: **1º Encontro de História da Ciência no Ensino**, Vila Real - PT, 2015. Rodrigues & J. Azevedo, 1.º Encontro de História da Ciência no Ensino, Vila Real: UTAD, 2015. p. 108-117. Disponível em: <https://www.researchgate.net/publication/277302131/>.

ALMEIDA, M. C. Mapa Inacabado da Complexidade: Voo incerto da borboleta. In: **Ciências da Complexidade e Educação: Razão apaixonada e politização do pensamento**. Natal: EDUFRN, 2012.

ANDRADE, Manuel C. de. Atualidade do pensamento de Élisée Reclus. In: Élisée Reclus – **Coleção Grandes Cientistas Sociais**. São Paulo: Editora Ática, 1985.

BAKUNIN, Mikhail A. **Educação, Ciência e Revolução**. São Paulo: Intermezzo, 2015.

BESANCENOT, Oliver; LOWY, Michael. **Afinidades Revolucionárias**. São Paulo: Editora UNESP, 2016.

BAKHTIN, Mikhail. **Os gêneros do Discurso**. São Paulo: Editora 34, 2016.

BARRETO, Vitor Julio Gomes. A relação homem-natureza na obra “O homem e a terra” de Eliseé Reclus. In: **XVIII Encontro Nacional de Geógrafos**, Julho de 2016, São Luis, MA. Anais do XVIII Encontro Nacional de Geógrafos. São Paulo: AGB, 2016. Disponível em: http://www.eng2016.agb.org.br/resources/anais/7/1467682716_ARQUIVO_ArtigoENGSaoLuis.pdf/.

BAUMGARTNER, Wendel Henrique. Do sentimento da natureza à sua apropriação capitalista: A sociedade e a natureza nas contribuições de Élisée Reclus. **Geographia Opportuno Tempore**, Londrina, v.1, n. 1, p. 20-33, jan./jun. 2014. Disponível em: <http://www.uel.br/revistas/uel/index.php/Geographia/article/view/17878/14401/>.

BIEHL, Janet. As Comunas e Conselhos de Rojava. In: **A Resistência é Vida! Notas Sobre o Processo Revolucionário do Povo Curdo**. Porto Alegre: Ateneu Libertário a Batalha da Várzea, 2015.

BOOKCHIN, Murray. **Municipalismo Libertário. n: A Resistência é Vida! Notas Sobre o Processo Revolucionário do Povo Curdo**. Porto Alegre: Ateneu Libertário a Batalha da Várzea, 2015.

CAB, Coordenação Anarquista Brasileira. **Revista Socialismo Libertário – Nossa concepção de Poder Popular**. No 1. 2012. 32p.

CAB, Coordenação Anarquista Brasileira. **Revista Socialismo Libertário - Teoria e Ideologia**. No 2. 2014. 28p.

CAB, Coordenação Anarquista Brasileira. **Revista Socialismo Libertário - O que é Anarquismo**. No 3. 2016. 40p.

CARDOSO, Vicente. **Município de Santa Rosa (Monografia)**. Porto Alegre: Livraria do Globo, 1947. 66p.

CHRISTENSEN, Teresa. **Santa Rosa história e memórias**. Santa Rosa: LM propaganda, 2008. 377p.

CODELLO, Francesco. **“A boa Educação”: experiências libertárias e teorias anarquistas na Europa, de Godwin a Neill**. São Paulo: Imaginário, 2007.

CUEVAS NOA, Francisco José. **Anarquismo y educación: la propuesta sociopolítica de la pedagogia libertária**. Madrid: Fundacion de Estudios Libertários Anselmo Lorenzo. 2014.

DARDOT, Pierre; LAVAL, Christian. **A nova razão do mundo: ensaio sobre a sociedade neoliberal**. São Paulo: Boitempo, 2016. 413p.

FERREIRA, José Maria Carvalho. Élisée Reclus: vida e obra de um apaixonado da natureza e da anarquia. **Revista Verve**, São Paulo, v.10, p 109-134, 2006. Disponível em: <https://revistas.pucsp.br/index.php/verve/article/view/5436/3883/>.

FRAGA, Gerson W. Memórias de terra e de águas: O Movimento de Atingidos por Barragens (MAB) no norte do Rio Grande do Sul através da História Oral. **Anais do XXVII Simpósio Nacional de História**. Natal: ANPUH, 2013.

FOUCAULT, Michel. **A Arqueologia do Saber**. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2012.

FREIRE, Ana Maria de Araújo. **Paulo Freire: sua vida, sua obra**. Palestra “Vida e obra de Paulo Freire” ao I Encontro Nacional de Educação de Jovens e Adultos – ENEJA, em Recife/PE, 25 de abril de 1998.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia do Oprimido**, 17ª ed. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1987.

FREITAS, André Luis Castro de & FREITAS, Luciane Albernaz de Araújo. A vocação ontológica do ‘ser mais’: ‘situações-limites’ – aproximando Freire e Vieira Pinto.

RPGE– Revista online de Política e Gestão Educacional, v.21, n.2, p. 432-448, maio-ago/2017.

JUNIOR, Hélio de Souza Moraes; BRINGEL, Fabiano de Oliveira Bringel. O pensamento de Reclus e suas contribuições para uma abordagem territorial libertária. In: **VII Congresso Brasileiro de Geógrafos**, Agosto de 2014, Vitória, ES. Anais do VII CBG. São Paulo: AGB, 2014. p 1-11. Disponível em: http://www.cbg2014.agb.org.br/resources/anais/1/1404682036_ARQUIVO_trampoline_reclus_artigoCompleto_2_.pdf/

LOUREIRO, Carlos F.B. **Trajetórias e fundamentos da Educação Ambiental**. São Paulo: Cortez, 2012. 165p.

MACHADO, Ângelo. **A chapeuzinho vermelho e o lobo-guará**. São Paulo: Melhoramentos, 1993.

MACHADO, Carlos R.S.; CALLONI, Humberto; ADOMILLI, Gianpaolo. Olhares, pensares e fazeres sobre e na Educação Ambiental: Reflexões sobre/desde os fundamentos ao campo atual brasileiro. **Ambiente & Educação**, Rio Grande, v. 21, n. 1, p. 3-25, 2016. Disponível em: <https://periodicos.furg.br/ambeduc/article/view/6252/3985/>

MACHADO, Carlos R.S.; MACHADO, Tainara F. O lobo (o opressor) em pele de cordeiro entre nós (os desiguais e diferentes): Os conflitos em Paulo Freire como contribuição aos processos educativos e produtivos. **REMEA - Revista Eletrônica do Mestrado em Educação Ambiental**, Rio Grande, Edição especial XIX Fórum de Estudos: Leituras de Paulo Freire, p. 60-78, 2017. Disponível em: <https://periodicos.furg.br/remea/article/view/6893/>

MACHADO, Carlos R.S.; SANTOS, Caio F.; ARAÚJO, Claudionor F.; PASSOS, Wagner V. (org.). **Conflitos ambientais e urbanos – debates, lutas e desafios**. Porto Alegre: Evangraf, 2013.

MACHADO, Carlos R.S.; SANTOS, Caio F.; BARCELLOS, Sérgio B. (org.). **Conflitos ambientais e urbanos: pesquisas e resistências no Brasil e Uruguai**. Rio Grande: Ed. da FURG, 2018.

MACHADO, Carlos R. S.; SANTOS, Caio F.; MASCARELLO, Marcela de A. (org.). **Conflitos Ambientais e Urbanos: Casos do Extremo Sul do Brasil**. Porto Alegre: Evangraf, 2015.

MALATESTA, Errico. **Escrito Revolucionários**. São Paulo: Hedra, 2008.

MARTIN, Cairto. Org. **Planalto: Revivendo histórias**. Santa Rosa: Café pequeno, 2014.

MATEUS, João Gabriel da Fonseca. Reinterpretação ao conceito de evolução em Élisée Reclus. **Élisée - Revista da Geografia da UEG**, Anápolis, v.2, n.2, p.154-164, jul/dez, 2013. Disponível em: <http://www.revista.ueg.br/index.php/elisee/article/view/1984/1523/>.

MELLER, Juliana; MELLER, Cleria Bitencorte, RACH, Sabrina da Veiga; HAAB. Diagnóstico Socioambiental da Microbacia do Arroio Pessegueirinho, Santa Rosa, Rio Grande do Sul. **Anais da III Mostra de Educação Profissional e Tecnológica III Seminário de Ensino, Pesquisa E Extensão II Ciclo de Educação Científica E Tecnológica**. Santa Rosa, RS: Instituto Federal Farroupilha, 2012. V. 1. P. 194-201. Acesso em: 10 jul. 2019.

MINAYO, Maria Cecília de Souza; Deslandes, Suely Ferreira; Gomes, Romeu. **Pesquisa Social: Teoria, Método e Criatividade**. 31. Ed. Petrópolis: Vozes, 2012.

MOLON, Susana I. As Contribuições de Vygotsky na formação de educadores ambientais. In: LOUREIRO, Carlos F. B.; LAYRARGUES, Philippe P.; CASTRO, Ronaldo S. **Repensar a Educação Ambiental: Um Olhar Crítico**. p.141-172. São Paulo: Cortez, 2009.

MORAES, Bruno Emilio. **Reflexões por uma Educação Ambiental desde baixo : o cotidiano das comunidades utópicas**. Dissertação (Mestrado) PPGEA/FURG: Rio Grande, 2016.

MORAES, Bruno E.; MACHADO, Carlos R.S. Os conflitos como momento de ruptura da hegemonia: Contribuições à sociologia e à Educação Ambiental a partir de Henri Lefebvre. **NORUS** – v4, n.6, p.116-137, 2016. Disponível em: <https://periodicos.ufpel.edu.br/ojs2/index.php/NORUS/article/view/9246/6593>.

MORIN, Edgar. **Ciência com Consciência**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2010.

MORIN, Edgar. **Introdução ao pensamento complexo**. Porto Alegre: Sulina, 2011.

MORIN, Edgar. **O Método 3**. Porto Alegre: Sulina, 2011.

MOURA, Fernanda P. **“Escola Sem Partido”: Relações entre Estado, Educação e Religião e os Impactos no Ensino de História**. Dissertação (Mestrado) Programa de Pós-Graduação em Ensino de História. Universidade Federal do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro, 2016.

MOURA, Gustavo.G.M.. **Guerra nos Mares do Sul**. Annablume, São Paulo, 2017.

ODUM, Eugene P.; BARRET, Gary W. **Fundamentos de Ecologia**. São Paulo: Thomson, 2007.

ORLANDI, Eni P. **Análise de Discurso: princípios e procedimentos**. São Paulo: Pontes, 2013.

ORLANDI, Eni P. **Discurso e Leitura**. São Paulo: Cortez, 2008.

PESSOA, M. L. **Regiões do RS**. In: _____. (Org.) Atlas FEE. Porto Alegre: FEE, 2017. Disponível em: <http://atlas.fee.tche.br/rio-grande-do-sul/territorio/regioes-do-rs/>

PPGEA. **Projeto pedagógico do Programa de Pós Graduação em Educação Ambiental**. Rio Grande: FURG. 2011. 76p.

RECLUS, Élisée. **A anarquia e os animais**. Piracicaba: Ateneu Diego Giménez COB-AIT, 2010a.

RECLUS, Élisée. **Do sentimento da natureza nas sociedades modernas**. Tradução Plínio Augusto Coelho. São Paulo: Editora Imaginário; Expressão & Arte editora; Expressão & Arte Editora, 2010b.

RECLUS, Élisée. **Anarquia pela Educação**. Tradução Plínio Augusto Coelho. São Paulo: Hedra, 2011.

RECLUS, Eliseo. **Evolución, revolución y otros escritos**. Traducción de A. Gregori. Montevideo: AlterEdiciones, 2012.

REYNALTE-TATAJE, David A.; NUÑER. A.P.O.; GARCIA, V.; ZANIBONI-FILHO, Evoy. Spawning of migratory fish species between two reservoirs of the Upper Uruguay River, Brazil. **Neotropical Ichthyology**. v.10 n.04, p.829-835, 2012.

RODRIGUES, Débora. **Sulina: olhares que fazem história**. Santa Rosa: Café pequeno, 2016. 170p.

SANCHEZ GAMBOA, Sílvio. **Pesquisa em Educação: métodos e epistemologias**. Chapecó: Argos, 2012.

SANTOS, Caio F.; ARAÚJO, Claudionor F.; PASSOS, Wagner V.; MACHADO, Carlos R.S. Conflitos no Centro da Educação Ambiental. *In*: MACHADO, Carlos R.S.; SANTOS, Caio F.; ARAÚJO, Claudionor F.; PASSOS, Wagner V. (org.). **Conflitos ambientais e urbanos – debates, lutas e desafios**. Porto Alegre: Evangraf, 2013.

SANTOS, Caio F. dos; GONÇALVES, Leonardo D.; MACHADO, Carlos R.S., “Educação Ambiental para Justiça Ambiental: Dando mais uns passos”. **REMEA - Revista Eletrônica do Mestrado em Educação Ambiental**, Rio Grande, v.32, n.1, p.189-208, 2015. Disponível em: <https://periodicos.furg.br/remea/article/view/5016/3268/>.

SANTOS, Caio F.; LEMOS, Cíntia O.; OLIVEIRA, Juliana P.; MACHADO, Carlos R.S. Observatório dos Conflitos do Extremo Sul do Brasil - debate sobre a zona de sacrifício e os conflitos ambientais e urbanos. *In*: MACHADO, Carlos R. S.; SANTOS, Caio F.; MASCARELLO, Marcela de A. ORG. **Conflitos Ambientais e Urbanos: Casos do Extremo Sul do Brasil**. Porto Alegre: Evangraf, 2015.

SANTOS, Caio F.; MACHADO, Carlos R.S. Extremo Sul do Brasil: Uma Grande “Zona de Sacrifício” ou “Paraíso de Poluição”. *In*: MACHADO, Carlos R.S.; SANTOS, Caio F.; ARAÚJO, Claudionor F.; PASSOS, Wagner V. (org.). **Conflitos ambientais e urbanos – debates, lutas e desafios**. Porto Alegre: Evangraf, 2013.

SANTOS, Mariana C. O conceito de “atingido” por barragens – direitos humanos e cidadania. **Revista Direito & Práxis**. v.06 n.11, p.113-140, 2015.

SARTORI, Sonia Jane; CHRISTENSEN, Teresa Neuman; SEGAT, Vera Maria Mendoza. **Pelos Caminhos de Santa Rosa**. Santa Rosa: Barcellos livreiro e editor, 1981.

SEVERINO, Antônio Joaquim. **Metodologia do Trabalho Científico**. 23. Ed. São Paulo: Cortez, 2007.

SILVA, André L. **Da ecologia social à Educação Ambiental: As contribuições do pensamento Libertário de Murray Bookchin**. Dissertação (Mestrado) PPGA/FURG: Rio Grande, 2007.

SHIVA, Vandana. **Guerras por água: Privatização, poluição e lucro**. Rio de Janeiro: Radical Livros, 2006. 178p.

SVAMPA, Maristella. Consenso das Commodities, giro ecoterritorial y pensamiento crítico en América Latina. **Revista OSAL – Observatorio Social de América Latina CLACSO**, n. 32, p.15-38, 2012.

THIOLLENT, Michel. **Metodologia da Pesquisa-Ação**. São Paulo: Cortez, 1985.

THORNTON, Ricardo. **Grupos de Discussão. Grupos focais. Metodologia**. Santa Maria: FACOS-UFSM, 2005. 108p.

TRAGTENBERG, Maurício. **A Revolução Russa**. São Paulo: Faísca, 2007. 170p.

WOODCOCK, George; **História das ideias e movimentos anarquistas**. Vol. 1 A idéia. Porto Alegre: L&PM. 2002. 272p.

VAINER, Carlos B. O Plano de Recuperação e Desenvolvimento Econômico e Social das Comunidades Atingidas pelas Barragens de Itá e Machadinho. Uma experiência inovadora de extensão universitária e de planejamento. **Cadernos IPPUR**, Ano XVII, n.1, p.135-153, 2003.

VAINER, Carlos B. Recursos Hidráulicos: questões sociais e ambientais. **Estudos Avançados**. v.21 n.59, p.119-137, 2007.